

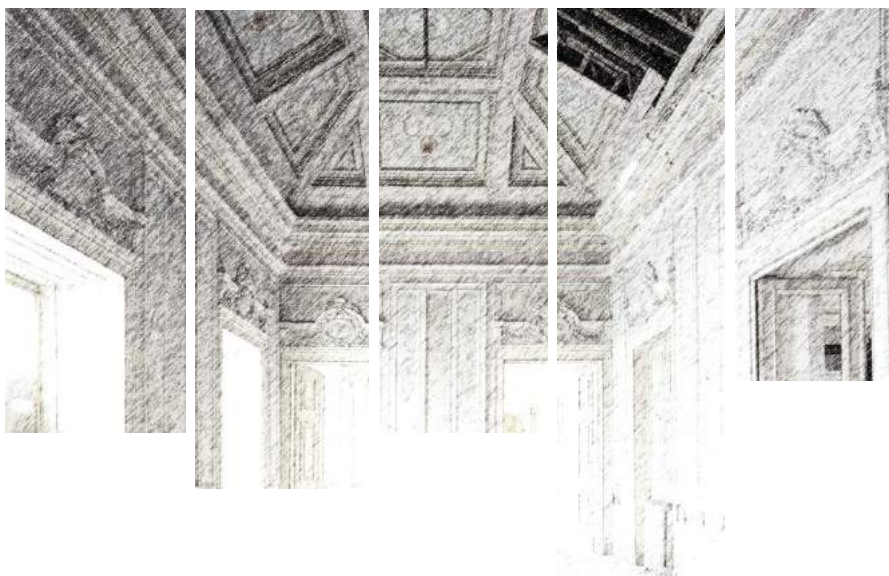
U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DIÁLOGO ENTRE ESTRUTURAS

Arte e Habitação como revitalização do Património: Reabilitação do Palácio da Rosa



Nuno Tiago Dos Santos Nunes

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientação Científica

Professor Doutor António Miguel Leite
Professor Doutor Jorge Firmino Nunes

Júri

Presidente Professora Doutora Maria João Neto
Vogal Professor Doutor Paulo Almeida
Vogal Professor Doutor António Miguel Leite
Vogal Professor Doutor Jorge Firmino Nunes

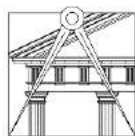
Lisboa, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Março de 2019

IMAGEM DE CAPA

Ornamentação interior da Sala Pompeiana do Palácio da Rosa.

Imagem alterada graficamente pelo autor.

Original *in* expresso.sapo.pt/multimedia/2016-05-13-Viagem-aos-palacios-abandonados



U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Diálogo entre Estruturas

Arte e Habitação como revitalização do Património: Reabilitação do Palácio da Rosa

Nuno Tiago Dos Santos Nunes

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientação Científica

Professor Doutor António Miguel Leite

Professor Doutor Jorge Firmino Nunes

Júri

Presidente Professora Doutora Maria João Neto

Vogal Professor Doutor Paulo Almeida

Vogal Professor Doutor António Miguel Leite

Vogal Professor Doutor Jorge Firmino Nunes

DOCUMENTO DEFINITIVO

Lisboa, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Março de 2019

Este documento está escrito segundo o novo acordo ortográfico,
e contém 18212 palavras.

Nos edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a Arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitectura.

Álvaro Siza Vieira

RESUMO (271 palavras)

No atual contexto de reabilitação de edifícios e palácios lisboetas, enquadra-se a presente proposta de reabilitação do Palácio da Rosa. Situada a meio da encosta poente da Colina do Castelo, em Lisboa, esta obra da qual a sua preexistência remonta ao séc. XVIII, apresenta hoje uma sobreposição de diversos tempos e construções, que confluem num sistema dotado de uma estrutura complexa. O conjunto edificado é composto pelo Palácio da Rosa e Igreja de São Lourenço, e é atualmente classificado como Imóvel de Interesse Público.

Neste sentido, é importante transpor a memória intrínseca desta obra para o presente, regenerando de forma simultânea o lugar, com vista a revitalizar e impulsionar este local da cidade de Lisboa. É tomada como primeira estratégia as reabilitações da igreja e Palácio, que se constituem por áreas de salões nobre, pátio, escadaria monumental, jardins e espaços que relacionam o edifício e a cidade, através de sistemas de vista e de apontamentos arquitetónicos de relevo patrimonial.

Após pesquisa e reflexão acerca desta importante obra e lugar, que se estabelecem num sítio privilegiado da cidade de Lisboa, pretende-se aproximar a cidade e a obra, através da recuperação e adaptação do seu interior às suas novas funções. A criação de um modelo unitário que se expande em três dimensões; instalando no atual edificado duas fases: a habitação temporária e o ofício da arte, que servirão a terceira fase, que surgirá através de um novo edificado proposto: a galeria. Confluindo três programas num modelo unitário, com vários propósitos para a encosta do Castelo, num exercício de reabilitação do antigo com a articulação do novo – aqui se estabelece o *diálogo entre estruturas*.

Palavras-Chave: Habitação Temporária; Palácio da Rosa; Património; Reabilitação.

Título

DIÁLOGO ENTRE ESTRUTURAS
Arte e Habitação como
revitalização do Património:
Reabilitação do Palácio da Rosa

Autor

Nuno Tiago dos Santos Nunes

Orientação Científica

Prof. Dr. António Leite

Prof. Dr. Jorge Firmino Nunes

Mestrado Integrado em
Arquitectura

Faculdade de Arquitectura da
Universidade de Lisboa

Março 2019

ABSTRACT (162 words)

In the context of the rehabilitation of buildings and palaces in Lisbon, it stands out the importance of the reflection about the future occupation and function of the Palace of Rose. This building is situated in Lisbon, in the middle of the west slope of the castle hill, and its preexistence dates back to the XVIII century. Nowadays the palace is the result of an overlap of several ages and constructions, being also a product of successive additions and modifications, which converge in a building with a complex structure. The complex comprises the Palace of Rose and the São Lourenço church, and its classified as Property of Public Interest.

In this context, it is important to bring this architectural memory into the present, and simultaneously, regenerate the place in order to revitalize this territory of the city. The main approach is the rehabilitation of the church and the palace. These buildings are composed by different areas such as the noble hall, the patio, the monumental staircase, gardens, and spaces that connect the building with the city throughout systems of sightsee and architectonic details with patrimonial importance.

After some insights and research about these important building and the place where it stands, we aim to establish a connection between both and the rest of the city. We propose to approximate the city and this piece of work, through the recovery and adaptation of its interior to the new functions. Three programs converge into a unitary model with diverse purposes for the castle hill. This unit grounds in combination of the rehabilitation of the old with the creation of the new, generating a true *dialogue between structures*.

Keywords: Temporary Housing; Palace of Rose; Patrimony; Rehabilitation.

Title

Dialogue between structures. Art and Habitation as revitalization of the Patrimony: Rehabilitation of the Palace of Rose.

Author

Nuno Tiago dos Santos Nunes

Thesis Advisors

Prof. Dr. António Leite

Prof. Dr. Jorge Firmino Nunes

Master in Architecture

Faculty of Architecture
University of Lisbon

March 2019

AGRADECIMENTOS

Aos professores orientadores deste trabalho, Antônio Leite e Jorge Nunes, pela sabedoria transmitida e pela disponibilidade e paciência ao longo do tempo deste trabalho.

Aos amigos e colegas presentes nesta caminhada que culmina neste trabalho, importantes também na definição de quem sou e como atuo.

À minha família, que são os meus pilares no mundo, e me oferecem uma perspectiva de luta, força e perseverança, traços que me fazem chegar aqui e certamente me levarão a outros voos, sempre com eles.

À minha mãe, Isabel, que se caracteriza por incondicional, no suporte, no educar, no cuidar, no amor. E que todas as palavras se revelam escassas perante tal pilar na minha vida.

À minha irmã, Marta, que é uma luz. Uma luz de referência sempre presente, que aponta o caminho. Uma luz que cuida e estrutura a minha existência.

À Alexandra, que bem de perto me alimenta a alma, um presente que chegou juntamente com este percurso, e que à sua maneira me fez, e faz, evoluir.

Uma caminhada longa, com sucessos e insucessos, coletiva e solitária, linear e sinuosa, um espelho e uma preparação para a vida.

A Ele e a vós,

Obrigado.

ÍNDICE

1	 Introdução	01
2	 Do Habitar Corrente aos Novos Modos de Habitar Temporário	05
2.1	Habitação temporária em Arquitetura	12
2.2	Reformulação tipológica	14
2.2.1	Flexibilidade	14
2.2.2	Adaptabilidade	18
2.3	Casos de estudo e Síntese	20
3	 Diálogo com a Preexistência	33
3.1	Reabilitar o Património	37
3.2	Regeneração Urbana do Lugar	41
3.3	Casos de estudo	45
4	 <i>Lugar</i>	59
4.1	<i>Fado</i> da Mouraria	63
4.2	Palácio da Rosa	69
4.2.1	Cronologia	73
5	 Habitar (n)o Palácio	81
5.1	Momento	85
5.2	Programa	89
5.2.1	Casos	103
5.3	Projeto Urbano	107
6	 Considerações Finais	109
7	 Fontes Documentais	117
7.1	Fontes Bibliográficas	119
7.2	Documentos e Sítios eletrónicos	121
8	 Anexos	125

ÍNDICE DE IMAGENS

Todos os sítios na internet foram consultados em 2018 e 2019.

Capítulo 2 | Do habitar corrente aos novos modos de habitar temporário

01. Gallarate – Aldo Rossi

Fotografia do autor

02. Pavilhão Suíço – Le Corbusier

/n archdaily.com.br/br/785156/classicos-da-arquitetura-pavilhao-suico-le-corbusier

03. Flexibilidade num corpo rígido

/n pinterest.pt/pin/398427898261816758/

04. Cabana de Heidegger em Todtnauberg, Alemanha – a propósito da harmonização de construções com a natureza e lugar

/n ciudadproyector.com/proyecciones/

05. Parede deslizante Unidade de Habitação de Marselha

/n archdaily.com.br/br/783522/classicos-da-arquitetura-unidade-de-habitacao-le-corbusier

06. Apartamento com espaço multifuncional – MKCA Architects

/n mkca.com

07. Flexibilidade e multifuncionalidade de espaços

/n pinterest.pt/pin/547328160937223065/

08. Planta piso 0 com usos dinâmicos - Casa Rietveld Schröder – Gerrit Rietveld, 1924

/n laboratorio1.unict.it/lezioni/04-pippo/pagine/40.jpg

09. Flexibilidade e multifuncionalidade de espaços em função do número de ocupantes – Vencedor do Concurso ibero-americano de Casa social IX BIAU 2014, Argentina

/n archdaily.mx/mx/759050/primer-lugar-en-concurso-iberoamericano-de-vivienda-social-ix-biau-argentina?ad_medium=gallery

10. Multifuncionalidade de funções através da flexibilidade do espaço

/n pinterest.pt/pin/538461699188146637/; pinterest.pt/pin/524387950337638199/

11. Adaptabilidade de funções no interior doméstico

/n home-designing.com/4-small-apartment-designs-under-50-square-meters

12. O mesmo espaço com funções diferentes
In wikiarq.blogspot.pt/2011/12/espacos-flexiveis-x-espacos.html
13. *Gallaratese*. Milão, 1972
Fotografia do autor
14. *Gallaratese* - Planta da métrica organizacional das tipologias pisos 2 e 3
Disponibilizado em Laboratório de Projecto VI, FAUL
15. Tipologia T1 – Espaços servidores e servidos
Elaborado pelo autor
16. Tipologia T1 – Espaços íntimos e sociais
Elaborado pelo autor
17. Sistema de acesso de galeria
Fotografia do autor
18. Estrutura e quadrícula regradada
Fotografia do autor
19. Estrutura piso térreo - Jogo luz e sombra
In nulluslocussinegenio.com/2016/10/13/what-is-progressive-architecture/
20. *Pavillon Suisse*. Paris, anos '30
In sites-le-corbusier.org/fr/pavillon-suisse
21. *Pavillon Suisse* estrutura exterior
In fondationsuisse.fr
22. *Pavillon Suisse* Pilotis
In fondationsuisse.fr
23. Planta de pisos 1,2 e 3 – Acessos e módulos de quarto *Pavillon Suisse*
In archdaily.com/358312/ad-classics-swiss-pavilion-le-corbusier
24. Espaço circulação e acesso de escadas
In fondationsuisse.fr
25. Espaço comum
In fondationsuisse.fr
26. Módulo de quarto com estrutura divisória e cama
In fondationsuisse.fr

27. Interior do edifício do Museu do Dinheiro – Reabilitação Igreja de S. Julião - 2013

/n museudodinheiro.pt

28. Palácio Sinel de Cordes

/n trienaldelisboa.com/galeria/d/palacio

29. Azulejaria Portuguesa considerada de Interesse Público: O feito de Martim Moniz – Painéis no Palácio da Rosa em Lisboa

/n arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt

30. Obra de arte no Castelo de Kelburn, Escócia – integra a *Listed building* (Toda o edificado protegido por lei pelas entidades responsáveis pelo reconhecimento histórico do Reino Unido). A propósito de preservação do património na contemporânea

/n cdn3.upsocl.com/wp-content/uploads/2015/01/slide_390548_4738292_free.jpg

31. Figura Cristã no Museu do Dinheiro

/n museudodinheiro.pt

32. Sala Palácio Sinel de Cordes

/n trienaldelisboa.com

33. Edifício Sede do Banco de Portugal – Museu do Dinheiro. Lisboa, 2013

/n archdaily.com.br/br/764156/remodelacao-do-edificio-sede-do-banco-de-portugal-goncalo-byrne-arquitectos-plus-joao-pedro-falcao-de-campos

34. Plantas Piso -1 e 0 – Estrutura da igreja e anexos

/n archdaily.com.br/br/764156/remodelacao-do-edificio-sede-do-banco-de-portugal-goncalo-byrne-arquitectos-plus-joao-pedro-falcao-de-campos

35. Alçados Edifício Sede do Banco de Portugal

/n archdaily.com.br/br/764156/remodelacao-do-edificio-sede-do-banco-de-portugal-goncalo-byrne-arquitectos-plus-joao-pedro-falcao-de-campos

36. Espaço de exposições – Antiga igreja vista do altar mor

/n archdaily.com.br/br/764156/remodelacao-do-edificio-sede-do-banco-de-portugal-goncalo-byrne-arquitectos-plus-joao-pedro-falcao-de-campos

37. Museu do Dinheiro

/n museudodinheiro.pt

38. Nave Central

/n archdaily.com.br/br/764156/remodelacao-do-edificio-sede-do-banco-de-portugal-goncalo-byrne-arquitectos-plus-joao-pedro-falcao-de-campos

39. Espaço polivalente

In archdaily.com.br/br/764156/remodelacao-do-edificio-sede-do-banco-de-portugal-goncalo-byrne-arquitectos-plus-joao-pedro-falcao-de-campos

40. Novo vs Pré-existência

In archdaily.com.br/br/764156/remodelacao-do-edificio-sede-do-banco-de-portugal-goncalo-byrne-arquitectos-plus-joao-pedro-falcao-de-campos

41. Palácio Sinel de Cordes. Lisboa, 2012.

In fssmgn.com/

42. Fachada principal do Palácio Sinel de Cordes - 1900

Por Eduardo Portugal, *in* Arquivo Municipal de Lisboa

43. Interior Palácio Sinel de Cordes

In trienaldelisboa.com

44. Reabilitação interior

In trienaldelisboa.com

45. Entrada principal

In trienaldelisboa.com

Capítulo 4 | *Lugar*

46. Mouraria

Fotografia do autor

47. Pátio interior do Palácio da Rosa

In aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.com/2018/04/largo-da-rosa-vii.html

48. Antigas cercas de Lisboa – Cerca Fernandina e Cerca Velha ou Moura

In amar-alfama.blogspot.com/2010/08/lisboa-romana-lisboa-moura-lisboa-dos.html

49. Desenvolvimento da área da Mouraria ao longo dos séculos sobre a topografia de Lisboa

Almeida, Ana Rita Elias. (2016). *Mouraria: História e Forma Urbana*. Dissertação Final de Mestrado. Lisboa, FAUL

50. Largo do Intendente – Requalificado

In publico.pt/2017/07/17/local/noticia/ha-cinema-ao-ar-livre-no-largo-do-intendente-1779403#&gid=1&pid=1

51. Largo do Intendente – Requalificado

In aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.com/2015/06/largo-do-intendente-pina-manique-viii.html

52. Mouraria na Encosta do Castelo – Palácio da Rosa à esquerda

In visitlisboa.com/see-do/sightseeing-activities/museums-monuments/castelo-de-sao-jorge

53. Palácio da Rosa na planta de Lisboa – Antigas muralhas da cidade

Por Atelier Bugio

54. Portal Nobre – Entrada principal do Palácio da Rosa. Representação gráfica por Ribeiro

De Melo, José. (1947). *Pedras de Armas que ainda existem nalgumas casas de Lisboa e seus arredores*. Lisboa: CML

55. Portal Nobre – Entrada principal do Palácio da Rosa. Representação gráfica por Ribeiro

De Araújo, Norberto. (1947). *Inventário de Lisboa. Fascículo V*. Lisboa: CML

56. Palácio da Rosa e Cerca Fernandina – Do Castelo às Portas da Mouraria

In aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2018/03/largo-da-rosa-i.html

57. Sala Pompeiana – Interior do Palácio da Rosa

In expresso.sapo.pt/cultura/2013-05-13-Palacio-da-Rosa.-A-casa-que-bordeja-a-Cerca-Fernandina#gs.Pdokp=E

58. Sala do Trono – Interior do Palácio da Rosa

In expresso.sapo.pt/cultura/2013-05-13-Palacio-da-Rosa.-A-casa-que-bordeja-a-Cerca-Fernandina#gs.Pdokp=E

59. Obras de restauro – Interior do Palácio da Rosa

In expresso.sapo.pt/cultura/2013-05-13-Palacio-da-Rosa.-A-casa-que-bordeja-a-Cerca-Fernandina#gs.Pdokp=E

60. Convento da Rosa – Implantação na encosta poente do Castelo de São Jorge

In patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=684

61. Vista de Lisboa do Rio Tejo no séc. XVI – por Georg Braun e Frans Hogenberg

In prosimetron.blogspot.com/2010/07/lisboa-numa-gravura-impressa-em-1598.html

62. Localização privilegiada do Palácio da Rosa na Costa do Castelo – Vista do miradouro da Senhora do Monte. Por Robert Batty, 1830

In almada-virtual-museum.blogspot.com/2015/08/originais-de-robert-batty.html

63. Fachada principal do Palácio – Largo da Rosa, 1901

In arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt

64. Pátio interior, 1971

In arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt

65. Colina da Costa do Castelo – Alçado Sul e Poente do Palácio da Rosa

In expresso.sapo.pt/cultura/2013-05-13-Palacio-da-Rosa.-A-casa-que-bordeja-a-Cerca-Fernandina#gs.1K_Fpns

66. Palácio da Rosa, Igreja de São Lourenço e jardins – Limite do Monumento e Zona Especial de Proteção

In DR, 2ª série – N.º 114 – 06/2012

67. Vista aérea do conjunto e envolvente do Palácio da Rosa e Igreja de S. Lourenço – Visível o Largo da Rosa e Antigo Convento da Rosa – Atualmente
Google Earth

68. Teto da Igreja de S. Lourenço
In arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt

69. Igreja de S. Lourenço
In revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=344

70. Planta da Igreja de S. Lourenço
Gonçalves, António Manuel; Segurado, Jorge (1984). O Largo da Rosa e do Nobre Sítio de São Lourenço. Lisboa: Academia Portuguesa de História

Capítulo 5 | Habitar (n)o Palácio

71. Palácio da Rosa – Implantação em Lisboa – Visíveis Baixa Pombalina e Martim Moniz
Elaborado pelo autor

72. Alçado Norte – Fachada Principal Palácio da Rosa – Largo da Rosa
Elaborado pelo autor

73. Mapa de alterações
Elaborado pelo autor

74. Proposta Nova
Elaborado pelo autor

75. Planta de apartamento multifuncional
Elaborado pelo autor

76. Perspetiva de apartamento multifuncional – Espaço sala e refeição
Elaborado pelo autor

77. Perspetiva de apartamento multifuncional – Espaço de sala
Elaborado pelo autor

78. Perspetiva de apartamento multifuncional – Espaço de dormir
Elaborado pelo autor

79. Perspetiva de apartamento multifuncional – Espaço de sala - Vistas laterais e frontais
Elaborado pelo autor

80. Articulação de quartos

Elaborado pelo autor

81. Articulação de ateliers/oficinas

Elaborado pelo autor

82. FRESS – Oficinas de trabalho e Museu

In upmagazine-tap.com/en/pt_artigos/24-hours-in-lisbon-with-arteria/ e lisboa.convida.pt/poi/see-do/museu-de-artes-decorativas-portuguesas-2993/26

83. *Carpe Diem* Arte e Pesquisa – Palácio Pombal – Exposição de Pedro Vaz

In carpe.pt

84. *Carpe Diem* Arte e Pesquisa – Palácio Pombal – Exposição de Greta Alfaro; Fotografia de Fernando Piçarra

In carpe.pt

85. *Carpe Diem* Arte e Pesquisa – Palácio Pombal, Jardim Interior – Exposição de Francisco Pinheiro, “*Relógio Pombal*” 2015

In carpe.pt

1 | INTRODUÇÃO

No atual contexto de reabilitação de edifícios e palácios lisboetas, enquadra-se a presente proposta de reabilitação do Palácio da Rosa. Situada a meio da encosta poente da colina do Castelo, em Lisboa, esta obra da qual a sua preexistência remonta ao séc. XVIII, apresenta hoje uma sobreposição de diversos tempos e construções, que confluem num edificado dotado de uma estrutura complexa. Com uma cidade em constante evolução, é necessária uma arquitetura que conecte o valor do passado, aproximando-a às contemporaneidades do quotidiano.

Destruído quase na sua totalidade aquando do terramoto de 1755, foi reedificado ainda no mesmo século e viria a obter a designação de “Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima e dos Castelo-Melhor”, por nele terem habitado estas famílias. O conjunto edificado, que veio a ser adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa no final do século XX, é composto pelo Palácio da Rosa e Igreja de São Lourenço, e é atualmente classificado como Imóvel de Interesse Público.

Localizado à ilharga do Castelo de São Jorge, o Palácio da Rosa encontra-se em processo de degradação e é caracterizada pela sua imponente presença no tecido urbano da encosta da Mouraria. Por consequência de vários processos de intervenção ao longo do tempo, esta zona histórica da cidade de Lisboa, projetou diferentes contextos e usos sociais, e uma identidade territorial múltipla e contraditória, tornando-se no bairro mais multicultural da capital. Com o objetivo de inverter a ideia de que este bairro lisboeta se mantém à margem da cidade, nos últimos anos e atualmente, a Mouraria insere-se em vários programas de reabilitação e requalificação arquitetónica. A premissa destes programas é a de revitalizar e dinamizar o território a nível cultural, social, económico e turístico, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população local e para o encorajamento da abertura a novos fluxos populacionais.

É neste contexto que esse enquadra o tema deste trabalho, que pretende refletir novos modos de ocupação e de articulação do território com a cidade, bem como novas funções a oferecer a esta obra, considerado Imóvel de Interesse Público.

Desta forma, entendo a reabilitação do Palácio da Rosa, como vital para a permanência, crescimento, e consolidação da memória e do carácter monumental desta área da cidade.

Após investigação e análise do lugar, entende-se a necessidade da atribuição de novos conteúdos programáticos ao edifício, que irão, por consequência, influenciar e caracterizar o desenho do território. Partindo da análise da área envolvente, segue-se uma reflexão acerca da reabilitação e reintegração do atual palácio devoluto, numa obra que envolva programas atrativos e unificadores para a cidade e o seu contexto social. Propõe-se implementar no palácio três programas que se relacionam entre si: habitação temporária para artistas e autores, espaços de atelier/oficinas de trabalho, e espaço de galeria.

Esta proposta pretende consolidar as atuais estruturas existentes do local de intervenção, reintegrando o Palácio e a sua envolvente, num polo capaz de rejuvenescer e revitalizar esta zona da cidade. Com a intenção da preservação do património e memória, o espaço de exposição/galeria irá explorar e traduzir o peso da arquitetura na construção e desenvolvimento arquitetónico deste e de outros lugares da cidade de Lisboa, fundamentais para a construção da identidade social e cultural e, simultaneamente, a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade.¹

Como processo de articulação entre este espaço, o seu território e a cidade de Lisboa, propõe-se a criação de um núcleo de habitação temporária, que albergue artistas provenientes de outras zonas do país e do mundo. Desta forma, como parte integrante deste processo, que integra galeria e habitação temporária, surgem os espaços de atelier e trabalho, onde os artistas produzem e restauram as suas obras, que irão exibir-se nas galerias. Os espaços de

¹ Choay, Françoise (2013). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70
Schiele, Bernard (2002). *Patrimoines et Identités*. Québec, Éditions MultiMondes

atelier e galeria, serão abertos à visita do público, assim como algumas zonas do edifício se revelarão de caráter público, constituídas por comércio e restauração, que servirão de apoio e difusão deste novo elemento citadino.

Tomando em consideração os princípios acima referidos, poderá a reabilitação do Palácio da Rosa, e a sua reintegração urbana através de novos usos, gerar uma reintrodução destes elementos descontextualizados, na vida ativa e contemporânea da sociedade? De que forma se espera a preservação do património, enquadrando-os simultaneamente nas vivências atuais? Poderão estes programas coexistir no sentido de revitalizar e agregar esta zona com a restante cidade?

No sentido de responder a estas questões, a investigação e reflexão crítica teórica, permitirá aprofundar um pressuposto de pensamento, seguido de um projeto prático que irá defender, conectar e consolidar os conceitos e ideias apresentados.

O presente trabalho divide-se em quatro capítulos, que correspondem à lógica apresentada. Procura-se analisar e refletir o entendimento dos conceitos explorados, relevantes para a compreensão do trabalho, como suporte de resposta a este exercício.

Primeiramente é apresentada uma investigação sobre o panorama da habitação temporária e os conceitos associados, de modo a explorar as suas características e valências que servem a arquitetura.

No seguinte capítulo, irá refletir-se sobre o modo de preservação do património e a sua continuidade, procurando clarificar a importância dos valores do património numa cidade contemporânea em constante evolução, e que fenómenos sociais poderão estar associados, às reabilitações e regenerações urbanas dos lugares.

No quarto capítulo, será desenvolvida uma investigação teórica sobre o lugar em estudo e o *espírito* que o caracteriza. Será feito um percurso cronológico que enquadra o edifício do Palácio da Rosa nas suas diversas funções, no tempo, e num contexto de transição.

Por fim, no quinto capítulo, será proposta uma possibilidade de integração de programa de projeto no contexto estudado, que pretende traduzir a reintegração deste lugar na cidade, preservando os valores históricos e patrimoniais, melhorando simultaneamente a estrutura e tecido urbano, no sentido de acompanhar os valores e necessidades das vivências contemporâneas.

2 | Do Habitar Corrente aos Novos Modos de Habitar Temporário

2.1	Habitar temporário em Arquitetura	12
2.2	Reformulação tipológica	14
2.2.1	Flexibilidade	14
2.2.2	Adaptabilidade	18
2.3	Casos de estudo	20



01



02

Un édifice est comme une bulle de savon. Cette bulle est parfaite et harmonieuse si le souffle est bien réparti, bien réglé de l'intérieur. L'extérieur est le résultat de l'intérieur.²

² “Um edifício é como uma bola de sabão. A bola é perfeita e harmoniosa se o sopro estiver bem repartido, bem regulado desde o interior. O exterior é o resultado do interior.” (Tradução livre pelo autor). Le Corbusier, *Vers une architecture* (1923)

2 | Do habitar corrente aos novos modos de habitar temporário

A criação de uma habitação exige uma compreensão plena dos seus significados sociais, pessoais e culturais, bem como da sua funcionalidade. Para além disso, importa não esquecer que existe um forte interacção entre significado e função. ³

O conceito de habitar tem vindo a transformar-se ao longo do tempo “acompanhando especificamente posturas, ritmos, significados e desejo das sociedades.” ⁴ Habitar é um conceito de escalas, que passa por vivenciar a experiência do quarto, da casa, do edifício, da rua, do quarteirão, e da cidade. Habitamos permanentemente. Um conceito de escalas que evolui continuamente perante e segundo as necessidades dos seus interlocutores. Assim sendo, torna-se um conceito funcional e cultural, que pode ser, por isso, distinto nos vários locais do mundo. Existiu, desde sempre, uma relação do ser nas formas de habitar, de causa e efeito, o que levou a uma evolução das condições e ambientes em que se habita. Segundo Maria Milano, as últimas transformações no habitar emergem a partir do novo cenário económico global. Há uma transformação no sentido evolutivo da relação do indivíduo com os espaços, por oposição à questão meramente funcional. A evolução aconteceu espaçadamente no tempo, onde se pode referir importantes marcos como a invenção da perspetiva, importante para uma nova noção do espaço; o desenvolvimento matemático com a noção de divisibilidade do espaço. A constante evolução dos espaços e noções do edificado, está intimamente ligada a noções como a forma e a função desses mesmos conceitos, tendo como propósito, o mesmo que

³ Arias, Ernesto G. (1993). *The Meaning and use of Housing: international perspectives, approaches and their applications*. Aldershot: Avebury, p.48;

⁴ Milano, Maria (2005). *Do habitar*. Matosinhos: Edições ESAD – Escola Superior de Artes e Design, p.13;

remonta das primeiras intenções de habitar e de criar habitação do Homem, até aos dias correntes e anos futuros: o abrigo.

*O habitar foi fonte de disputas e ocasião de seculares e encarniçadas disputas sem fim e das mais variadas naturezas: histórica, económica, sociológica, etnográfica, antropológica, filosófica estética, política, tecnológica, geográfica e assim por diante.*⁵

No seu ensaio “*Construir, habitar, pensar*”⁶, Martin Heidegger, defende que a finalidade da construção é responder espacialmente a uma série de valores que devem fazer parte do nosso quotidiano vital e mutável. O filósofo alemão afirma que “*apenas se formos capazes de habitar, podemos construir*”⁷. Na perspetiva de não se limitar apenas à análise do ato de construir para poder habitar, o autor aprofunda e antecipa o ato de habitar sobre a terra, incluindo a experiência e o modo de ser do sujeito existencial.

Para isso, o autor estabelece quatro conceitos, necessários na ótica que se requer para habitar o mundo – denominados de *Gevier* (Quaternidade). Estes parâmetros incidem naquilo que se entende como imprescindíveis para obtermos uma vida consciente com os outros e o planeta:

Habitar *Sobre a terra*, significa estabelecermos relações com a paisagem e alcançarmos a essência do lugar, harmonizando as construções com a natureza e com a tradição do lugar.

Sob o céu, explica que devemos aceitar as leis de ordem natural e condições das estações, meteorológicas, aproveitando os recursos que a natureza presente nos oferece, explorando-os e valorizando-os ao máximo.

⁵ Vogliazzo, Maurizio (2005). *Do habitar*. Matosinhos: Edições ESAD – Escola Superior de Artes e Design, p.18;

⁶ Heidegger, Martin (1951). “*Bauen, wohnen, denken*”. Versão em castelhano: “*Construir, habitar, pensar*”. Em Conferência y artículos. Ediciones del Serbal, Madrid, 1994. p. 127-142;

⁷ Ibidem;

Perante o divino, remete para a contemplação, sendo expectável manter o espírito aberto, deixando de parte comodidades dispensáveis com vista a reconhecer o essencial, abrindo espaço à imanência.

Com os mortais, submete-nos para a nossa temporalidade e finitude, mas também para a capacidade de nos relacionarmos e habitar em sociedade, experienciando e dialogando uns com os outros, garantido um conjunto de enriquecimento e valências, que daí advêm.

Para Heidegger, habitar significa harmonizar estes quatro princípios através do ato de existir. Construir, por sua vez, é estabelecer medidas para corresponder a esta Quaternidade. Estes princípios, estabelecidos pelo autor em 1951, tornam-se hoje atuais, consignando-se *sobre a terra*, efetivando uma relação entre o mar e montanha, considerando a o terreno e dialogando com a natureza; localizando-se *sob o céu*, dispondo dos elementos e fenómenos naturais; oferecendo aos espaços não construídos, vazios, o poder *do divino*, uma perspetiva de uma existência além da matéria; constituindo lugares apropriados para viver em sociedade, e experienciar relacionamentos com o mundo exterior – caracterizando por fim, a natureza da construção, segundo a qual “*construir é propriamente habitar*”⁸.



03. Cabana de Heidegger em Todtnauberg, Alemanha – a propósito da harmonização de construções com a natureza e lugar

⁸ Heidegger, Martin (1951/1994). Op Cit. p. 124-147;

2.1 | Habitação Temporária em Arquitetura

*“(...) uma vez que propõe explicitamente que seja oferecida aos ocupantes individuais a oportunidade, em virtude da força da própria mega estrutura, de criar as suas casa exatamente como desejam, ou de acordo com as suas ideias dos ‘seus próprios’ arquitetos.”*⁹

Atualmente, e por força dos atuais contextos e necessidades contemporâneos, é necessário refletirmos e desenvolvermos alternativas quanto à forma criar habitação. Nos dias correntes, já não se pensa em construir ou habitar uma residência definitivamente. Deste modo, esta configuração de habitar, deverá garantir características que permitam a modelação do espaço, com o intuito de garantir adaptações e reconversões que se revelem necessárias. Assim, este carácter temporário assume uma versatilidade, que oferece ao ocupante a possibilidade de recriar a sua realidade, devendo assegurar condições mínimas de habitabilidade, a todo o tipo de pessoa ou grupo.

A necessidade decorrente dos dias de hoje, de garantir um abrigo, uma habitação temporária sustentável, é mais crítica em situações de desastres naturais e recentemente com os refugiados. No entanto, este tipo de habitação insere-se igualmente num contexto de população de estudantes e trabalhadores, que muitas vezes se instalam em locais, que não os seus de origem, a fim de prosseguirem com as suas vidas académicas ou laborais. Em simultâneo, mas de forma distinta, consideramos a habitação temporária como solução para setor do turismo.

No entanto, e com estes pressupostos, devemos ser capazes de refletir sobre soluções temporárias que se transfiguram em permanentes, e que apresentem

⁹ Hertzberger, Herman (1991). *Lessons for students in architecture*, Ed. Uitgeverij 010 Publishers, Rotterdam. Edição consultada: *Lições de arquitectura*, traduzido por Carlos Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes (1999), p.109;

respostas sustentáveis – a nível económico, social e ambiental – respeitando os princípios estéticos, através dos valores da arquitetura e da escala humana.

Esta qualidade de habitação é desenhada para pessoas que necessitam de casa para curtos períodos de tempo – temporários - sem que se exclua a tendência natural de sedentarismo da população dos dias de hoje, permitindo que essa mesma casa, se torne permanente. Deste modo, ao projetarmos estes espaços, devemos considerar o conforto e as necessidades básicas humanas, como pontos essenciais do plano, partindo sempre de um pressuposto de que se possam criar novas interpretações e leituras do mesmo espaço – num contexto de reconversão e adaptação.

A construção destes espaços pode alcançar padrões lógicos e até poéticos, através da capacidade da implementação de conceitos como a flexibilidade, adaptabilidade e sustentabilidade. Deste modo, pretende-se praticar uma arquitetura integrada que acompanhe as necessidades contemporâneas, e que proporcione a quem a utiliza o bem-estar de casa.

Citando Winston Churchill,

*“Damos forma às nossas construções, as quais, por sua vez,
nos dão forma a nós.”*¹⁰

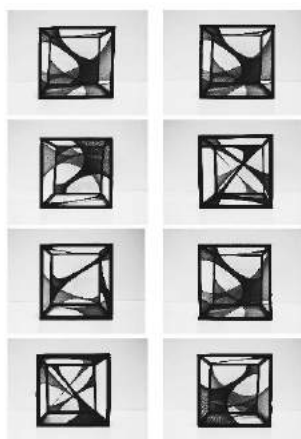
¹⁰ Hall, Edward T. (1986). *A Dimensão Oculta*. Editora Relógio d'Água. Lisboa, p. 125;

2.2 | Reformulação Tipológica

2.2.1 | Flexibilidade

Como seres humanos, somos criaturas flexíveis. No passado, a nossa existência e sobrevivência foi baseada na capacidade de nos movermos. Atualmente, ser flexível não está apenas ligado a esta capacidade de movimento, mas à mudança e adaptabilidade.¹¹

Ao olharmos aos traços caracterizadores do Homem da atualidade, percebemos que se instala em dois campos opostos: de um lado caracterizado pela procura da estabilidade e do que é permanente – sedentarismo – e por outro pela procura do movimento e do que é temporário – nomadismo. É muitas vezes nesta disparidade que se encontram as preocupações do arquiteto, que trabalham através dos conceitos da flexibilidade, procurando incessantemente dispor a cada sujeito condições básicas, no que respeita à qualidade de vida. Porém, este é ainda um tema que não está totalmente claro e inequívoco, para quem o pratica, no que respeita à resolução de problemas.



04. Flexibilidade num corpo rígido

A difícil tarefa de conceber espaços, prevendo antecipadamente as necessidades e exigências de cada utilizador nos seus hábitos quotidianos, abre espaço à flexibilidade espacial na habitação, para que esta aumente a possibilidade de respostas aos distintos cenários espaciais e modos de vida – suportando o maior número de atividades possíveis, atendendo cada utilizador em particular. Assim, depreende-se que a flexibilidade pretende garantir a satisfação do utilizador, respondendo às suas carências e exigências particulares, assegurando simultaneamente dinâmica e integração no espaço da habitação.

¹¹ Kronenburg, Robert (2007). *Flexible: Architecture That Responds To Change*. Londres: Laurence King Publishing;

A flexibilidade, aumenta ainda possibilidades no que respeita às reconversões de espaços que careçam dessa intervenção, permitindo que o edifício não corra o risco de se tornar desadequado e obsoleto. Com isto, possibilita aumentar a performance e a vida útil do objeto arquitetônico, permitindo que este construa a sua própria identidade num determinado lugar. No entanto, podemos afirmar que não se trata de matéria fácil, ao querer definir o conceito de flexibilidade na construção arquitetônica. São várias as interpretações e variantes possíveis nesta matéria.

Herman Hertzberger defende que a apropriação de um espaço deve ser espontânea. O autor, é crítico quanto à flexibilidade e as limitações que esta impõe, especificamente na adequação a situações específicas. Diverge da ideia de que a flexibilidade seja positiva para a arquitetura, apontando como objetivos únicos deste conceito, um relacionamento com a incerteza e falta de comprometimento, por parte do arquiteto.

*“Flexibilidade significa – já que não há uma solução única que seja preferível a todas as outras – a negação absoluta de um ponto de vista fixo, definido. O plano flexível tem o seu ponto de partida na certeza de que a solução correcta não existe, já que o problema que requer solução está num estado de permanente fluxo, isto é, é sempre temporário. A flexibilidade parece inerente à relatividade, mas, na verdade, está ligada apenas à incerteza, à falta de coragem em nos comprometermos e, portanto, à recusa da responsabilidade inevitavelmente ligada a cada acção que empreendemos. Embora uma formulação flexível adapte-se a cada mudança que surja, não pode ser nunca a melhor e mais adequada solução para nenhum problema; pode fornecer qualquer solução em qualquer momento, mas nunca a melhor solução.”*¹²

Por oposição a este conceito, o autor sugere uma vertente que defende como liberdade do interveniente, possibilidade de apropriação e atribuição de diferentes significados a um mesmo objeto arquitetônico: a polivalência ou adaptabilidade. Considera que um espaço/objeto arquitetônico não se deve



05. Parede deslizante Unidade de Habitação de Marselha

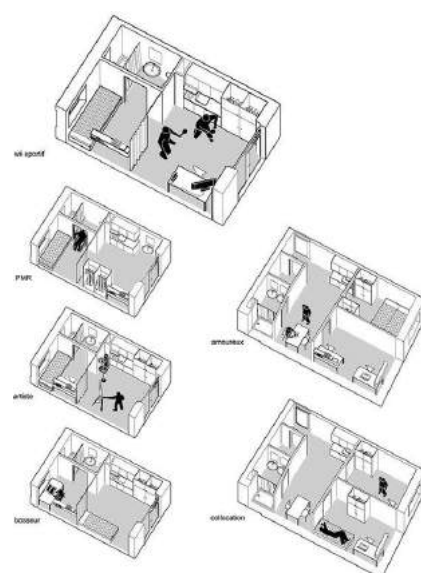


06. Apartamento com espaço multifuncional – MKCA Architects

¹² Hertzberger, Herman (1991). *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, p. 146;

modificar, mas que, no entanto, admita novos usos. Este conceito funciona como um estímulo para que o utente do espaço se sinta livre em alterá-lo em função das suas exigências, e/ ou, necessidades. O autor defende o incremento de um novo modelo, que compreenda a casa como uma estrutura camaleónica, capaz de servir os diferentes usos, aos diferentes intervenientes.

“Quanto mais rica for a variedade oferecida, maior será a capacidade para corresponder aos mais ricos e variados desejos dos seus moradores.”¹³



07. Flexibilidade e multifuncionalidade de espaços



08. Planta piso 0 com usos dinâmicos
Casa Rietveld Schröder – Gerrit Rietveld,
1924

¹³ Hertzberger, Herman (1991). *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, p. 162;



09. Flexibilidade e multifuncionalidade de espaços em função do número de ocupantes – Vencedor do Concurso ibero-americano de Casa social IX BIAU 2014, Argentina



10. Multifuncionalidade através da flexibilidade do espaço

2.2.2 | Adaptabilidade

*“As casas conformam-se e deformam-se segundo o lugar e as pessoas.”*¹⁴



11. Adaptabilidade de funções no interior doméstico

A adaptabilidade pode ser enquadrada como uma das definições da flexibilidade, sendo que não possuem o mesmo significado, mas são provenientes da mesma área, são comumente associadas e confundidas em arquitetura.

Como foi referido, Hertzberger afirma que no desenho flexível não existe uma solução única, preferível a todas as outras. Deste modo induz o conceito da polivalência, ou adaptabilidade. Um tipo de conceção que permite a implementação de diversos usos, sem que o objeto sofra alterações físicas, de forma a que esta *flexibilidade mínima* consiga produzir uma solução *ótima*.¹⁵ O autor defende que solução encontra-se numa espaço adaptável, onde cada sujeito se pode relacionar à sua maneira, e atribuir, por consequência, um sentido diferente – enquanto a flexibilidade se centra na conceção de edifícios capazes de servir vários usos, desprovidos de carácter arquitetónico; *“a neutralidade consiste na ausência de identidade.”*¹⁶

No mesmo sentido, Steven Groák, defende que, por oposição à flexibilidade que remete para a capacidade de responder a diferentes disposições físicas, a adaptabilidade define-se na capacidade de vários usos sociais, sem que o objeto arquitetónico se altere. Os autores Till Schneider e Jeremy Till, desenvolvem esta abordagem de forma mais detalhada: *“enquanto a adaptabilidade se alcança através da conceção de quartos ou unidades que possam ser usados de várias maneiras, através do modo como as salas são organizadas, os padrões de circulação e a designação das salas...a flexibilidade é conseguida alterando o tecido físico da construção: juntando*

¹⁴ Rossi, Aldo (1984);

¹⁵ Hertzberger, Herman (1991). *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, p. 147;

¹⁶ Ibidem;

salas ou unidades, estendendo-as, ou deslizando ou dobrando paredes e móveis.”¹⁷

Por oposição a estas perspetivas, o autor Gerard Maccreanor defende que flexibilidade e adaptabilidade, não devem ser considerados conceitos dissociados. O autor explica que a flexibilidade deve conter, à partida, os princípios de polivalência e adaptabilidade, com vista a que o objeto edificado possa ser sujeito a uma alteração programática, diferente da inicialmente prevista. Deste ponto de vista, Maccreanor afirma que a adaptabilidade é uma forma *diferente de ver a flexibilidade*, que é em si, *multifuncional e transfuncional*.¹⁸

*“Flexibility doesn't simply imply the necessity of endless change and breakdown of accepted formula. On the contrary, the buildings that have proven to be the most adaptable, were those not originally planned for flexibility”*¹⁹

Concluímos que, apesar de estarem relacionados, conceitos como flexibilidade, polivalência ou adaptabilidade, apenas convergem no mesmo ponto, no que respeita à capacidade de mudança – esta que está intimamente ligada à qualidade, também inerente à flexibilidade, de liberdade no processo de desenvolvimento arquitetónico. Uma liberdade que oferece espaço ao arquiteto a definição de funções e dinâmicas no edifício, e liberdade igualmente ao sujeito que vivencia esses mesmo espaços. Com estes pressupostos, pretende-se esclarecer que a abordagem que será desenvolvida neste trabalho, aproxima-se dos ideais de Gerard Maccreanor.



12. O mesmo espaço com funções diferentes

¹⁷ Schneider, T. & Till, Jeremy (2005). *Flexible housing: The Means to the End*. In arq. vol.9, p.287;

¹⁸ Maccreanor, Gerard (2008). *Adaptability*. Article written by Gerard Maccreanor. In <https://aplust.net/blog/adaptability/>;

¹⁹ Ibidem;

2.3 | Casos de Estudo e Síntese

Para o presente capítulo, foram investigados casos práticos dos conceitos em estudo, com a intenção de obter um melhor entendimento, procurando referências, que permitam oferecer soluções, num exercício de reflexão entre uma arquitetura permanente, flexível e adaptável. Será apresentado um caso, que pretende expor os ideais de uma arquitetura de comunidade habitacional permanente, que se revelou de referência para o efeito – *Gallaratese*, de Aldo Rossi. Seguidamente, será estudado um edifício proposto para uma residência de estudantes, projetado sob dificuldades de ordem geográfica, que se tornou referência de uma arquitetura organizacional flexível, e capaz, tanto estética como economicamente – *Pavillon Suisse*, de Le Corbusier e Pierre Jeanneret.

Com o estudo destes projetos, pretende-se realizar uma análise e comparação entre dois projetos considerados de referência em dois campos distintos, como a arquitetura residencial permanente, e uma vertente flexível multifuncional adaptável, de cariz igualmente residencial, mas composta por diversos usos complementares. Ao analisá-los em pormenor, tentou-se perceber as nuances de cada um deles, bem como a capacidade de servir, com simplicidade, cada um dos propósitos. Com isto, espera-se que esta análise se revele importante no auxílio do desenvolvimento da proposta prática deste trabalho.

A reflexão das temáticas até aqui explanadas, assim como a apresentação dos seguintes casos de estudos, inserem-se no contexto atual da nossa sociedade e do tema do trabalho desenvolvido. A intervenção através da reabilitação com a exploração dos espaços pelo uso da flexibilidade, adaptabilidade e multifuncionalidade, está intrinsecamente ligada à recuperação de obras que classificamos como património e não só. O raciocínio desta prática torna-se obrigatório, quando pensamos a recuperação e revitalização de projetos patrimoniais, que se revelaram importantes para a história, constituição e consolidação de determinadas zonas da cidade. Desta forma, o seguinte capítulo estabelece um estudo teórico sobre os conceitos de reabilitação de património e regeneração do lugar.



13. *Gallaratese*. Milão, 1969

Arquitetos: Aldo Rossi

Construção: 1969

Localização: Milão, Itália

O complexo *Gallaratese*, situa-se na região norte de Milão e compõe-se por um bloco linear que assenta em pórticos contínuos e rígidos, com janelas quadradas, numa solução onde impera um carácter simples e repetitivo. Este projeto foi desenvolvido em resposta à crise, decorrente do pensamento moderno da arquitetura, e originou pontos de habitação e de novas visões no que respeita à criação de comunidades a norte de Itália. Numa época de carência de novas ideias na habitação, e que se restabelecia o sentido de respeito pelo *lugar*, o conjunto habitacional da *Gallaratese*, significou um passo importante na procura de novos paradigmas para projetos residenciais, decorrente de *um processo de concepção arquitetónica através da essência da arquitetura e não apenas da sua aparência*.²⁰ Num grupo de edifícios que formam o bairro onde se insere, o edifício projetado por Rossi surge como o quarto bloco, paralelo ao edifício central. As diferenças entre o modelo de construção do movimento moderno – da década de 50, em que os blocos se desenvolviam de forma isolada pelo espaço – é que, no conjunto *Gallaratese*, os arquitetos desenvolveram quatro blocos interligados, que originaram naturalmente espaços amplos, de zona pública comunitária e equipamentos de serviços comerciais.

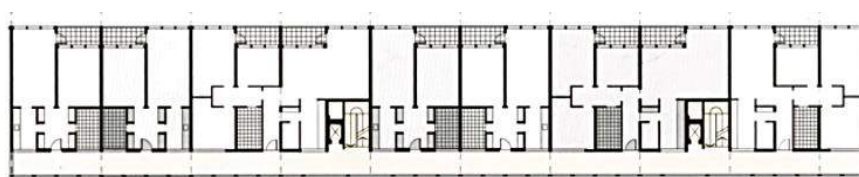
O edifício desenvolve-se ao longo de 200 metros, funcionando em sistema de galeria, de 2 metros de largura, por dois e três pisos e a estrutura segue-se por uma rígida quadrícula de 7,2 metros. Neste projeto são apresentados quatro tipos de tipologias, que inseridas na sequência estrutural, se desenvolvem em modelo de espelho.

Nas tipologias T1 matriz, Rossi definiu igualmente uma métrica, que divide exatamente a meio do módulo, o espaço íntimo do espaço social, criando ainda um espaço exterior que serve a zona de sala. Neste módulo, o arquiteto optou

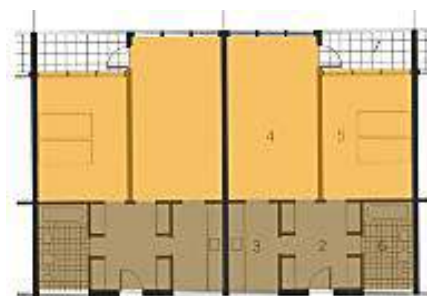
²⁰ Rossi, Aldo (2001). *A Architettura da Cidade*. São Paulo: Martins Fonte;

ainda por criar zonas de espaço servidor, ou motor – como as instalações sanitárias e cozinha, junto à entrada; também composto pelo espaço de transição, de entrada, que serve todos os espaços do apartamento, criando assim uma inexistência de corredores – e os espaços servidos, como o quarto e espaço de sala. As tipologias T1 exceção situavam-se nas extremidades do edifício, e apresentavam como únicas diferenças o acesso ao espaço de cozinha e a orientação de entrada nos espaços da I.S. e quarto, passando a ficarem de frente.

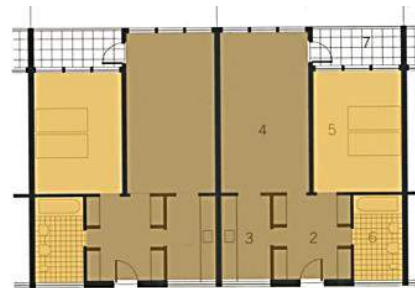
As tipologias T3 matriz, ocupavam a mesma área que dois T1 – subtraindo apenas a área do núcleo de acesso vertical do edifício, fixado no canto exterior deste módulo – partiam do mesmo pressuposto de modelo organizacional de espaços íntimos e sociais. O fogo T3 exceção, continha menos área, mas reproduzia integralmente toda a organização de espaços do modelo matriz.



14. Gallaratese – Planta da métrica organizacional das tipologias pisos 2 e 3



15. Tipologia T1 – Espaços servidores e



16. Tipologia T1 – Espaços íntimos e sociais



17. Sistema de acesso de galeria



18. Estrutura e quadricula regada



19. Estrutura piso térreo - Jogo luz e sombra



20. *Pavillon Suisse*. Paris, 1930

Arquitetos: Le Corbusier e Pierre Jeanneret

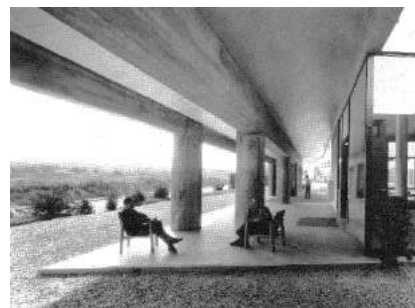
Construção: 1930

Localização: Paris, França

O pavilhão Suíço, localizado na *Cité Internationale Universitaire* de Paris, foi projetado para albergar um grupo de estudantes suíços, e foi construído sobre uma pedreira. Por este motivo, foi um projeto de difícil execução e aplicabilidade estrutural. Este projeto levou Le Corbusier a inovar, ao criar quatro pisos constituídos por aço, pedra e vidro, assentes nos famosos pilotis em betão, idealizados pelo arquiteto, que penetravam as cavidades da pedreira, em fundações que atingiam seis pés (cerca de um metro e oitenta) de profundidade.

Pensado para um grupo de cinquenta alunos, o edifício respondeu a carências sociais da época e dificuldades geográficas, enquanto apresentava uma fusão dos edifícios modernos e o método de construção pré-industrial. O projeto foi realizado sob orçamento reduzido, mas, no entanto, é dotado de uma fachada livre e aberta, com uma *pele* transparente que contrastava com a estrutura contínua no interior, que assegurava um ritmo, também ele contínuo, na fachada. Este edifício desenvolve-se inserido numa imensa vegetação, e é cenário da aplicabilidade dos princípios de Corbusier, que resultou numa estrutura dinâmica e com vida, que aproximou a cidade e as pessoas.

Uma das exigências propostas a Le Corbusier, foi a introdução de serviços públicos no edifício, o que levou o arquiteto a inovar, ao introduzir essas funções no piso térreo, juntamente com espaços públicos integrados, criando uma separação para a residência de estudantes, que surgia nos pisos superiores. Nestes pisos, além dos dormitórios, foram desenvolvidos espaços multifuncionais, como zonas comuns que incluíam, refeitório, cozinha e biblioteca.

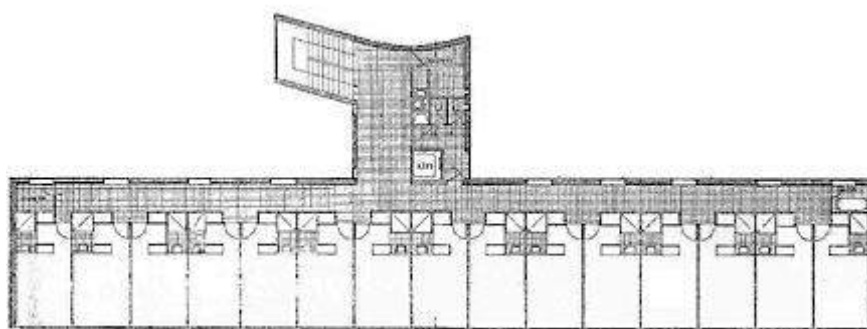


21. Pavillon Suisse estrutura exterior



22. Pavillon Suisse Pilotis

O módulo de quarto tem uma área de 16m^2 , e é constituído por uma estrutura fixa semelhante a um mobiliário, que divide o espaço, separando a zona da instalação sanitária da zona de dormir. A zona dedicada à higiene, apresenta um espaço simples, mas versátil, que ao separar o lavatório, sanita e banho, permite um uso independente de cada um. Ao integrar no módulo de quatro uma instalação sanitária, assegura um nível de comodidade maior. O espaço de dormir estaria pensado para se situar adjacente à estrutura de divisão do módulo, o que remete para maior privacidade, enquanto o espaço de trabalho é composto por uma estante e uma mesa, que se situam na zona com maior espaço no módulo – espaço que permite uma mudança do mobiliário e adaptação de usos por parte do utilizador, se assim o pretender.



23. Planta de pisos 1,2 e 3 – Acessos e módulos de quarto

O Pavilhão Suíço, demonstra ainda atualmente, ser um edifício de referência de modelo habitacional em massa, que se adapta às exigências sociais e que integra novos usos que permitem servir as necessidades dos seus ocupantes. Atualmente em funcionamento, este projeto permite o alojamento de estudantes em intercambio na Universidade de Paris, mas também a possibilidade de visita de uma peça que se tornou, em 1965, parte da lista de património histórico de França.



24. Espaço circulação e acesso de escadas



25. Espaço comum



26. Módulo de quarto com estrutura divisória e cama

3 | Diálogo com a Pré-existência

3.1	Reabilitar o Património	37
3.2	Regeneração Urbana do Lugar	41
3.3	Casos de estudo	45



27



28

*Nunca esqueçamos que é a Língua e a Arquitectura, são as cidades de língua portuguesa, que nos permitem algum sentimento de pertença a uma comunidade construída com tanta injustiça e sofrimento, como esforço e imaginação.*²¹

²¹ Costa, Alexandre Alves. *Identidade nacional e património construído – arquitetura, cidade e território*. Comunicação efetuada a 18 de abril de 2009, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios sob o tema geral “O Património como Oportunidade e Designio”;

3.1 | Reabilitar o Património

A reabilitação diz respeito à intervenção num determinado edifício por via de obras que procuram garantir a sua manutenção, envolvendo uma intervenção profunda, que resulta de um estado mais ou menos adiantado de degradação. Em tempos, a reabilitação, restauro ou conservação do edificado, não foi um tema consensual entre os intervenientes. A primeira Carta de Atenas sobre a conservação de monumentos, refere que deveria ser executada uma manutenção regular, opondo-se a reconstruções integrais, a introdução de novos materiais e a novas construções na sua envolvente próxima.

No ano de 1943, foi elaborada uma nova Carta de Atenas, então publicada por Le Corbusier. Nesta carta, refere-se que, apesar da preservação de edifícios ou conjuntos urbanos com valor cultural seja importante, não deve ser prejudicada a qualidade de vida da população, instituindo-se a necessidade de edificar novas cidades, que atendessem aos direitos fundamentais do indivíduo (habitação, trabalho, circulação e lazer).

Em 1964, resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, foi elaborada a Carta de Veneza, que ampliou o conceito de monumento histórico, passando este a englobar *“não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico.”*²²

Em 1976, na 19ª Sessão UNESCO, surgiu a Recomendação de Nairobi relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e à sua função na vida contemporânea. Nesta, deve considerar-se que os conjuntos históricos e o seu enquadramento formam um património universal e que *“a sua salvaguarda e integração na vida*

²² Carta de Veneza (1964);

colectiva (...) devem ser uma obrigação para os governos e para os cidadãos dos estados em cujos territórios se encontram."²³

É igualmente descrito, que os conjuntos históricos e a sua envolvente deve ser protegido ativamente contra qualquer deterioração, *particularmente as que resultam de utilização imprópria*. Este conjunto histórico deve igualmente ser considerado como um todo coerente cujas características específicas são dependentes dos elementos o integram e abrangem tanto as atividades sociais praticadas, como a estrutura espacial e envolvente.²⁴

A persistência dada aos monumentos arquitetónicos históricos neste documento, prende-se com o aumento da densidade e da escala do novo edificado, que destrói com frequência o contexto e carácter adjacente ao monumento – colocando à parte um enquadramento do monumento através da demolição dos edificado circundante.

Segundo Teresa Salgueiro²⁵, os centros históricos são considerados como uma das maiores problemáticas existentes nas cidades, sendo *"necessário mantê-los e revitalizá-los devido aos valores culturais que transportam. Estes testemunhos vivos de épocas passadas são uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social, vector indispensável face aos perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea."* Ao intervirmos nestas áreas, não podemos desconsiderar a participação dos habitantes e intervenientes, que beneficiar com o processo: *"o melhoramento do 'habitat' deve constituir um dos objectivos fundamentais da salvaguarda."*²⁶

A evolução do conceito de património arquitetónico, e das suas intervenções de reabilitação que procuram a sua integração, foi um tema que suscitou uma consciencialização por parte dos órgãos de administração local, pela importância dos seus conjuntos urbanos de valor.

²³ Recomendação de Nairobi (1976);

²⁴ Ibidem;

²⁵ Salgueiro, Teresa (1992). *A Cidade em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento;

²⁶ Carta internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas (1986);

Sintetizando, e partindo para uma reflexão dos pressupostos estudados, partimos para um melhor entendimento do sentido de recuperação, através da reabilitação do património, encontrando primeiramente o significado e o seu papel no atual contexto social e arquitetónico.

Genericamente, o património pode ser definido como um conjunto de bens, considerados do interesse público coletivo, podendo ser materiais ou imateriais, e que se revelam suficientemente icónicos para perdurar através do tempo. É algo que nos lembra o passado, um testemunho ou até uma convocação do passado, assumindo uma função – a de perpetuar épocas, ou acontecimentos importantes.

Ao identificarmos identidade histórica e vivências coletivas de uma determinada época, num objeto arquitetónico ou conjunto urbano, vemos traduzida a definição de património, que concorre para preservar a identidade de uma nação, de um grupo étnico ou religioso.²⁷ Podemos afirmar que existe um legitimar social e político, no que respeita à atribuição daquilo que é e não património, ao analisarmos que, de um modo geral, que aquilo que os grupos de elite – político, científico, económico e ideológico – decide preservar como património coletivo, são um conjunto de símbolos sacralizados, de vertente religiosa ou ideológica.²⁸

Ao verificarmos este cenário, conclui-se que o património é uma consequência social.²⁹ Assumimos que o património possa ser resultado apenas de uma parte do conjunto de ações do Homem num certo período histórico.³⁰ Desta forma, e sabendo que património e identidade são conceitos facilmente associados, podemos afirmar que a identidade de uma sociedade é sempre um sistema repartido que se obtém por via da seleção.

²⁷ Choay, Françoise (2013). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70;

²⁸ Rodrigues, Donizete (2012). *Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica*. Universidade da Beira Interior;

²⁹ Prats, Llorenç (1997). *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel;

³⁰ Peralta, Elsa (2000). *Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural*. In *Antropológicas*, Nº 4;

Atualmente, existem traços distintivos nas cidades, resultado de grandes conflitos temporais e culturais, das diferentes sociedades contemporâneas das épocas. Desta forma, ao reabilitarmos um edifício ou um conjunto urbano, devemos sempre refletir e considerar os exemplos do passado, observando tanto a razão pela qual foram intervenções bem-sucedidas, como as que se revelaram de insucesso. Devemos considerar a memória pré-existente, como referência de uma cultura, assumindo posições em relação ao futuro. A autora, Françoise Choay, afirma existir distinção entre monumentos e monumentos históricos. Defende que os primeiros se constroem com vista a evocar a lembrança e estão conectados à memória viva; enquanto os segundos se enquadram no pensamento desenvolvido no parágrafo anterior – estando estes intimamente ligados à escolha de determinados estratos da sociedade, traduzidos em produto de uma realidade histórica, política ou social, de um determinado tempo e lugar.



29. Azulejaria Portuguesa considerada de Interesse Público: *O feito de Martim Moniz* – Painéis no Palácio da Rosa em Lisboa

30. Obra de arte no Castelo de Kelburn, Escócia – integra a *Listed building* (Toda o edificado protegido por lei pelas entidades responsáveis pelo reconhecimento histórico do Reino Unido) – a propósito de preservação do património na contemporânea



3.2 | Regeneração Urbana do Lugar

*"o conjunto de programas e projectos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional (actividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitectónica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso público); finalmente, a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, actuações no âmbito da segurança social, educação, tempos livres, etc.)."*³¹

O conceito de Regeneração surgiu com maior ênfase nos anos 80 do século XX e baseia-se no *"processo que ocorre num organismo vivo quando este demonstra a capacidade de reconstituir um seu tecido danificado, repondo um equilíbrio funcional que havia sido perturbado."*³² Regra geral, este conceito está associado às reurbanizações mais recentes, e caracterizadas por um modelo económico neoliberal, onde a privatização de áreas públicas e a gestão do ambiente, através de parcerias mistas (público e privado), prevalecem.³³

A regeneração urbana dos lugares, é essencial na evolução das cidades em todos os níveis: político, sociais e arquitetónicos habitacionais e urbanos. Segundo Maria Oliveira e Cunha³⁴, o conceito é definido pela preocupação de garantir uma requalificação e revitalização das zonas em avançado estado de degradação e desconetadas da cidade, zonas que com as atuais exigências

³¹ Portas, Nuno (1985). *Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente*, Sociedade e Território: Ano 1, n.º 2, Lisboa, p. 8

³² Vilares, Elisa (2003). *Back to the City: O discurso e as metodologias da Regeneração Urbana*. Cidades, Comunidades e Territórios, n.º 7. Lisboa: CET-ISCTE, p.100

³³ Menezes, Marluce (2005). *Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma Breve visita à Mouraria*. In <http://revistas.rcaap.pt/cct/article/viewFile/9221/6668>

³⁴ Cunha, Maria Luísa. Licenciada em Planeamento Regional e Urbano. *A Intervenção na Cidade Existente*. In http://www.ipv.pt/millennium/pers13_6.htm

contemporâneas, têm maior dificuldade de integração, tendo muitas vezes *parado no tempo*. Nas últimas décadas, em Portugal, o cenário passou pelo desenvolvimento das regiões envolventes suburbanas. No entanto, atualmente verifica-se o início de uma preocupação generalizada para a preservação de espaços históricos e antigos, através da recuperação, com o intuito de reocupar e dar novamente vida a estes espaços, trazendo as pessoas de volta à cidade.

Ao analisarmos o histórico de reabilitações em áreas antigas, percebemos que estas incidem na preservação dos conjuntos de habitação, melhorando as condições em que esta habitabilidade se dá. Incidem igualmente em equipamentos como comércio local, que geram postos de trabalho, e locais de lazer e convívio da população, ao mesmo tempo que existe uma reformulação do sistema viário e de estacionamento. Quando se trata de reabilitação, ou regeneração urbana, não existe uma fórmula científica pela qual nos podemos reger. Tratam-se de intervenções sensíveis, que requerem conhecimento profundo e adaptação da área das cidades, e até do país, em que se inserem, não podendo ignorar as leis, e meios financeiros de que se dispõe.

Nas últimas décadas geraram-se novas políticas urbanas, que contrastam com os ideais de ações de outrora. Esta nova política é caracterizada pela preocupação com os sinais de mudança das tendências, como são os sinais da saturação da procura de nova habitação, espaços comerciais e de trabalho.

Atualmente, considera-se importante a adequação de zonas antigas, a zonas de habitação, mas igualmente de comércio, lazer e escritórios. Desta forma, estas áreas desconetadas da cidade, apenas podem ser intervencionadas com a reabilitação simultânea dos edifícios que a compõe, assim como dos espaços públicos envolventes, promovendo a implementação de serviços e espaços que sirvam o coletivo. Estas políticas urbanas preveem um melhor aproveitamento na utilização das cidades por parte da população coletiva, considerando as regenerações e novas construções partes complementares do processo, que dependem uma da outra.

A par do capítulo anterior, o trabalho prossegue, complementando os conceitos de Habitação Temporária, Reabilitação e Regeneração do Lugar. Com base nos pressupostos estudados neste capítulo, assim como anteriormente, enquadra-se a questão da habitação contemporânea e das suas decorrentes necessidades, onde se destacam as temáticas da flexibilidade, adaptabilidade e multifuncionalidade, juntamente com a recuperação de espaços de cunho patrimonial. A intervenção proposta para o presente trabalho; reabilitação do Palácio da Rosa, assenta em suma, em ideais como os de atender aos direitos fundamentais do indivíduo (habitação, trabalho, circulação e lazer), explanados na Carta de Atenas de 43; A procura da regeneração do lugar onde se insere esta obra, assente numa premissa evolutiva para a cidade, pretende ser alcançada através da sua requalificação e revitalização.

O capítulo que se segue, pretende clarificar e dar a conhecer o local de intervenção da presente proposta. Tratando-se de uma importante zona da cidade, é necessário um esclarecimento total, capaz de projetar o futuro, apontando, conjuntamente com os contextos atuais, a uma resolução programática e arquitetónica coerente e adequada a uma área tão sensível, mas simultaneamente marcante da cidade de Lisboa.

Os casos de estudos em seguida analisados, pretendem ser reveladores deste espírito revitalizador. A recuperação de dois espaços com programas diferentes, que confluem numa arquitetura de reabilitação e adaptação que comunga dos princípios anteriormente esclarecidos; a procura de servir a cidade e uma comunidade populacional no seus diferentes e contemporâneos desejos, preservando e respeitando os valores arquitetónicos presentes.

3.3 | Casos de Estudo



31



32



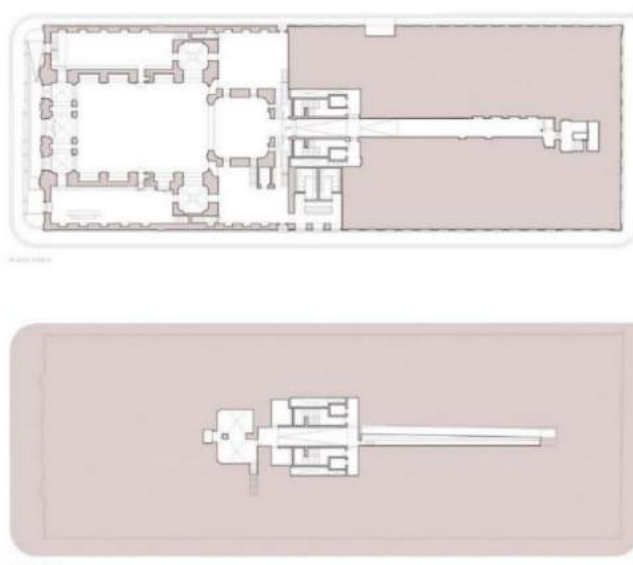
33. Edifício Sede do Banco de Portugal – Museu do Dinheiro. Lisboa, 2013

Arquitetos Reabilitação: Gonçalo Byrne Arquitectos e João Falcão de Campos

Intervenção: 2013

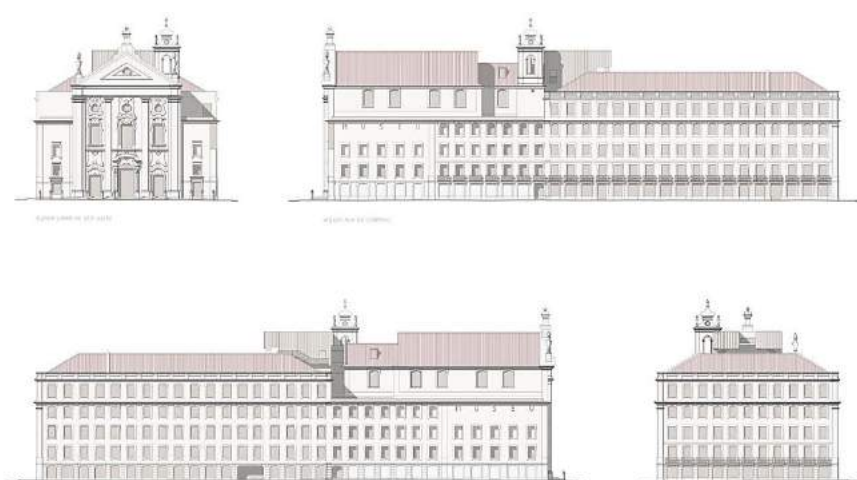
Localização: Lisboa, Portugal

O Edifício Sede do Banco de Portugal resultou de uma integração progressiva de um conjunto de oito edifícios e da antiga Igreja de S. Julião. Este conjunto edificado que delimita o quarteirão onde está implantado, na Rua do Comércio, em plena Baixa Pombalina, foi adquirido pelo Banco de Portugal entre os anos de 1868 e 1933. Com a ocupação progressiva das instalações por parte do Banco de Portugal, ocorreram várias alterações e implementação de soluções programáticas temporárias, que se revelavam fundamentais perante as novas necessidades do setor em evolução. A seu tempo, estas constantes instalações temporárias revelaram-se responsáveis pela urgente mudança e recuperação integral do conjunto edificado, pois do ponto de vista estrutural, tornou-se impraticável prosseguir com este tipo de solução. Assim, no ano de 2007, decidiu-se pela reabilitação e restauro do Edifício Sede Do Banco de Portugal.



34. Plantas Piso -1 e 0 – Estrutura da igreja e anexos

Este conjunto é composto pela antiga Igreja de S. Julião e pelos anexos, denominados de “Fábrica Pombalina” pela equipa de arquitetos responsáveis pela recuperação. Conjuntamente, os anexos e a antiga igreja, enquadram-se no conceito de edifício-quarteirão, na Baixa Pombalina, acompanhando o exemplo europeu da cidade do iluminismo. A articulação do conjunto ocorre pela presença do saguão longitudinal. Os elementos igreja e anexos funcionam como um elemento unitário, e conferem uma *cenografia facial das fachadas e respetiva hierarquia*.³⁵



35. Alçados Edifício Sede do Banco de Portugal

A intervenção visou a reabilitação geral do edifício, com a implementação de regras e normas exigidas atualmente, soluções energéticas e a implementação do Museu do Dinheiro, no edifício da antiga igreja. Como base, a ideia foi a implementação de um modelo aberto ao público, salvaguardando a privacidade e segurança do funcionamento da instituição. A intenção ao adaptar a igreja, foi de oferecer ao público a contemplação dos seus amplos espaços e pormenores decorativos e arquitetónicos que remontam ao séc. XVIII, promovendo a musealização da classe ali instituída, assim como do passado relacionado do país e da cidade.

³⁵ Equipa de arquitetos responsáveis pela intervenção (Gonçalo Byrne Arquitectos e João Falcão de Campos);

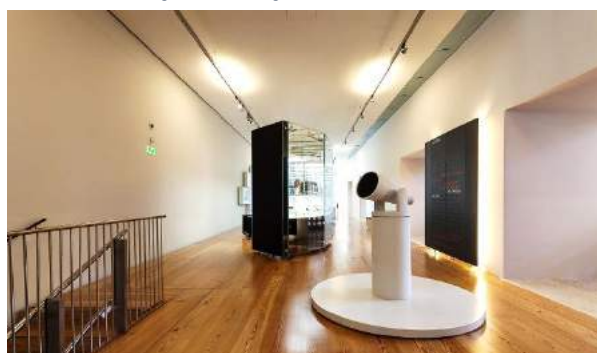
O espaço amplo de igreja, dotado de toda a sua grandiosidade, proporciona *excelentes condições*³⁶ para a exposição e atividades representativas e culturais, funcionando como um espaço de múltiplas atividades contemplativas, e espaço cultural polivalente.

Esta recuperação vem no seguimento da procura da contribuição do reforço de uma política institucional, representativa e cultural da cidade de Lisboa, centrada no respeito pelo património, memória e identidade, medida que visam o estímulo à transformação, criatividade e inovação. Em 2017, foi distinguido com o prémio Valmor e Municipal de Arquitetura, pela CML.

*O projeto procurou uma visão unitária de toda a intervenção, um desejo de continuidade e de complementaridade, em que o antigo e o contemporâneo, o original e a reparação, o restauro e a intervenção proposta se incorporam numa nova singularidade que responde às necessidades de utilidade e de beleza.*³⁷



36. Espaço de exposições – Antiga igreja vista do altar mor



37. Museu do Dinheiro

³⁶ Idem;

³⁷ Idem;



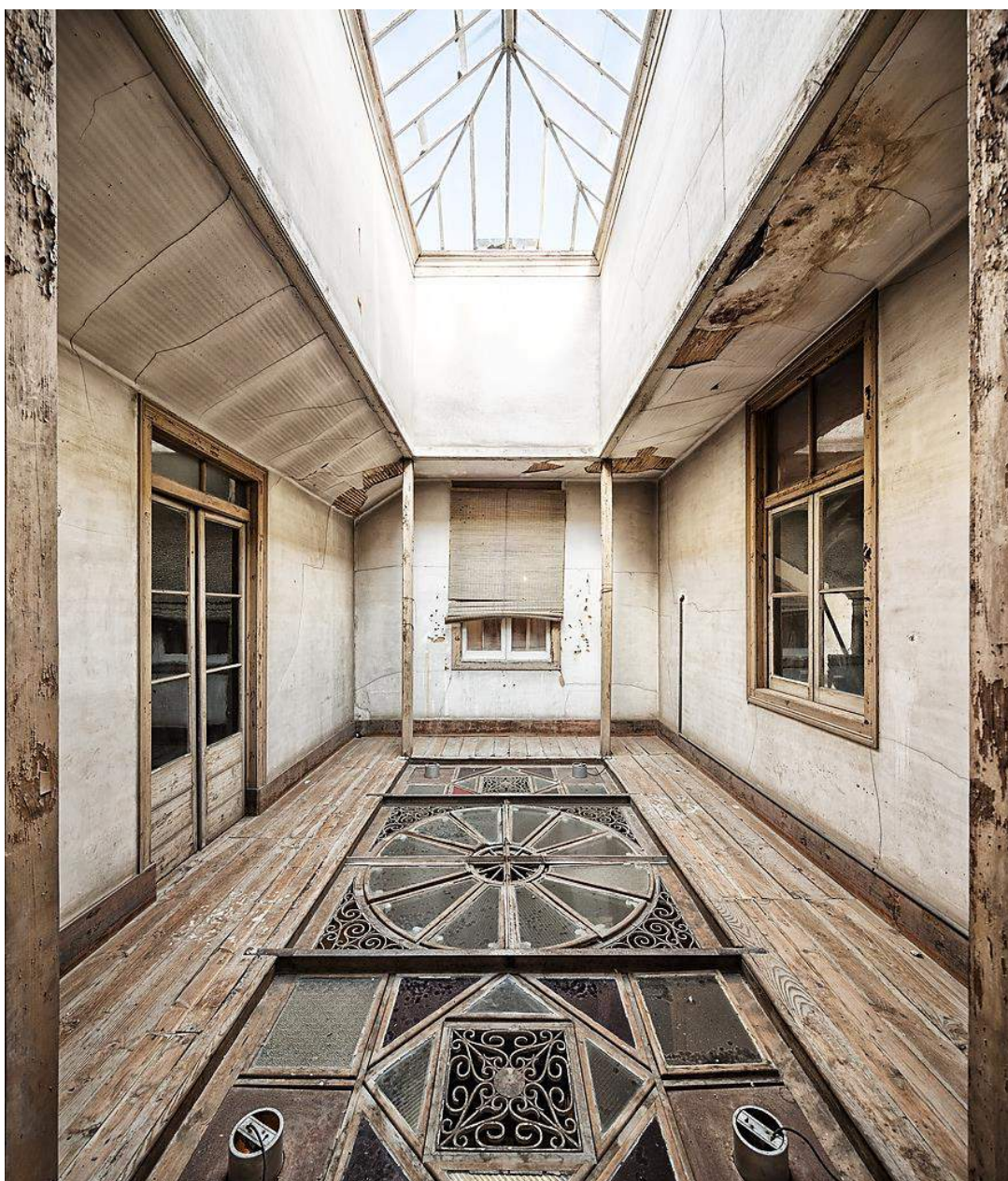
38. Nave Central



39. Espaço polivalente



40. Novo vs Pré-existência



41. Palácio Sinel de Cordes. Lisboa, 2012

Arquitetura Reabilitação: **FSSMGN** Arquitectos

Intervenção: **2012**

Localização: Lisboa, Portugal

O Palácio Sinel de Cordes, de arquitetura palaciana setecentista, foi inicialmente ordenada construir pela família Sinel de Cordes, uma família nobre flamenga que chegou a Portugal no início do séc. XVII. Posteriormente, no séc. XIX, o juiz do Supremo Tribunal Militar, Visconde de Correia Godinho, adquire o palácio, que ordena a alterações de cariz arquitetónico decorativo, como é o caso da implementação de uma balaustrada na platibanda e quatro estátuas.



42. Fachada principal do Palácio Sinel de Cordes - 1900

No início do séc. XX, instalou-se no palácio a Legação de Itália, e segundo Norberto de Araújo, em meados do séc. XX o conjunto passou a ser propriedade de Carlos Riveiro Ferreira. A partir desta data e até 2006, o palácio albergou uma escola primária, e só em 2012 foi recuperado para onde está atualmente instalada a Trienal de Arquitetura.

Esta intervenção insere-se numa categoria muito idêntica ao caso de estudo anterior. A equipa responsável pela intervenção no Palácio Sinel de Cordes, liderada pela Arquitecta Margarida Grácio Nunes do atelier FSS Architectos, teve premissas de recuperação baseadas no âmbito da estratégia da criação de um pólo criativo, estabelecida pela Câmara Municipal de Lisboa.

A *Trienal de Arquitectura de Lisboa*, que atualmente ocupa o Palácio Sinel de Cordes, tem como principal missão a de *investigar, dinamizar e promover o pensamento e a prática da arquitetura*.³⁸ Ao longo dos últimos dez anos, o projeto tem sido responsável pelo debate e a divulgação de disciplinas que se relacionam com a prática da arquitetura, e que visam conectar esta prática com outros setores da sociedade, através da promoção do desenvolvimento cultural e económico da cidade.

³⁸ Trienal de Arquitectura de Lisboa; *in* trienaldelisboa.com;



43. Interior Palácio Sinel de Cordes



44. Reabilitação interior



45. Entrada Principal

4 | *Lugar*

4.1	<i>Fado da Mouraria</i>	63
4.2	Palácio da Rosa	69
	4.2.1. Cronologia	73



46



47

Lisboa – Dilecto companheiro – de toda a parte se avista. Alcantila-se para se rever. Dir-se-á que a si própria se namora. Mas não suponhas que é por orgulho; antes o será pela força desse sentimento – a saudade, vício lusíada de que também ela se deixou contaminar. E nada para avivar saudades como a contemplação da paisagem natal.

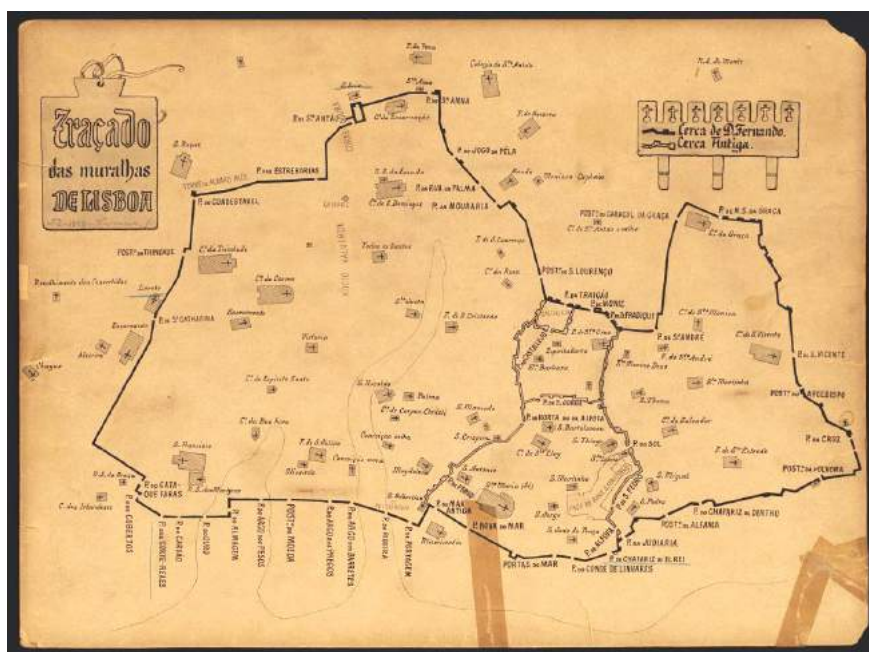
Onde está a ruazinha em que nascemos? Eis o que nossos olhos perguntam, quando os largamos a passear pelas distâncias contemplativas. Mas abandonemos a visão nesga de Lisboa que daqui se abrange, a norte e a ocidente, e prossigamos.

*Mouraria!*³⁹

³⁹ De Araújo, Norberto; Barata, Martins. Parceira de António Maria Pereira. (1939). p.59. *Peregrinações em Lisboa. Livro 15*. Lisboa: Editora Lisboa;

4.1 | Fado da Mouraria

M de Mouros – os que habitavam aquela zona da cidade; população oriunda do norte de África praticantes da religião islâmica. Em 1147, aquando da conquista da cidade de Lisboa pelas forças de D. Afonso Henriques, este povo foi expulso, enquadrando-se no período de reconquista da Península Ibérica. Estes confrontos consubstanciaram-se numa cruzada histórica entre as religiões islâmica e católica, esta última predominante na Península Ibérica. Este acontecimento consistiu na expulsão dos mouros, no que se constituía pela sua cidade, para fora da antiga muralha, denominada de Cerca Velha ou Cerca Moura. Naquela época, o local onde se instalaram posteriormente, era um local obscuro e inóspito, situado na encosta do Castelo, e que originou à formação do *Gueto dos Mouros* – a Mouraria. Por esta altura, os mouros eram considerados *gente impura*⁴⁰, e permaneciam isolados da população cristã. Estes viriam a ser novamente expulsos ou convertidos já no séc. XV.



48. Antigas cercas de Lisboa – Cerca Fernandina e Cerca Velha ou Moura

⁴⁰ De Araújo, Norberto; Barata, Martins. Parreira de António Maria Pereira. (1939). *Peregrinações em Lisboa. Livro 15*. Lisboa: Editora Lisboa, p.60;

Com o desaparecimento dos mouros, a Mouraria tornou-se *livre*⁴¹, preservou um traço medieval, e já nos séculos XV e XVI a civilização expandiu-se e evoluiu, começando a projetar edifícios modernos para a época. Em épocas seguintes, assistimos a uma ocupação desta zona da cidade, por parte de classes sociais altas, constituindo os seus locais de habitação, através da construção de edifícios pretensiosos de grande dimensão.

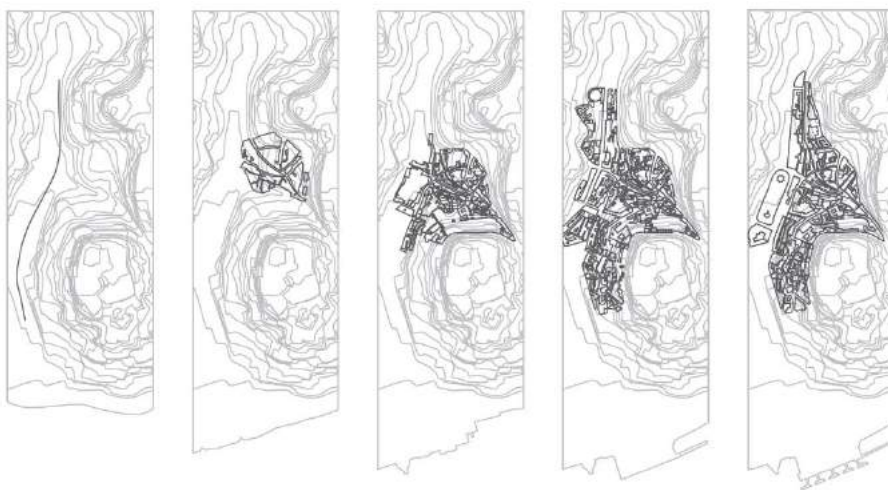
Com o passar dos séculos, esta zona que apenas tomou fisionomia citadina um século depois da tomada cristã⁴², foi constituída por diversas populações e contextos sociais, e protagonizou-se como uma área desqualificada e de carácter marginal. Desta forma, a Mouraria, esquecida e afastada da cidade, ficou associada desde a sua origem a um local promíscuo, gerando um ambiente favorável à prática de atividades ilegais e obscenas. Tais acontecimentos originaram a degradação de edifícios daquela zona da cidade, a escassez de apoios a uma população pobre e envelhecida, e por consequência de tudo isto, uma população excluída. Por esta altura, chegava à cidade população rural, que procurava na capital postos de trabalho e melhores condições de vida. O mesmo cenário se verificou, mais recentemente, com população oriunda de África e Ásia, tornando o local num polo de expansão da cidade. Toda esta dinâmica populacional, originou costumes culturais e uma identidade social isolada, que tornou um dos bairros mais antigos de Lisboa, no local mais multicultural da cidade, até aos dias de hoje.⁴³

⁴¹ De Araújo, Norberto; Barata, Martins. Parceira de António Maria Pereira. (1939). *Peregrinações em Lisboa. Livro 15*. Lisboa: Editora Lisboa, p.60;

⁴² Ibidem;

⁴³ Relatório de Proposta de Alteração ao Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria. *Definição e caracterização da área de intervenção* [art.88º, alínea a), DL 46/2009, de 20/02];

Contudo, o Bairro da Mouraria apresenta valores e potencialidades em igual ou maior proporção, face ao cenário menos positivo até aqui apresentado. A localização geográfica, a arquitetura de edificado aristocrata e de edifícios de traço quinhentista, as ruas e percursos, com os seus sistemas de vistas, e até a cultura histórica implementada, oferecem enorme riqueza a este bairro lisboeta. Na sua essência, a Mouraria é cultura e património. *A Mouraria de Lisboa – aristocrata, religiosa, burguesa, popular, fadista; tumultuosa e delicada, evocadora e objectiva, romântica e poética num mundo de contradições*⁴⁴ – é classificada como o berço do Fado lisboeta.



49. Desenvolvimento da área da Mouraria ao longo dos séculos sobre a topografia de Lisboa

Conscientes desta realidade, os responsáveis e habitantes, através da Câmara Municipal de Lisboa, associações locais, iniciativas e entidades de financiamento, têm, nos últimos anos, praticado melhorias significativas no que respeita à recuperação e revitalização da Mouraria, a fim de devolver e reintegrar este bairro histórico, no contexto da cidade, contrariando o carácter de isolamento que lhe vem sendo conferido. Perante o avançado estado de degradação da maior parte dos edifícios ali localizados, assim como os espaços e ruas desqualificadas que integram esta zona da cidade, vários programas de requalificação têm sido desenvolvidos no sentido de *tornar a Mouraria um território mais inclusivo, mais atrativo e mais seguro para todos*.⁴⁵

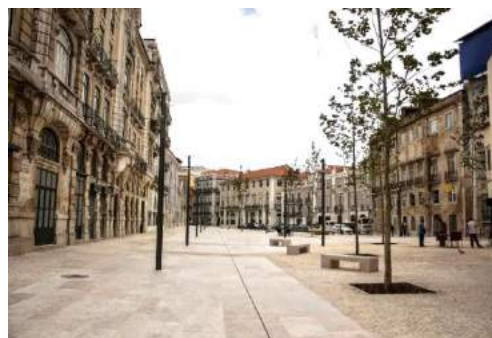
⁴⁴ De Araújo, Norberto; Barata, Martins. Parceira de António Maria Pereira. (1939).

Peregrinações em Lisboa. Livro 15. Lisboa: Editora Lisboa, p.59;

⁴⁵ Costa, António. (Então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa), (2011);

Através da implementação de novos espaços públicos, novos conteúdos programáticos, reabilitações de edifícios habitacionais e notáveis, do desenvolvimento de projetos sociais e de reintegração, a Mouraria tem vindo a ganhar nova vida, atraindo cada vez mais turismo e melhorando por consequência de tudo isto, a qualidade de vida dos habitantes. Em 2013, foi atribuído o Prémio IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) – *Variante Espaço Público - Requalificação do Espaço Público da Mouraria*; A intervenção teve como base os pressupostos anteriormente explanados, e delineou-se no sentido longitudinal do bairro, refletindo-se em melhores condições de acessibilidade e mobilidade, na criação de um percurso Turístico-Cultural e na recuperação de dois edifícios emblemáticos da zona.

*É ponto de partida para a requalificação urbanística e ambiental da Mouraria a intervenção no espaço público, que se espera que seja centelha indutora, em conjunto com as restantes ações previstas para a área da reabilitação urbana, da requalificação e da potenciação da atratividade, nas suas diversas componentes – com relevo para as de fixação de população e a turística, do núcleo histórico da Mouraria.*⁴⁶



50 e 51. Largo do Intendente – Requalificado

⁴⁶ Silva Dias – Arquitectos, Lda. (Responsáveis pelo projeto vencedor do Prémio IHRU 2013 – *Variante Espaço Público - Requalificação do Espaço Público da Mouraria*);

Assente nesta recuperação e reintegração desta zona da cidade, foi criado pela Câmara Municipal de Lisboa um programa de espaço público – “Percurso da Mouraria”⁴⁷, integrado num Plano Geral de Acessibilidades Suaves e Assistidas à Colina do Castelo. Este programa, dividido entre várias zonas da Colina, mas incidindo na Mouraria, pretende estabelecer uma ligação contínua entre o Martim Moniz e o Castelo de São Jorge, por via de meios mecânicos (escadas rolantes). O primeiro troço, que liga o Martim Moniz à Rua Marquês de Ponte de Lima, conhecido como Escadinhas da Saúde, foi inaugurado em 2018, e estão ainda propostos mais dois troços que irão completar a chegada ao Castelo. O primeiro troço já existente e financiado pela Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa (EMEL), pretende facilitar o acesso, a circulação pedonal e aumentar o fluxo populacional, que, através do meio mecânico e da renovação do preexistente ajudam a vencer a acentuada topografia presente na colina, facilitando a deslocação da população que ali reside, mas também a de quem visita e trabalha nesta zona da cidade.

A par da reabilitação e adaptação de edifícios como o Edifício Manifesto, Igreja de São Lourenço, Casa da Severa, Antigo Mercado do Chão do Loureiro, vários edifícios de habitação, a criação de edifícios multifuncionais e sociais, e intervenções em vários espaços públicos de todo o território da Mouraria, existem nesta área exemplos que revelam interesse na sua reabilitação, como é o caso do conjunto edificado do Palácio da Rosa, classificado como Imóvel de Interesse Público, e que se situa no Largo da Rosa.⁴⁸

Com os pressupostos mencionados, pretende-se refletir acerca da continuidade de integração e do futuro deste bairro histórico na cidade de Lisboa. Com a reabilitação e regeneração urbana do Palácio da Rosa e da Igreja de São Lourenço propostos no presente trabalho, que destino para a Mouraria? E de que forma poderá esta intervenção contribuir para as ações de inserção que têm sido levadas a cabo?

⁴⁷ cm-lisboa.pt;

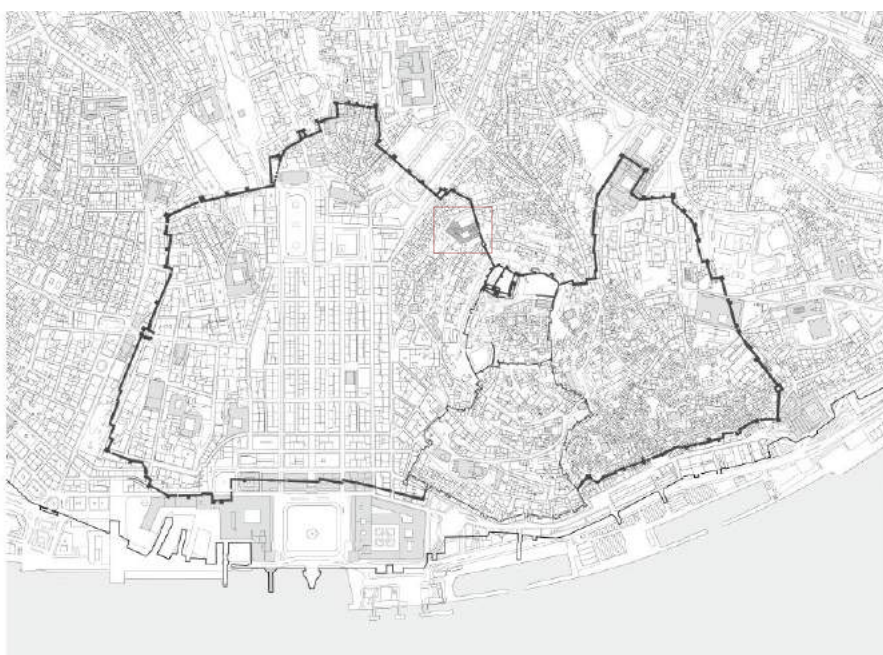
⁴⁸ Relatório de Proposta de Alteração ao Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria. *Definição e caracterização da área de intervenção* [art.88º, alínea a), DL 46/2009, de 20/02];



52. Mouraria na Encosta do Castelo – Palácio da Rosa à esquerda

4.2 | Palácio da Rosa

*O Palácio que temos à vista é de um belo aspecto exterior, nobre e harmonioso. O portal de entrada, de muito boa arquitectura da Renascença, ostenta o braço dos Viscondes de Vila Nova da Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima.*⁴⁹



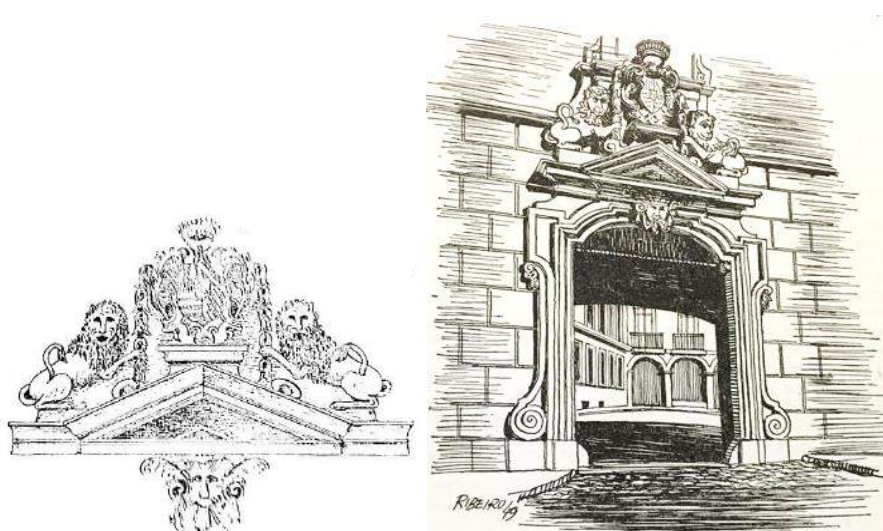
53. Palácio da Rosa na planta de Lisboa – Antigas muralhas da cidade

No atravessar dos tempos, o Palácio da Rosa sofreu diversas alterações programáticas e de carácter de composição formal arquitetónica, traduzindo-se numa *representação solarenga de Lisboa fidalga*.⁵⁰ Estas mutações resultam, essencialmente, por conta das diversas ocupações que albergou. Resultado dessas transformações, assistimos hoje a um conjunto edificado com características palacianas, que é composto por espaços de salões nobres,

⁴⁹ Araújo, Norberto de; Barata, Martins. Parceira de António Maria Pereira. (1939). *Peregrinações em Lisboa. Livro 15*. Lisboa: Editora Lisboa, p.61;

⁵⁰ Araújo, Norberto de (1947). *Inventário de Lisboa. Fascículo V*. Lisboa: CML;

que comunicam entre si, cumprindo uma disposição formal palaciana com tetos ornamentados e pinturas pompeianas do final do século XVIII; escadaria monumental; pátio interior revestido com azulejos do final do século XVII; biblioteca com revestimento *boiserie*; jardim por onde passava um lanço de muralha da Cerca Fernandina e a capela da casa (Igreja de São Lourenço – restaurada em 1867 e 1904). A entrada principal do Palácio, é feita pelo Portal nobre a Sul, seguindo para o pátio nobre. O Portal é um elemento de expressão decorativa, que representam os brasões das famílias dos Vila Nova da Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima.⁵¹



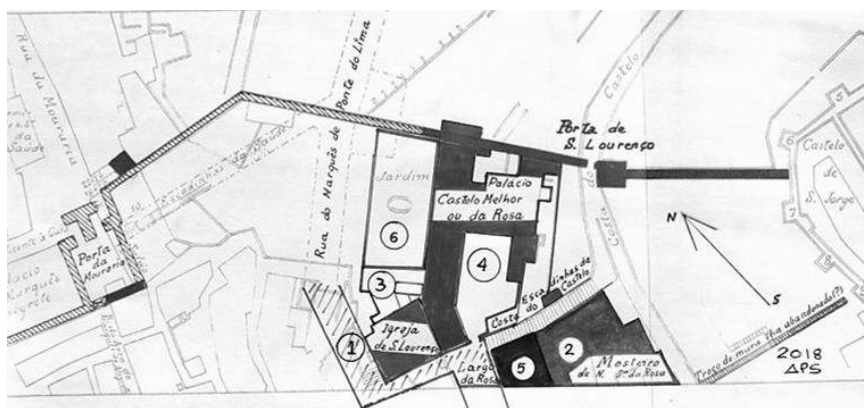
54 e 55. Portal Nobre – Entrada principal do Palácio da Rosa

Este conjunto formado pelo Palácio da Rosa e Igreja de São Lourenço, foi inicialmente classificado pela CML como Imóvel de Interesse Municipal, mas detém atualmente a categoria de Imóvel de Interesse Público, e está parcialmente incluído na Zona de Proteção do Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa⁵². O Palácio edifica-se em função do pátio interior (4 – fig.51), e apresenta fachadas de uma arquitetura simplista e depurada. Atualmente, ainda é possível encontrar no seu interior resquícios de diversas épocas anteriores. O espaço de jardim (6 – fig.51) perfila uma área exterior

⁵¹ Ibidem;

⁵² Inventário do Património Arquitetónico número 00003128;

tradicionalmente palaciana que se articula com o edifício, e que se alinha a NE com parte do lance da Cerca Fernandina. O elemento da Igreja de São Lourenço, disposto a SO revela uma arquitetura gótica e barroca, de planta retangular, nave única e capela-mor, articula-se com o Palácio, através de uma tribuna lateral (3 – fig.51), que estende a sua fachada para a Rua Marqueses Ponte de Lima. Nos últimos anos, a partir das obras de restauro que têm sido realizadas, foram descobertos, no subsolo, vestígios do povo muçulmano e da primitiva igreja medieval, que é revelador da capacidade de transfiguração contrastante que um lugar pode ter.



56. Palácio da Rosa e Cerca Fernandina – Do Castelo às Portas da Mouraria

Por entre as várias ocupações deste lugar e deste imóvel, como diversos equipamentos culturais, aqui se instalou mais recentemente o Gabinete de Estudos Olissiponenses (GEO) e a Academia Portuguesa de História (APH). O GEO tem como principal missão, promover o estudo da Cidade de Lisboa através das mais variadas disciplinas e formas, incentivar o estudo e investigação sobre temáticas que se relacionam com a cidade, preservando a sua memória material e imaterial. A APH, que se manteve no Palácio da Rosa até ao ano de 1973, tem como principais funções, a de reunir especialistas que se dedicam à reconstituição documental e crítica do passado histórico português, que proporcionam a toda a população portuguesa um melhor entendimento da sua História.

A contextualização histórica e cronologia analisada, revela-se pertinente, no sentido de melhor entender o processo global pelo qual este Palácio passou até ao estado atual. É necessária uma compreensão e reflexão coletiva sobre

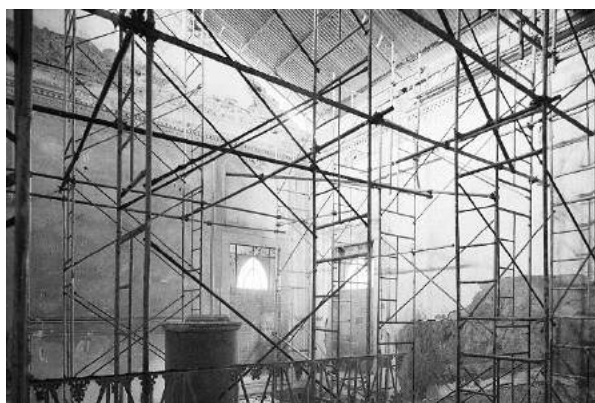
os diversos conteúdos programáticos, que nos remeta para as necessidades de intervenção tanto do conjunto da obra edificada, como a sua integração urbana, no bairro da Mouraria. Através de uma análise teórica e prática detalhadas, pretende-se alcançar os valores primitivos e posteriores deste conjunto atualmente devoluto, no sentido de se alcançar uma recuperação íntegra, que contrarie a sua galopante degradação.



57. Sala Pompeiana – Interior do Palácio da Rosa



58. Sala do Trono – Interior do Palácio da Rosa



59. Obras de restauro – Interior do Palácio da Rosa

4.2.1 | Cronologia

Os primeiros registos do local, onde posteriormente é instalado o Palácio da Rosa e a Igreja de São Lourenço, remetem para o lugar onde primeiramente se implantou um Convento, que, entre outras formas, se pode designar por Mosteiro de Santa Maria da Rosa, Convento de Nossa Senhora do Rosário ou Convento da Rosa. Este convento, fundado por D. Joana de Sousa e Luís Brito Nogueira, iniciou a sua construção no ano de 1519, na encosta poente do Castelo de São Jorge, próximo da torre de São Lourenço. O conjunto era composto por uma igreja pequena e o convento, que foi alvo de várias intervenções de restauro, reconstrução e ampliação ao longo dos séculos. Com o impacto do terramoto de 1755, o convento ficou bastante degradado, e os relatos apontam para uma destruição total do seu elemento de cobertura. Nos anos posteriores, ocorreu espaçadamente, a sua desocupação por via do estado de degradação que apresentava, e já no século XIX efetuou-se a sua demolição total, restando apenas alguns vestígios do convento, perceptíveis ainda nos dias de hoje. Por esta altura, ocorre a delimitação do lugar que atualmente conhecemos por Largo da Rosa, do que se conclui que por efeito da presença deste convento e igreja, terá surgido a designação para o Largo e futuro Palácio.⁵³



60. Convento da Rosa – Implantação na encosta poente do Castelo de São Jorge

⁵³ *História dos Mosteiros - Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*. Lisboa: CML. (1972);

A origem do lugar onde se implanta o Palácio da Rosa remonta à fundação do Solar dos Nogueiras no morgado de São Lourenço, instituído por Afonso Eanes Nogueira – alcaide-mor de Lisboa – nos finais do séc. XIV e princípios do séc. XV.⁵⁴ Nos finais do séc. XV, a apropriação dos terrenos do Solar, estende-se para norte, ficando em contacto com parte do lanço da muralha de D. Fernando.

O Palácio da Rosa não tem uma data definida acerca da sua origem física, consequência da escassez de relatos, registos cartográficos e desenhos aproximados daquela zona da cidade. Os registos apontam como provável, a sua construção no séc. XVII. No século seguinte, e perante o terramoto de 1755, com a destruição massiva de grande parte da cidade e no caso concreto da igreja de São Cristóvão, a celebração das missas passou a realizar-se por algum tempo, no pátio interior do palácio, também este com resultados de degradação do sismo.



61. Vista de Lisboa do Rio Tejo no séc. XVI – por Georg Braun e Frans Hogenberg

Por altura do final do séc. XVIII, a Rainha D. Maria I concede a D. Tomás Xavier de Lima Teles da Silva, o título de Marquês de Ponte de Lima. Tomás da Silva, acumula igualmente, entre outros títulos e cargos, o de visconde de Vila Nova de Cerveira e de Primeiro Ministro de Portugal. O Palácio da Rosa, que por esta altura tinha sido recuperado na sequência do sismo, é entregue a este marquês e à sua família, uma das mais influentes do reino de Portugal.

⁵⁴ Andrade, Ferreira de. (1957). *Lisboa das Sete Colinas*. Lisboa: Ramos, Afonso e Moita, Lda. p.51;

Apenas a partir do final do séc. XIX, surge a primeira documentação, relativa aos projetos de alteração do palácio. No ano de 1895 toma lugar a inauguração da abertura da rua que permanece até aos dias correntes, a Rua Marquês de Ponte de Lima.⁵⁵ É igualmente nesta altura que se constrói a fachada principal do palácio, orientada a Sul.⁵⁶



62. Localização privilegiada do Palácio da Rosa na Costa do Castelo – Vista do miradouro da Senhora do Monte. Por Robert Batty, 1830

Por altura do início do séc. XX, ocorrem intervenções de acrescento de novos espaços e andares, e a reestruturação da fachada orientada para o Largo da Rosa. Com o intuito de iniciar a delimitação do conjunto, é edificado igualmente nesta altura, o restante edifício adjacente à igreja, e que se prolonga pela Rua Marquês Ponte de Lima. Este edifício foi executado com vista a obter rendimentos através do seu possível arrendamento.⁵⁷ A volumetria atualmente existente, com a construção do último piso e a criação de um elemento de articulação entre esse piso e o jardim, são resultado da última intervenção, realizada no período entre 1919 e 1922.

⁵⁵ SILVA, A. Vieira (1987). *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Volume I - 2ª Edição. Lisboa: CML. p.39;

⁵⁶ Araújo, Norberto de (1947). *Inventário de Lisboa. Fascículo V*. Lisboa: CML. pp.28-29;

⁵⁷ Andrade, Ferreira de (1957). *Lisboa das Sete Colinas*. Lisboa: Ramos, Afonso e Moita, Lda. p.72;



63. Fachada principal do Palácio – Largo da Rosa, 1901



64. Pátio interior, 1971

Posteriormente a este período, por altura apesar das intervenções de recuperação bem-sucedidas, possibilitando um novo aproveitamento do conjunto e da sua envolvente, o Palácio da Rosa é desabitado pela família de Castelo Melhor, ficando os seus espaços degradados sob o registo de arrendamento. Mais recentemente, em 1942, o palácio ainda pertencente à família dos Castelo Melhor, passa parcialmente para a alçada da Câmara Municipal de Lisboa, que ali instalou o serviço do Arquivo Fotográfico Municipal.⁵⁸

As habitações em ruína que se perfilam na Rua Marquês de Ponte de Lima, estão, por altura dos anos 50, em estado de ruína, mantendo até aos dias de hoje apenas o elemento de fachada, que assume função de muro divisório e de limite do terreno com a rua.

⁵⁸ Galante, Zaida. (1997). *Os Palácios de Lisboa: da propriedade privada ao edifício municipal*. Lisboa: CML. p.205;

Na década de 60, o restante conjunto do Palácio da Rosa deixa de ser propriedade da família dos Marqueses de Ponte de Lima, e é adquirido na sua totalidade pela Câmara Municipal de Lisboa. Nesta data, classifica-o como Imóvel de Interesse Público, afim de evitar a sua destruição e consequente desaparecimento. Com base nestes pressupostos, a CML alarga a sua ocupação, com serviços direcionados para a cultura e conhecimento, sendo ali instalado em 1970, o Serviço de Recolha de Informação para a Agenda Cultural.⁵⁹ Nos anos seguintes, novas ocupações têm lugar, como a Sede da Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos, e a Academia Portuguesa de História.

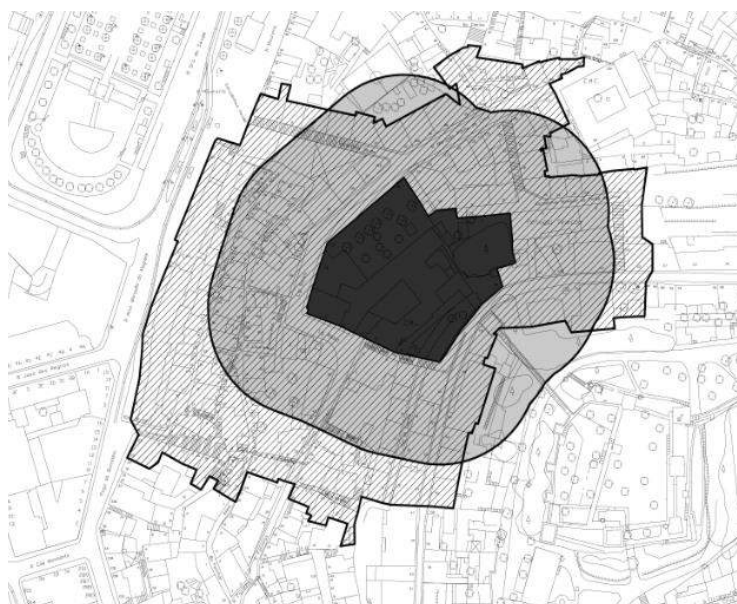
Por finais dos anos 70 e prolongando-se para os anos 80, são realizadas obras de restauro e de melhoria de instalações, para os serviços agora em funcionamento. Coincidente com este processo de renovação, é feita uma nova ocupação, agora por parte do Gabinete de Estudos Olissiponenses. No entanto, e após as diversas ocupações que tiveram lugar afim de oferecer nova vida ao palácio, o estado de degradação do conjunto era muito avançado. Assim, em 1988, iniciou-se uma iniciativa por parte do Gabinete Técnico da Mouraria, que visou intervenções que permitissem interromper o processo de deterioramento.



65. Colina da Costa do Castelo – Alçado Sul e Poente do Palácio da Rosa

⁵⁹ Ibidem. p.206;

No ano de 2002, o palácio fica totalmente devoluto, e a CML toma a iniciativa de colocar à venda ao público. Por consequência, em 2003, o palácio é adquirido por privados. Em 2004 a CML classifica o Palácio da Rosa e a Igreja de São Lourenço como Imóvel de Interesse Municipal, e já no ano de 2012 o IGESPAR classifica estes mesmos elementos como Monumento de Interesse Público (MIP) e estabelece uma Zona Especial de Proteção (ZEP) com um limite de 50 metros.⁶⁰



66. Palácio da Rosa, Igreja de São Lourenço e jardins – Limite do Monumento e Zona Especial de Proteção

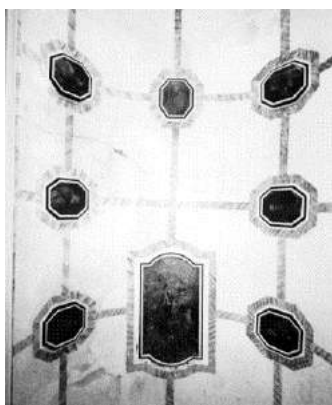


67. Vista aérea do conjunto e envolvente do Palácio da Rosa e Igreja de S. Lourenço – Visível o Largo da Rosa e Antigo Convento da Rosa – Atualmente

⁶⁰ Anúncio n.º 12827/2012, DR, 2.ª série, n.º 114;

Igreja de São Lourenço

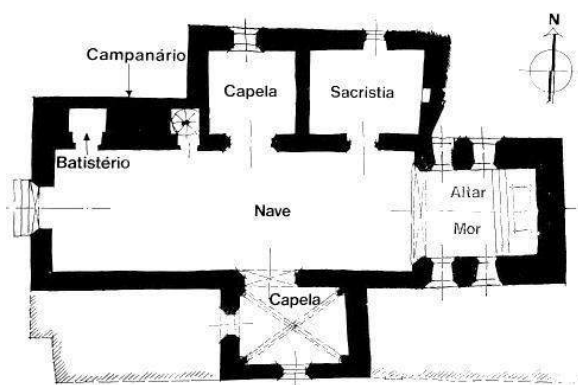
A Igreja de São Lourenço foi fundada no séc. XIII, por iniciativa de Pedro Nogueira, médico do rei D. Dinis, e por via da degradação do tempo, e dos sismos de 1531 e 1755, foi reedificada várias vezes. Pertenceu à casa dos marqueses de Ponte de Lima e mais tarde aos Castelo Melhor, família que ordenou a sua nova reedificação em 1904. Atualmente, esta obra apresenta fachadas simplistas, sendo a lateral, contínua à fachada principal do Palácio da Rosa. Intervenções recentes de restauro revelaram estruturas góticas da igreja primitiva, assim como túmulos da família de Ponte de Lima. Nos dias correntes, a igreja está encerrada ao público, mas no seu interior podemos ainda encontrar azulejos do século XVIII, representativos da vida de São Lourenço.⁶¹



68. Teto da Igreja de S. Lourenço



69. Igreja de S. Lourenço – 1971



70. Planta da Igreja S. Lourenço

⁶¹ Santana, Francisco; Sucena, Eduardo. (1994). *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Consultores, p.808;

5 | Habitar (n)o Palácio

5.1	Momento	85
5.2	Programa	89
5.2.1	Casos	103
5.3	Projeto Urbano	107

*Lisboa nunca mostra duas vezes a mesma cara.*⁶²

⁶² Green, Eugène (Realizador), (2010). Henrique (Personagem) in *La Religieuse portugaise (A Religiosa Portuguesa)*. Océan Films Distribution;

5.1 | Momento

No atual contexto de reabilitação de edifícios e palácios lisboetas, partiu-se para a reflexão para uma proposta de reabilitação do Palácio da Rosa. Como referido anteriormente, este conjunto edificado, situa-se a meio da encosta poente da Colina do Castelo, em Lisboa, e a sua preexistência, que remonta ao séc. XVIII, apresenta hoje uma sobreposição de diversos tempos e construções, que confluem num edificado dotado de uma estrutura complexa. O conjunto edificado é composto pelo Palácio da Rosa e Igreja de São Lourenço, e é atualmente classificado como Imóvel de Interesse Público.

Neste sentido, a ideia da reabilitação de um edifício aristocrata lisboeta, revelou-se pertinente, no atual contexto social e económico da cidade. Os pressupostos assumidos passam pela importância de transpor a memória intrínseca desta obra para o presente, regenerando de forma simultânea o lugar, com vista a revitalizar e impulsionar este local da cidade. Local que, como analisado anteriormente, carece de requalificações e medidas, algumas já em curso, que o aproximem e devolvam à cidade. É tomada como primeira estratégia as reabilitações da igreja e Palácio, que se constitui por áreas de salões nobre, pátio, escadaria monumental, jardins e espaços que relacionam o edifício e a cidade, através de sistemas de vista e de apontamentos



71. Palácio da Rosa – Implantação em Lisboa – Visíveis Baixa Pombalina e Martim Moniz

arquitetónicos de relevo patrimonial, a par de uma intervenção urbana, que será explicada seguidamente neste capítulo.

Após pesquisa e reflexão acerca desta importante obra e lugar, que se estabelecem num sítio privilegiado de Lisboa, pretende-se aproximar a cidade e a obra, através da recuperação e adaptação do seu interior às suas novas funções, que se conectem com as realidades e exigências contemporâneas.

O atual contexto cultural e socioeconómico do país, mas da capital em concreto, sofreu bastantes alterações, como afirma Catarina Vaz Pinto.⁶³ Numa sociedade e Lisboa com grande multiculturalidade e em evolução, pretende-se desenvolver estratégias e intervenções capazes de atualizar o exercício de planeamento estratégico, direcionado para a cultura, onde se pretende integrar e convocar para a cidade, artistas, produtores e profissionais e agentes da área da cultura, com intenção de instituir debates e reflexões sobre a atualidade e futuro cultural da cidade.⁶⁴ Recentemente, e como consequência deste modelo estratégico adotado, de articulação da cidade com a cultura, o município de Lisboa aderiu à *Agenda 21 para a Cultura*, onde se pretende que Lisboa seja cidade Piloto. Esta iniciativa insere-se numa rede de Cidades e Governos Locais Unidos que se comprometem, entre outras princípios, com os direitos humanos, a diversidade e sustentabilidade cultural e a democracia participativa.

No que se pretende para uma dinâmica de vivência positiva numa cidade, a relação entre cultura, bem-estar e qualidade de vida apresenta diversas perspetivas. Através das experiências adquiridas em exposições, espetáculos ou conteúdos culturais, gera-se bem-estar, por consequências do que estes oferecem à população, com a expressividade e performatividade associadas. Por consequência da produção e fruição de uma maior oferta cultural, distribuída e transversal, é gerada capacidade de expressão cultural, construção de identidade e memória coletiva, valor económico, social e mesmo cultural, que concorrem para um reconhecimento social e artístico,

⁶³ Executivo da Presidência da CML; Do Pelouro: Cultura e Relações Internacionais;

⁶⁴ Catarina Vaz Pinto no Relatório Final Estratégias para a Cultura na cidade de Lisboa 2017;

proporcionando a Lisboa, a possibilidade de assumir destaque e consolidação entre as principais capitais europeias e mundiais.

Revela-se de interesse conseguir atrair e alcançar atividades dos diversos campos de arte, como exposições, concertos e espetáculos, que se conectem e inspirem nos principais circuitos culturais globais.⁶⁵

A importância de refletir sobre as tendências contemporâneas vigentes, revelou-se como base e oportunidade para o ponto de partida deste trabalho. Realizou-se um estudo transversal às áreas que se pretendem conjugar, a fim, de uma dar resposta capaz, a necessidades reais e objetivas da cidade. Ao analisar e refletir sobre as macrotendências para a cidade de Lisboa, estas são hoje divididas e apresentadas no *Relatório Final Estratégias para a Cultura na cidade de Lisboa 2017*; entre estas e como premissas deste trabalho estão: Novas pressões sobre o mercado imobiliário; um novo mercado de trabalho em configuração; explosão do turismo urbano e do *city use*; crise com um novo paradigma económico e aumento das desigualdades; a coexistência de uma demografia envelhecida com uma nova cultura urbana na cidadania. Estas são tendências, que se procuraram interpretar numa fase inicial, de ponto de partida, mas também na fase corrente do trabalho, relevantes na adequação de um novo programa para o Palácio da Rosa.

Concebendo a informação apresentada, partiu-se para a reflexão de que novos programas e novos usos melhor se adaptavam à realidade de um edifício e local histórico. Entendendo a explosão do turismo e do *city use*, com o uso abusivo de unidades hoteleiras e apartamentos para *short renting*, localizados por toda a cidade, mas em especial no centro histórico; um novo paradigma económico que conflui para desigualdades sociais e pressões sobre o mercado imobiliário, com a população *local* expropriada, obrigadas a estabelecerem-se noutros locais; a necessidade de fazer coexistir uma população envelhecida com uma nova cultura urbana; uma nova configuração do mercado de trabalho, onde não existem dados que sustentem que os postos de trabalhos gerados pelo elevado número de reabilitação urbana, bem como

⁶⁵ Relatório Final Estratégias para a Cultura na cidade de Lisboa 2017;

o comércio, turismo e atividades económicas ligadas, tenham o seu futuro consolidado.

Perante esta realidade, partiu-se para a conceção de um espaço que confluísse vários programas. Um espaço na cidade, que albergue pessoas de diferentes quadrantes, que reaproxime aquela zona à cidade, e simultaneamente seja um espaço de diferentes permanências.

5.2 | Programa

Através do estudo do Palácio da Rosa e da sua envolvente, por via de desenhos, estudo cronológico, ida ao local, e interpretação das realidades até aqui explanadas, partiu-se para a criação de um modelo unitário que se expande em três dimensões; assumindo a intenção de adaptar o palácio a um local onde se estabeleçam várias funções, com vários propósitos. Implementando duas fases: a habitação temporária e o ofício da arte, que servirão a terceira fase, que surgirá através de um novo edifício proposto: a galeria. Confluindo três programas num único espaço, com diferentes intenções para a encosta do Castelo, num exercício de reabilitação do antigo com a articulação do novo – aqui se estabelece o diálogo entre estruturas.

Ao iniciar este trabalho desenvolveu-se uma reflexão sobre as várias temáticas a abordar; numa fase inicial a reabilitação e restauro do património, importantes para melhor entender o âmbito deste objeto integrado na cidade. Para isto foram seguidas as linhas de pensamento, referidas anteriormente neste texto, como a Carta de Atenas e Carta de Veneza que propõem a preservação de edifícios e conjuntos urbanos com valor cultural, mas também a ampliação deste conceito, para um atentar a fases de testemunho civilizacional ou acontecimentos históricos significativos. Igualmente, baseado nos princípios da Recomendação de Nairobi, que estabelece valores de proteção e salvaguarda dos conjuntos históricos e as suas adaptações a funções, numa vida urbana e social contemporânea.

De seguida, a reflexão evoluiu para a envolvente do Palácio, para a regeneração urbana do lugar, que se revela essencial na evolução da cidade a níveis políticos, sociais e arquitetónicos habitacionais e urbanos. Partilhando da ideia de Maria Oliveira e Cunha, citada anteriormente no terceiro capítulo, partiu-se para uma reflexão e solução que visassem garantir uma requalificação e revitalização de uma zona problemática, e desconectada da cidade, que por

consequência das exigências atuais, tem revelado maior dificuldade de integração.

Desta forma, a proposta de um novo programa para o Palácio da Rosa, passa pela implementação de habitações temporárias que permitem a permanência temporária na cidade de artistas, conferencistas e autores. São desenvolvidos dezassete quartos no piso dois, o último piso do palácio, e são constituídos por zona de dormir, zona de estudo e arrumação, e instalação sanitária. Estes quartos são apoiados, no mesmo piso, por duas zonas de conceção de refeições e refeitório comum, e zonas de estar, onde os presentes poderão interagir e permanecer. São igualmente desenvolvidos apartamentos, autossuficientes, onde a principal característica é a flexibilidade e multifuncionalidade possíveis de adquirir.

A criação destas habitações temporárias, ocorre com a intenção de servir os dez ateliers/ oficinas de trabalho, que se encontram no piso térreo, o piso de chegada ao palácio. Estes ateliers funcionam em diversas áreas, como a pintura, fotografia e escultura, podendo atuar em ambiente interior fechado, mas também com a possibilidade de, em certos espaços, poder trabalhar no exterior, em zonas criadas para o efeito. Os artistas que aqui trabalham, poderão ser provenientes do estrangeiro, mas também nacionais, e que têm uma permanência temporária em Lisboa. Os seus trabalhos desenvolvem-se na área da restauração e conservação de obras de relevo patrimonial nacional, como diferentes materiais, objetos, quadros e decorações, e no semelhante processo, de obras particulares, mas também no desenvolvimento dos seus trabalhos originais. Neste piso, de carácter público, propõem-se também uma loja de comércio, baseada no âmbito de todo o projeto: arte desenvolvida pelos artistas. Nesta loja, é desenvolvido um espaço onde o público poderá igualmente assistir a apresentações e palestras sobre as peças desenvolvidas e comercializadas. Composto pela área de administração e apoio ao funcionamento do palácio, o piso térreo é ainda composto pelo pátio interior, revestido por azulejaria do final do século XVII, considerada de interesse público. Este pátio funciona como ponto de chegada e de distribuição para as restantes áreas do palácio, sendo possível aceder às oficinas de trabalho, onde

o público pode visualizar o trabalho desenvolvido pelos artistas, uma loja, a receção do palácio, e o restaurante.

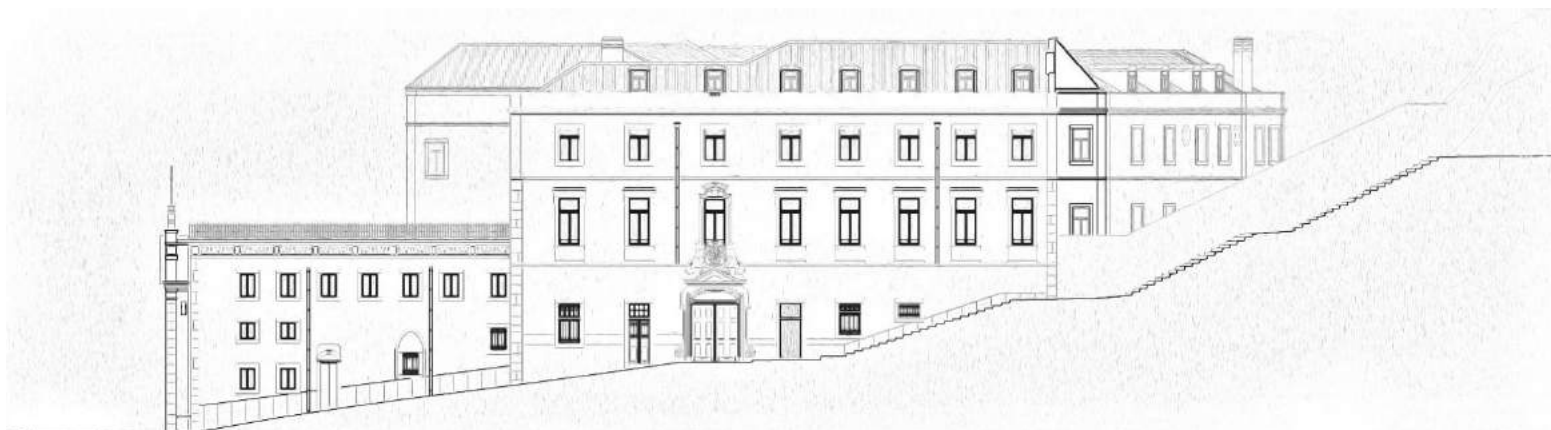
O restaurante desenvolve-se do interior, para dois espaços exteriores distintos; uma zona da cobertura da galeria, que funciona como terraço, com vista sobre Lisboa, e para um pátio gerado no interior do palácio.

No piso um, desenvolvem-se espaços de trabalho e salas polivalentes, capazes de servir conferências e debates. Restaurando e revitalizando os salões nobres preexistentes, estes são adaptados a zonas de biblioteca, salão de música e espaços de *coworking*. Este piso é também composto por uma zona de bar, que servirá de apoio a estes espaços.

A reabilitação e consequente adaptação às novas funções, dos três pisos do palácio, pretende que ocorra uma aproximação, através de uma aglutinação de espaços e programa, não apenas a um público específico, relacionado com a arte, mas a um público em geral, que poderá desenvolver diversas tarefas num único espaço, capaz de funcionar como um centro de atividades diferenciado e núcleo dinamizador para esta zona da cidade.

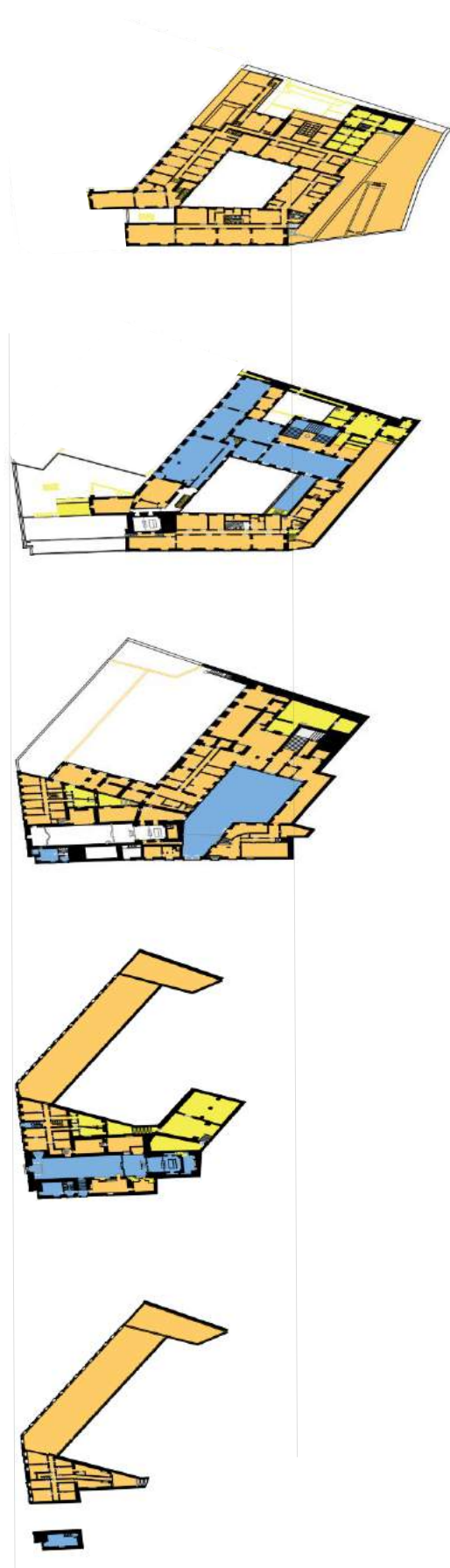
Como terceiro elemento basilar e integrante deste polo, propõe-se a criação de uma galeria, onde os trabalhos desenvolvidos pelos artistas e autores serão expostos. Pretende-se igualmente a possibilidade de funcionar como um espaço adicional de galeria na cidade, que apresente programas regulares de exposições temporárias, em parceria com instituições nacionais e internacionais, possibilitando ao Palácio da Rosa, que se constitua parte integrante de uma rota de partilha e invenção do exercício da arte. Este espaço é desenvolvido com pressupostos na flexibilidade de espaços, oferecendo diferentes possibilidades de disposição de paredes móveis, garantido distintas formas de expor. Com um papel aglutinador de destaque no conteúdo programático proposto para este palácio – onde outrora se fizeram exposições de arqueologia, se instalaram equipamentos culturais, o Gabinete de Estudos Olissiponenses e a Academia Portuguesa de História, como estudado anteriormente – esta galeria é formada por um edificado novo, e elementos preexistentes, que contrastam na sua espacialidade, mas que concorrem para

a ligação e conjugação entre o novo e o antigo; num diálogo entre estruturas. O seu percurso inicia-se e finda-se simultaneamente ao público na Rua Marquês Ponte de Lima, e, de sentido único, conflui, já na estrutura preexistente, na entrada da antiga Igreja de São Lourenço. Nesta galeria pretende-se a conservação e o destaque de alguns elementos, como a fachada que se afigura ao longo da rua referida, aproveitando-a como elemento de exposição e de separação de espaços interior-exterior, conferindo-lhe um papel de ponto de partida para o restante tema do palácio; nesta conceção de diálogo entre novo e preexistente.



72. Alçado Norte – Fachada Principal Palácio da Rosa – Largo da Rosa

73. Mapa de alterações



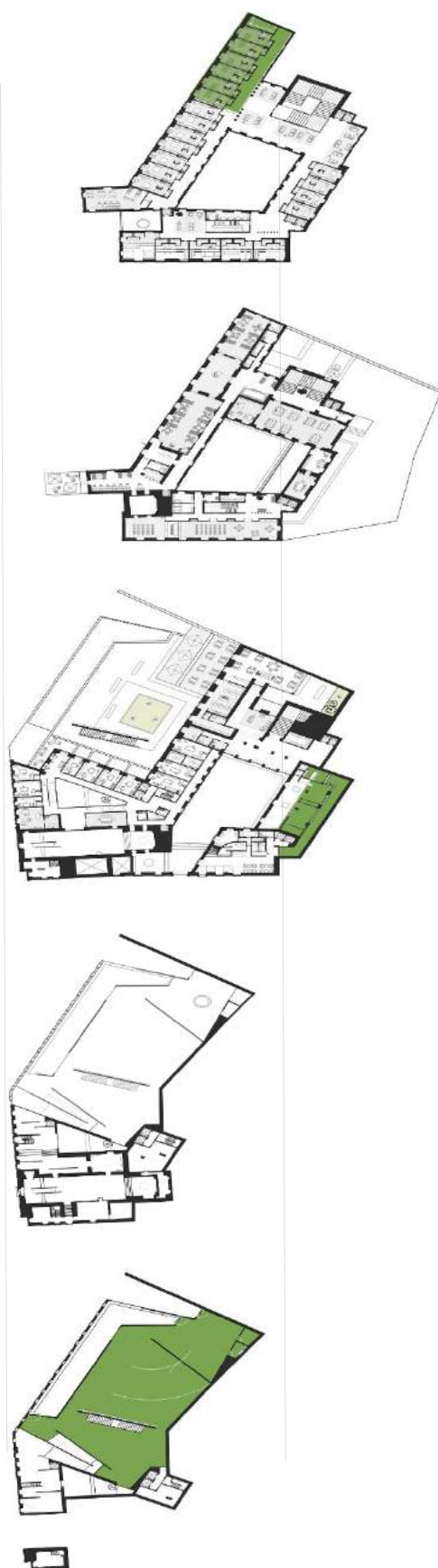
Reabilitação

Restauro

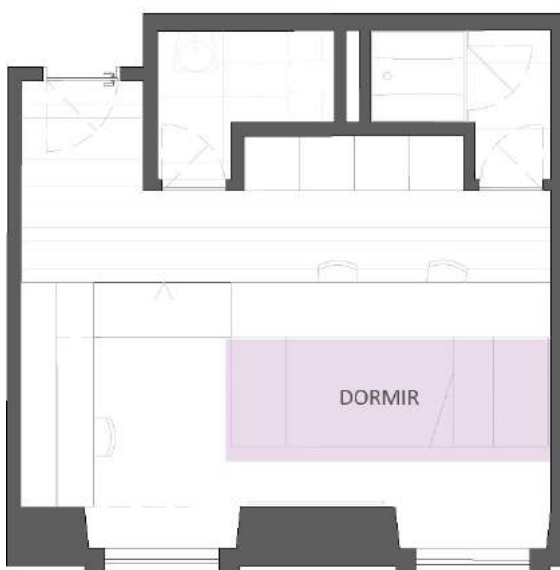
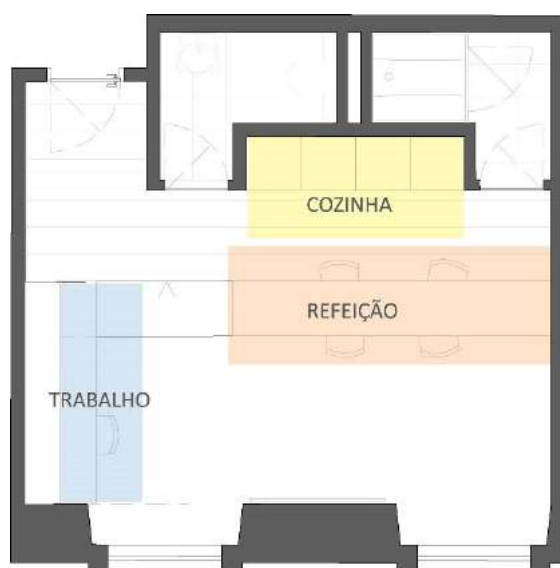
Demolição

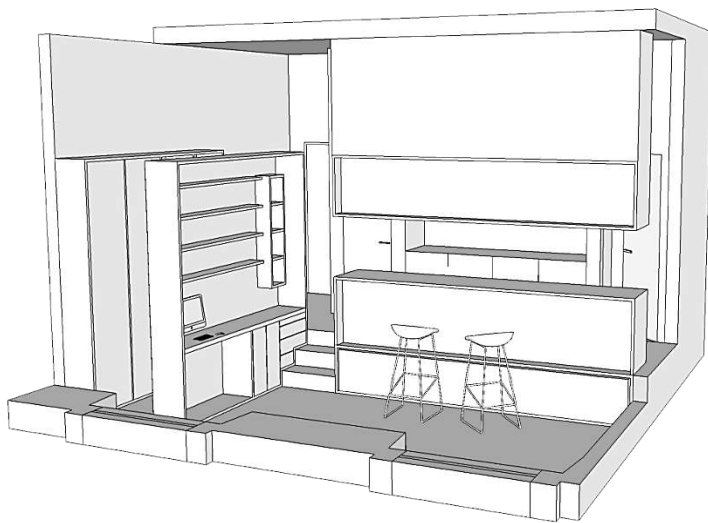
74. Proposta Nova

 Ampliação

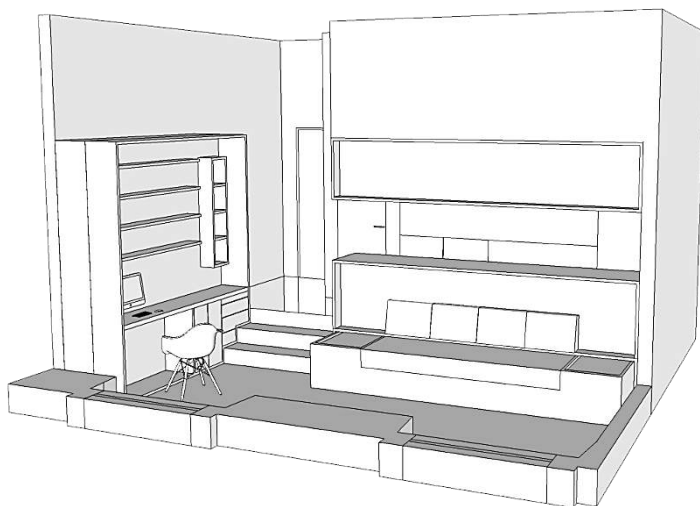


75. Planta de apartamento multifuncional

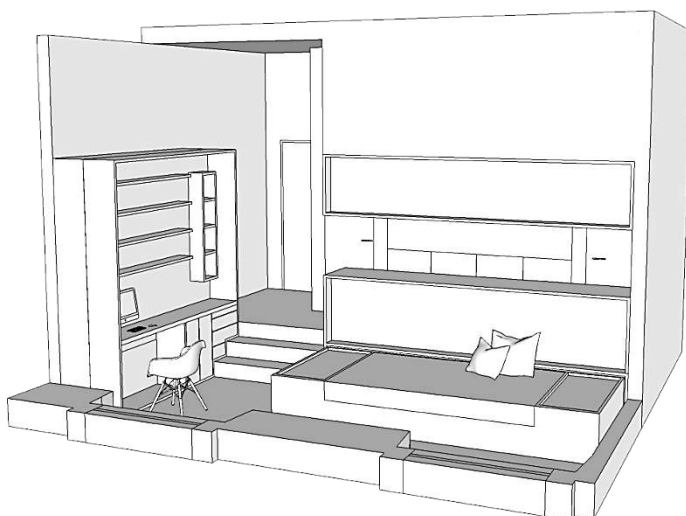




76. Perspetiva de apartamento multifuncional – Espaço sala e refeição

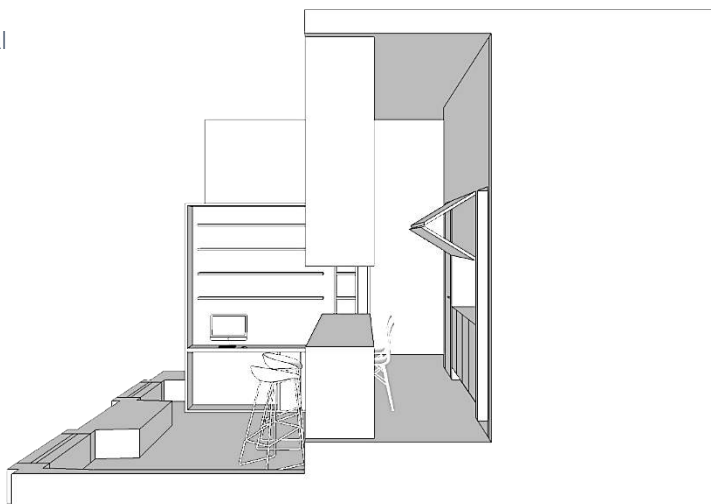


77. Perspetiva de apartamento multifuncional – Espaço de sala



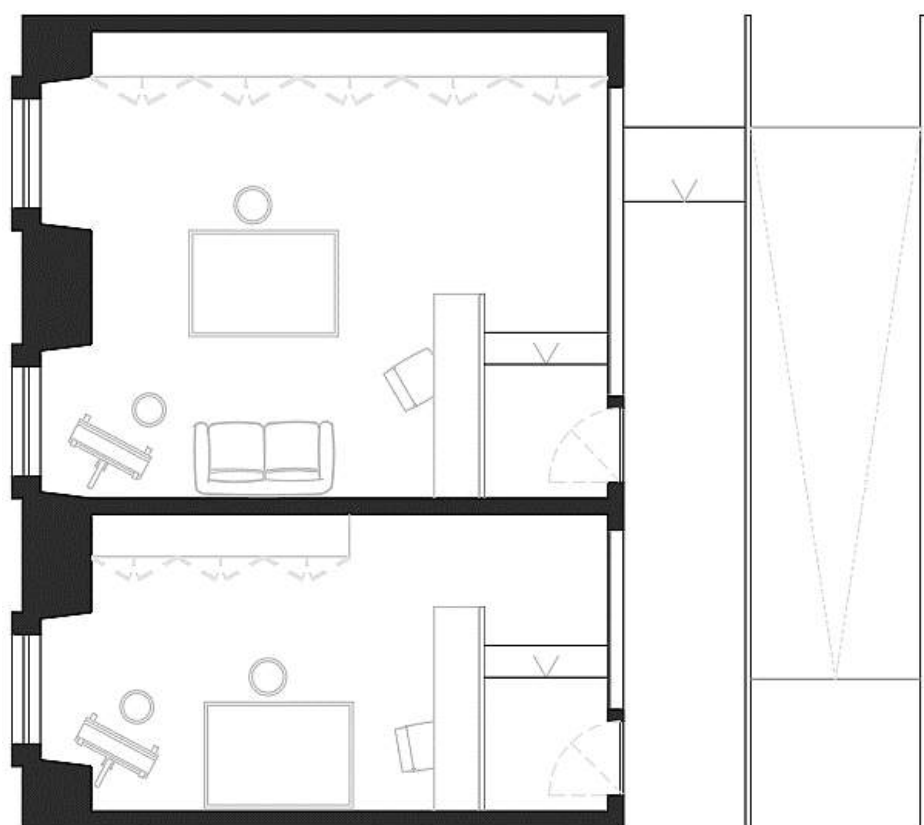
78. Perspetiva de apartamento multifuncional – Espaço de dormir

79. Perspetiva de apartamento multifuncional
– Espaço de sala - Vistas laterais e frontais





80. Articulação de quartos



81. Articulação de ateliers/oficinas

5.2.1 | Casos

Na cidade de Lisboa, podemos encontrar casos com ação semelhante, que, parcialmente, contribuíram para o desenvolvimento deste projeto. É o caso da FRESS,⁶⁶ e do projeto *Carpe Diem* Arte e Pesquisa no Palácio Pombal. A FRESS, com museu no Palácio Azurara, situado nas Portas do Sol, tem como principal missão a salvaguarda, divulgação e ensino das artes decorativas. Através do restauro de obras, esta fundação, pretende a proteção do património artístico e imaterial, através do ofício da arte, mas também de parcerias com instituições, oficinas e escolas de arte. Até hoje e por encomenda do Governo Português, Francês, entre outros e outras entidades públicas e particulares, alguns espaços em Lisboa, mas também internacionais, dotados de pinturas, ornamentações arquitetónicas e peças emblemáticas de relevo patrimonial, foram intervencionados no sentido de alcançar a sua preservação temporal; exemplos destes casos e transversalidade, são: Paineis de Azulejos de Leopoldo Battistini, no Hospital Curry Cabral); Teatro Tivoli, com a conservação e restauro da pintura mural, estuques, douramento e pavimentos; Café Nicola, com a conservação de telas com pintura a óleo sobre tela; Palácio Seteais; Palácio Palmela; Museu de Arte Popular; Igreja de São João de Brito; Museu de Macau, entre vários outros.

O projeto *Carpe Diem* Arte e Pesquisa, outrora adaptado e instalado no Palácio Pombal, que se situa na Rua de O Século, é um projeto de produção cultural transversal de arte contemporânea. Um projeto diferente do anterior, desde logo por se tratar de um projeto sem fins lucrativos e recursos financeiros reduzidos, e mais direcionado para a experimentação e exploração de novas direções da curadoria e produção de cultura contemporânea. Neste modelo, os artistas são convidados a desenvolver um processo de investigação e de negociação relacionada com as suas obras, e que assenta no diálogo entre o artista e a equipa do projeto. Instalado no Palácio Pombal cerca de oito anos,

⁶⁶ Fundação Ricardo Espírito Santo Silva;

o projeto contou com a arquitetura e jardim, por vezes pouco recuperada e em estado de degradação, para uma conjugação perfeita dos trabalhos contemporâneos e o traço preexistente representativo de uma peça do século seiscentista, que apresenta remodelações interiores no estilo rococó.



82. FRESS – Oficinas de trabalho e Museu



83. *Carpe Diem* Arte e Pesquisa – Palácio Pombal – Exposição de Pedro Vaz



84. *Carpe Diem* Arte e Pesquisa – Palácio Pombal – Exposição de Greta Alfaro; Fotografia de Fernando Piçarra



85. *Carpe Diem* Arte e Pesquisa – Palácio Pombal, Jardim Interior – Exposição de Francisco Pinheiro, “Relógio Pombal” 2015

5.3 | Projeto Urbano

Na perspectiva de continuidade dos temas já abordados, pretende-se uma requalificação urbana capaz de melhorar a circulação e os acessos pedonais à encosta do Castelo. Com pressupostos assentes no incremento de fluxo populacional para o Palácio da Rosa e toda a sua envolvente, foram tomadas em consideração medidas já iniciadas pela CML e a EMEL. Estas passam pela requalificação e implementação de escadas por meios mecanizados nas Escadinhas da Saúde, que ligam o Martim Moniz à Rua Marquês Ponte de Lima, troço este, atualmente instalado e em funcionamento. A proposta incorpora mais dois troços, estes em fase de desenvolvimento, que concluirão esta proposta de melhoria de acessibilidade desde a praça Martim Moniz até ao interior do Castelo de São Jorge.

O segundo troço, pensado para o espaço adjacente a nordeste do Palácio da Rosa, é igualmente pensado com acessos verticais, compostos por lanços de escadas e escadas rolantes. Esta opção será implementada neste projeto, fazendo face a uma ligação não existente atualmente, da Rua Marquês Ponte de Lima à Costa do Castelo, ajudando a vencer a acentuada topografia presente, e que separa estas ruas por 24 metros de altura. A meio deste troço, é desenvolvido um largo, requalificando uma zona aberta que atualmente é constituída por arvoredos. Para aqui, é pensada uma zona de permanência, que funcionará como um patamar de espera maior, que permitirá unir este troço a um outro, proveniente de uma ruela, de traços característicos da Mouraria, oferecendo assim maior fluxo e dinâmica de percursos pedonais.

Nas ruas adjacentes ao Palácio da Rosa, Rua Marquês Ponte de Lima e Largo da Rosa, é proposto um alargamento dos passeios pedonais, e por consequência uma redução da via rodoviária, com estereotomias distintas, que delimitam os espaços, implementando uma zona de tráfego limitado, mantendo o único sentido de circulação existente.

É igualmente proposta uma regeneração do Largo da Rosa, largo que alberga a entrada principal do Palácio, e que é pensada como uma zona de permanência e contemplação.

Desta forma, pretende-se a adequação desta área antiga da cidade, a uma zona de habitação temporária, mas igualmente de comércio, lazer e espaços de trabalho. Assim, esta área que apresenta sinais de degradação, mas simultaneamente de potencial e oportunidade, é requalificada com vista a promover a implementação de serviços e espaços que sirvam o coletivo, visando igualmente um melhor aproveitamento espacial por parte da população.

6 | Considerações Finais

Os conceitos e processos de intervenção sistemática na cidade existente têm evoluído significativamente ao longo das últimas décadas e, em consequência, mudaram de intenção e de figura os instrumentos de planeamento e projecto bem como a organização da gestão. Por intervenção na cidade existente entendemos o conjunto de programas e projectos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional (actividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitectónica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso público); finalmente, a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, actuações no âmbito da segurança social, educação, tempos livres, etc.)⁶⁷

⁶⁷ Portas, Nuno. (1985). *Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente*. Lisboa: Sociedade e Território, Ano 1, nº 2. p.8-13.

Este trabalho iniciou-se com uma reflexão da cidade como um todo, e procurou-se, na reabilitação e adaptação do património, a criação de um espaço identitário, necessários para fazer crescer a cidade. Compreendendo a valorização da identidade do lugar e das particularidades das ocorrências urbanas do local onde insere, como características essenciais numa reabilitação, pretendeu-se uma reinserção coerente e pertinente desta obra, com o lugar e a cidade. Aproximar e devolver a Mouraria à cidade, esteve igualmente na génese desta proposta, a propósito da sua perda de identidade social ao longo dos anos. Num bairro *tão bairrista* de uma Lisboa popular, pretendeu-se implementar novas dinâmicas, através da recuperação e introdução de um programa transversal, capaz de responder a estímulos económicos, e essencialmente socioculturais.

Com a reintrodução do Palácio da Rosa no quotidiano urbano e social da cidade, pretendeu-se alcançar um equilíbrio e uma complementaridade entre as necessidades e as realidades existentes. Lisboa vive um tempo de sobrelotação de turismo e, concomitantemente, reage a uma economia em mutação que tem levado à expropriação da população residente nos bairros históricos. Por outro lado, é uma cidade onde se renova o entendimento da cultura, como crucial na vida e no crescimento de uma sociedade civil. Este trabalho procurou responder a estes desafios, propondo a reabilitação e transformação de um espaço icónico num elemento comunitário.

A proposta parte da criação de um polo híbrido, onde se encara a habitação temporária de um modo dessemelhante do convencional; um espaço de diferentes permanências, orientado aos autores da arte e à comunidade, devolvendo e incrementando a cultura, reunindo diferentes agentes e vivências no mesmo espaço. Na reabilitação do Palácio da Rosa, optou-se pela implementação de um programa transversal capaz de confluir, na sua essência, habitação temporária, oficinas de trabalho e galeria, complementado por espaços de biblioteca, comércio, restauração, espaços polivalentes, e pátio interior.

Neste modelo, a habitação temporária serve os artistas, autores e conferencistas estrangeiros e nacionais, que desenvolverão os seus trabalhos de conservação, restauro e originais, nas oficinas de trabalho, e que terão a oportunidade de os expor ao público, na galeria.

No espaço da galeria, que resulta do propósito inicial da permanência e trabalho dos *agentes da arte* presentes, assume um papel de início e de fim. Como mote a todo o projeto, e a quem visita e procura a arte na cidade, e como produto final dos autores – é neste espaço que reside a relação entre o novo e o preexistente, que intitula a este trabalho. O exercício desenvolvido foi o de recuperação e adaptação de todo o complexo da antiga igreja presente no palácio, com um novo edifício de traço contemporâneo, e onde ambos partilham o mesmo programa.

Com a intenção de incentivar o fluxo populacional, de revitalizar esta zona da cidade, e de atrair público ao palácio, foram criadas medidas urbanas, que visam oferecer maior facilidade de deslocação e segurança.

Após reflexão e chegada a este modelo, concluo que este se revela próprio para as atuais realidades, e que contribui para aquilo que se pretende que seja a partilha de conhecimento e cultura entre nações e pessoas, e um crescimento de identidade social para Lisboa.

Concluindo, deixo o desejo de uma lembrança viva para o Palácio da Rosa, e de um olhar cuidado e adequado para cada intervenção na minha cidade.

7 | Fontes Documentais

7.1	Fontes Bibliográficas	113
7.2	Documentos e Sítios eletrônicos	115

7.1 | Fontes Bibliográficas

ARAÚJO, Norberto; **BARATA**, Martins. Parceira de António Maria Pereira. (1939). *Peregrinações em Lisboa. Livro 15*. Lisboa: Editora Lisboa

ARIAS, Ernesto G. (1993). *The Meaning and use of Housing: international perspectives, approaches and their applications*. Aldersshot: Avebury

AUGÉ, Marc (2005). *Não lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora

CAEIRO, Baltasar. (1989). *Os Conventos de Lisboa*. Sacavém: Distri Editora

CESARI, Brandi (2006). *Teoria do restauro*. Lisboa: Edições Orion

CHOAY, Françoise (2013). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70

CHOAY, Françoise (2011). *As questões do Património – Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70

COELHO, Carlos Dias (2014). *Morfologia urbana - O tempo e a forma*. Lisboa: Argumentum

COSTA, Alexandre Alves (2007). *In Arquitectura Ibérica N.º 18 Requalificação Urbana*. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA

CULLEN, Gordon (2008). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70

FERREIRA, Vitor Matias (1987). *A cidade de Lisboa*. Lisboa: Dom Quixote

HALL, Edward T. (1986). *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Editora Relógio d'Água

HEIDEGGER, Martin (1951). *“Bauen, wohnen, denken”*. Versão em castelhano: *“Construir, habitar, pensar”*. Em Conferência y artículos. Ediciones del Serbal, Madrid, 1994

HERTZBERGER, Herman (1991). *Lessons for students in architecture*, Ed. Uitgeverij 010 Publishers, Rotterdam. Edição consultada: *Lições de arquitectura*, traduzido por Carlos Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes (1999)

KRONENBURG, Robert (2007). *Flexible: Architecture That Responds To Change*. Londres: Laurence King Publishing

LOPES, Flávio (2012). *Património Arquitetónico e Arqueológico - Noção e normas de proteção*. Casal da Cambra: Caleidoscópio

LYNCH, Kevin (1989). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70

MÀRIA, Magda; **FUERTES**, Pere (2009). *Arquitectura Ibérica nº. 32 HABITAR*. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA

MILANO, Maria (2005). *Do habitar*. Matosinhos: Edições ESAD – Escola Superior de Artes e Design

PRATS, Llorenç (1997). *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel

PERALTA, Elsa (2000). *Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural. In Antropológicas, Nº 4*

PORTAS, Nuno (1985). *Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente, Sociedade e Território. Ano 1, n.º 2*. Lisboa

PORTAS, Nuno (2011). *A Cidade Como Arquitetura*. Lisboa: Livros Horizonte

RODRIGUES, Donizete (2012). *Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica*. Universidade da Beira Interior

SALGUEIRO, Teresa (1992). *A Cidade em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento

SALTA, Ana Maria (2001). *Factores estruturantes da Colina de Sant'Ana em Lisboa, séculos XIV a XVII*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

SANTANA, Francisco; **SUCENA**, Eduardo (1994). *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa

SILVA, A. Vieira (1987). *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Volume I - 2ª Edição. Lisboa: CML

SCHIELE, Bernard (2002). *Patrimoines et Identités*. Québec: Éditions MultiMondes

TAINHA, Manuel (2003). *Arquitectura em Questão*. Lisboa: AEFA-UTL

VELOSO, Isabel. **BARROS**, A.J. (1996). *Hospitais Cívicos de Lisboa- história e azulejos*. Lisboa: Edições INAPA

VILARES, Elisa (2003). *Back to the City: O discurso e as metodologias da Regeneração Urbana. Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 7. Lisboa: CET-ISCTE

VOGLIAZZO, Maurizio (2005). *Do habitar*. Matosinhos: Edições ESAD – Escola Superior de Artes e Design

ZEVİ, Bruno (2009). *Saber Ver a Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes

7.2 | Documentos e Sítios eletrónicos

Todos os sítios na internet foram consultados em 2018 e 2019.

Bacon, Mardges (2003). *Le Corbusier in America: Travels in the Land of the Timid*. MIT Press
In books.google.pt/books

Schneider, T. & Till, Jeremy (2005). *Flexible housing: The Means to the End*. *In* arq. vol.9
In mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca/acervo/till_flex2.pdf

Costa, Alexandre Alves. *Identidade nacional e património construído – arquitetura, cidade e território*. Comunicação efetuada a 18 de abril de 2009, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios sob o tema geral “O Património como Oportunidade e Designio”
In home.fa.utl.pt/~jaguiar/documentos/2009/AAC2009Identidadenacionalepatrimonio.pdf

Maccreeanor, Gerard (2008). *Adaptability. Article written by Gerard Maccreeanor*
In aplust.net/blog/adaptability/

<http://www.archdaily.com/358312/ad-classics-swiss-pavilion-le-corbusier>

<http://www.fondationsuisse.fr/>

<http://www.archdaily.com/867165/ad-classics-gallaratese-quarter-milan-aldo-rossi-carlo-aymonino>

Instituto Nacional de Estatística (INE), (2011)
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS

Estudo Urbano da Colina Santana por Inês Lobo Architectos, Lda. (2013)

Carta de Veneza (1964)

[In portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf)

Recomendação de Nairobi (1976)

portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf

Cunha, Maria Luísa. Licenciada em Planeamento Regional e Urbano. *A Intervenção na Cidade Existente*.

ipv.pt/millennium/pers13_6.htm

Multiculturalidade na Mouraria

sicnoticias.sapo.pt/pais/2013-10-10-Multiculturalidade-na-Mouraria-Lisboa-estudada-pelo-ISCTE

Relatório de Proposta de Alteração ao Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria (2009)

cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/reunioes-da-camara/arquivo?elD=dam_frontend_push&docID=6587

Artigo *Câmara de Lisboa quer vender Palácio da Rosa a cadeia hoteleira* - Público

publico.pt/2001/03/23/jornal/camara-de-lisboa-quer-vender-palacio-da-rosa-a-cadeia-hoteleira-155901

Sítio da Academia Portuguesa da História

academiaportuguesadahistoria.gov.pt/?page_id=62

Sítio da CML – Missão Gabinete Estudos Olisiponenses

cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/equipamentos-culturais/gabinete-de-estudos-olisiponenses

Sítio da CML – *Palácio da Rosa, incluindo a Igreja de São Lourenço e toda a área de jardim*

cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/palacio-da-rosa-incluindo-a-igreja-de-sao-lourenco-e-toda-a-area-de-jardim

Descrição e Cronologia do Palácio da Rosa

monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14192;

patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/7453386

Descrição e Cronologia do Convento da Rosa

patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=684

Consulta DR 2ª Série – N.º 114 – 06/2012

dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2012/06/114000000/2128221283.pdf

FRESS

fress.pt

Carpe Diem Arte e Pesquisa

carpe.pt

Relatório Final Estratégias para a Cultura na cidade de Lisboa 2017

cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/estrategias-para-a-cultura

8 | Anexos

Registo fotográfico Palácio da Rosa

Proposta de projeto – Painéis finais

Maquetes



Registo fotográfico Palácio da Rosa – Estado atual

Fotografias por autor e do
Sítio patrimonio cultural.gov.pt

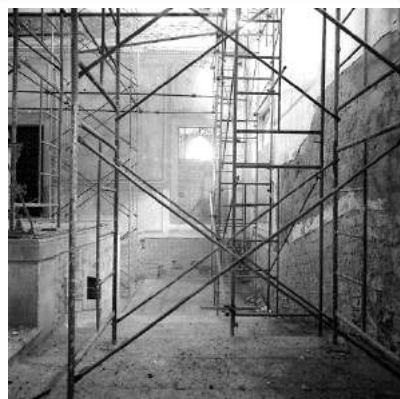






Registo fotográfico de Eurico Lino do Vale,
na série de levantamento do
Palácio da Rosa – Lisboa 2010

Fotografias retiradas do Sítio carloscarvalho-
ac.com





Registo fotográfico interior do Palácio da Rosa – Século XX

Fotografias retiradas do Sítio
arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/

Sala do Trono – 1968



Pátio – 1971



Exposições do Centro Nacional
Juvenil de Arqueologia – 1972

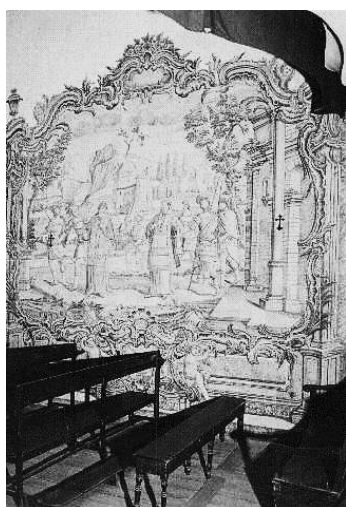




Visita do presidente da Câmara
Municipal de Lisboa, França Borges
ao Palácio da Rosa – 1970



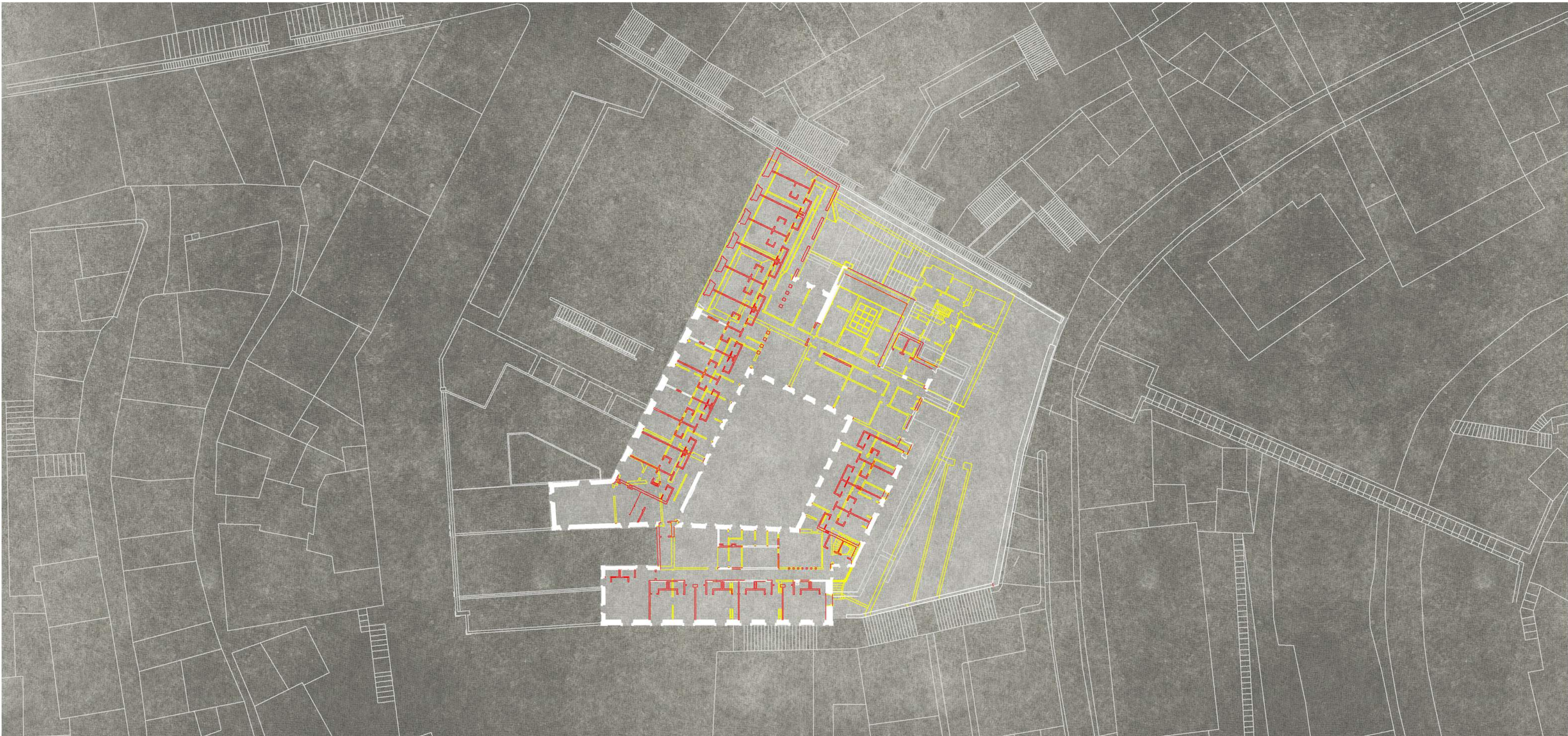
Interior da Igreja de São Lourenço



Azulejaria com a vida de São Lourenço

Proposta de projeto – Painéis finais

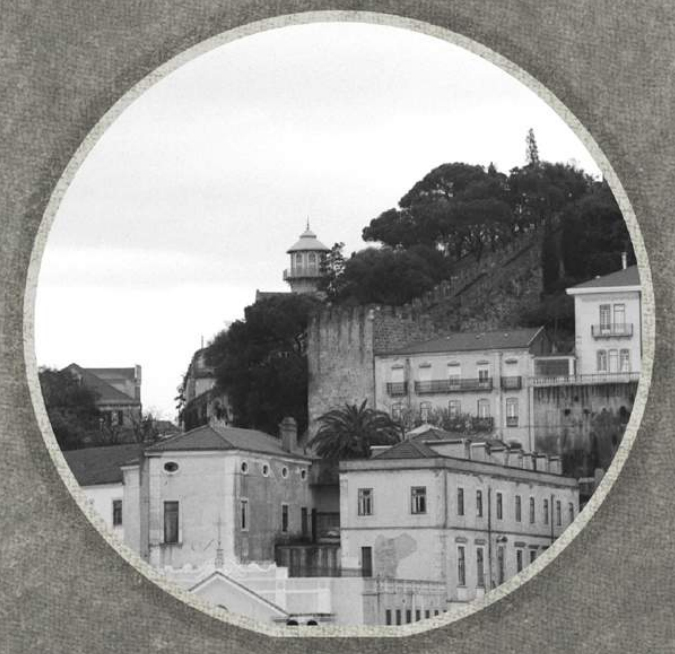
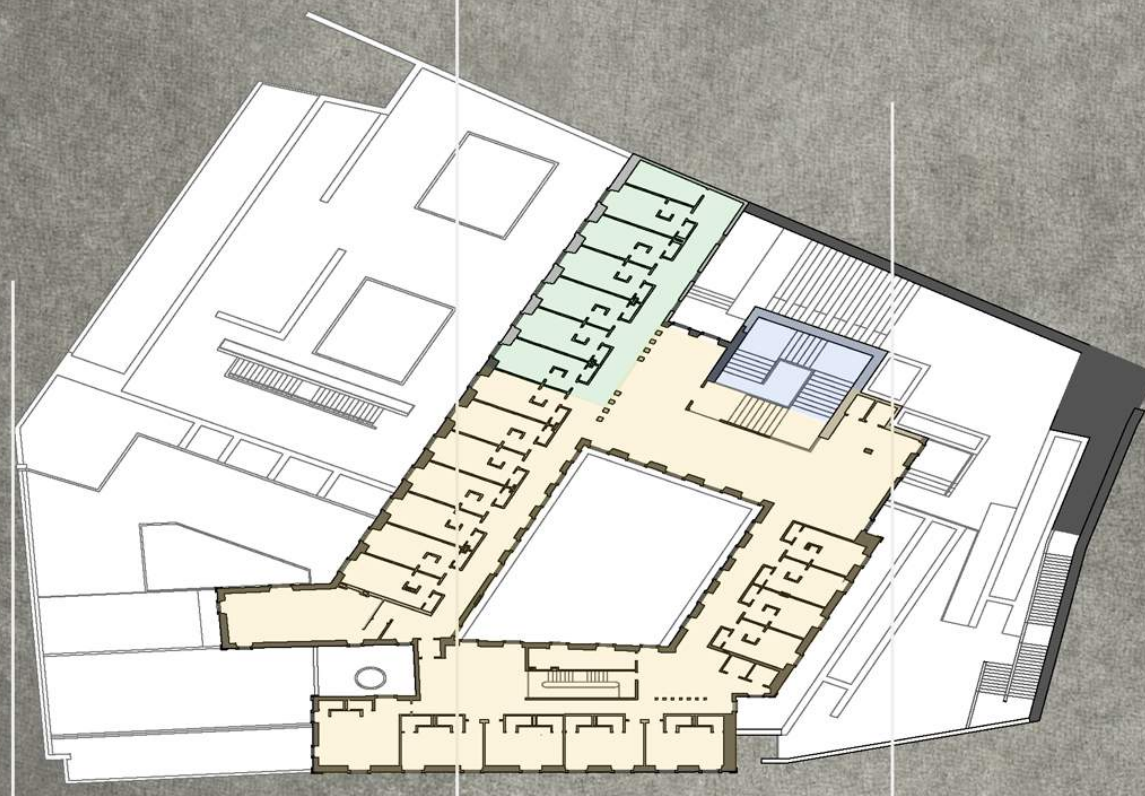




PISO 2

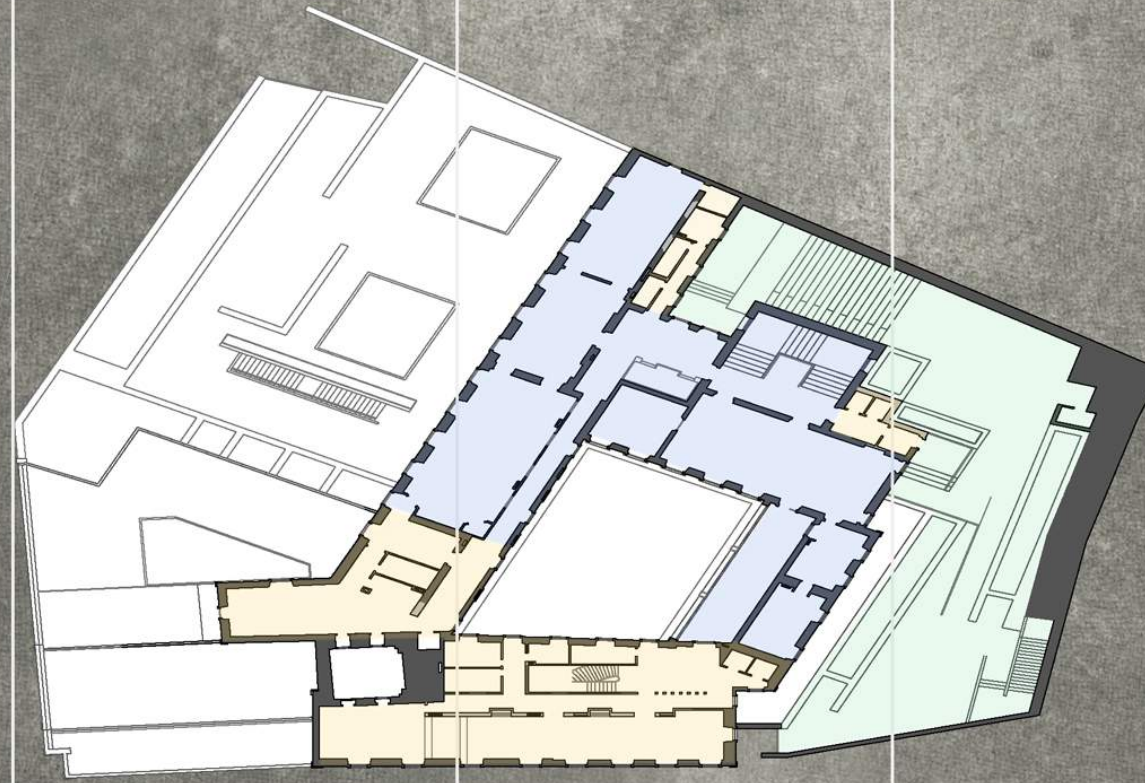
HABITAÇÃO TEMPORÁRIA

cozinhas e refeitórios comuns
espaço comum
habitação multifuncional
quartos



PISO 1

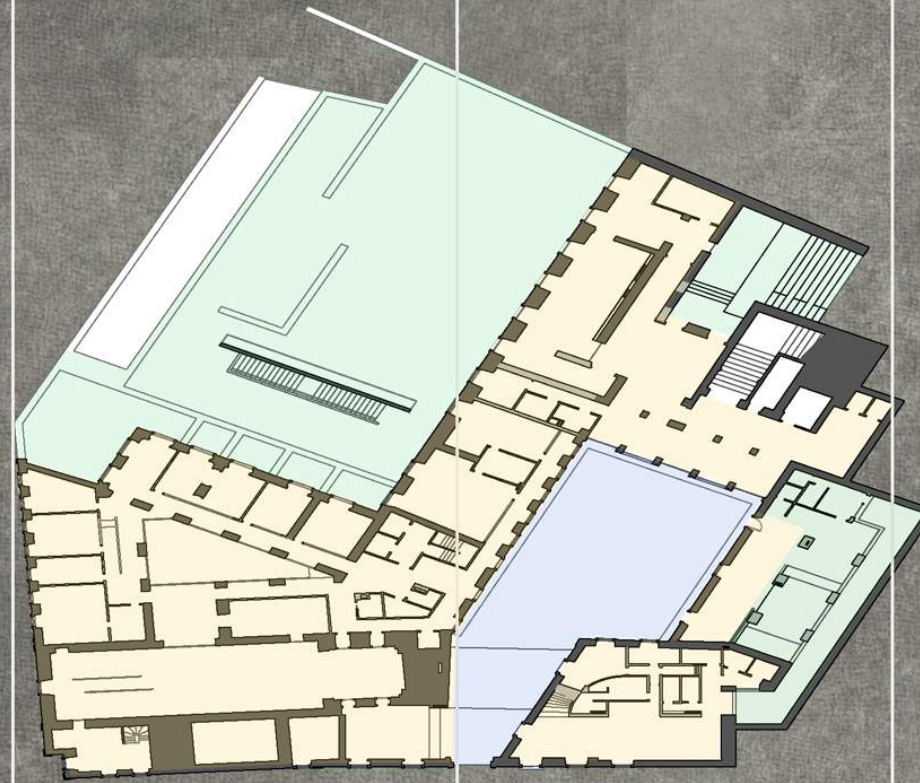
auditório exterior
bar
biblioteca
cowork
espaço comum
salas polivalentes
pátio traseiro



PISO TÉRREO

OFICINAS DE ARTE

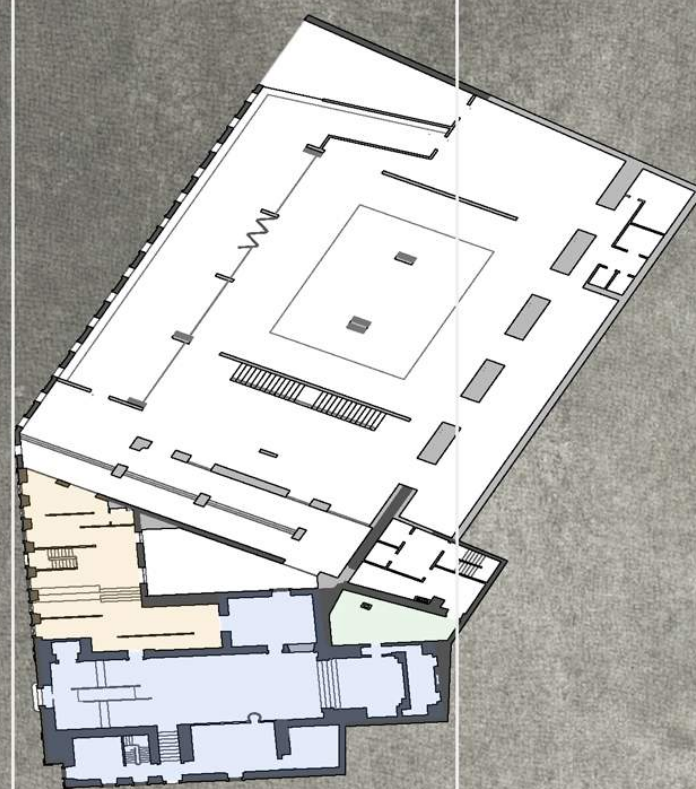
administração
ateliers: escultura, pintura e fotografia
auditório exterior
bar
comércio
espaço comum
pátio interior
recepção
terraço



PISO -1

GALERIA

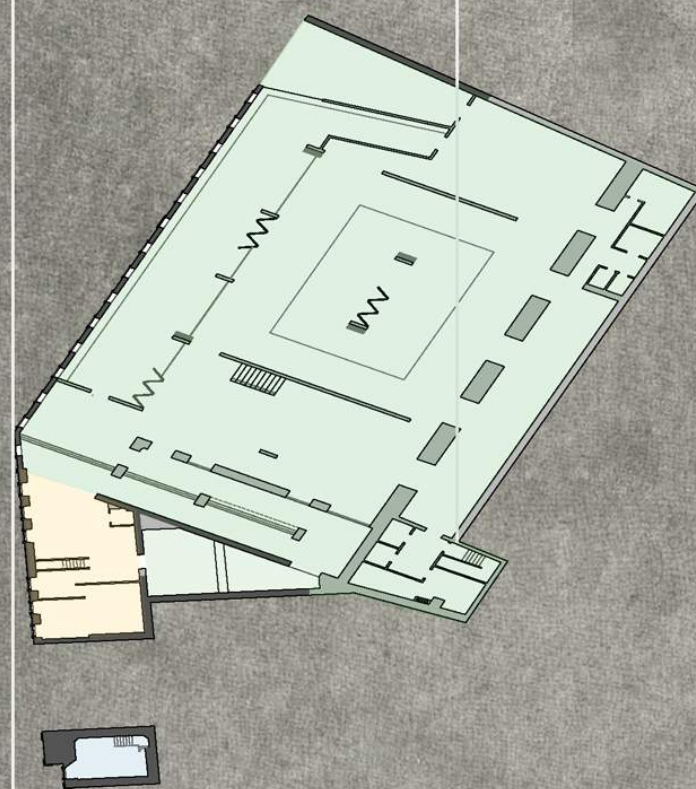
preexistência - igreja



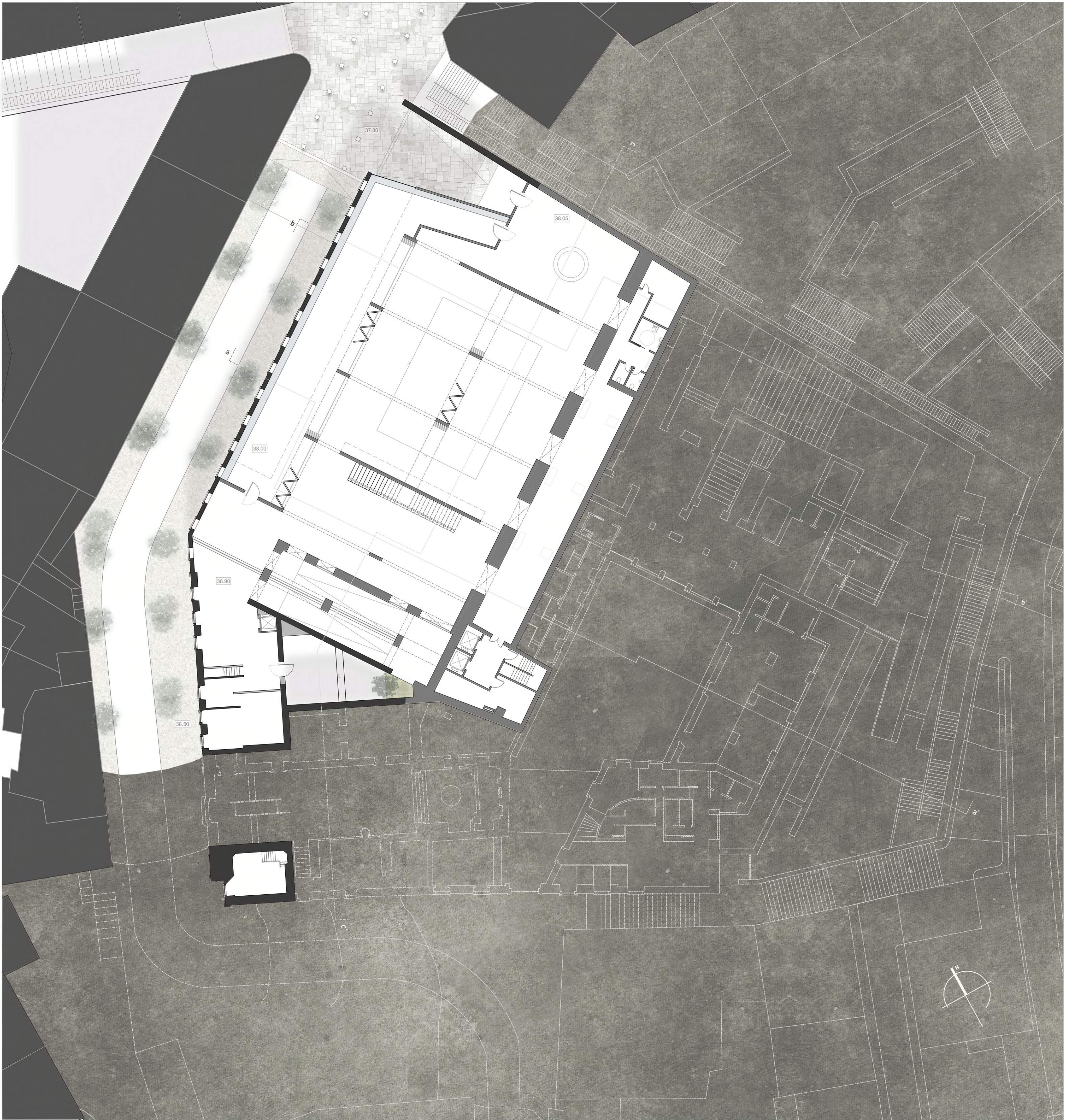
PISO -2

GALERIA

ampliação e preexistente

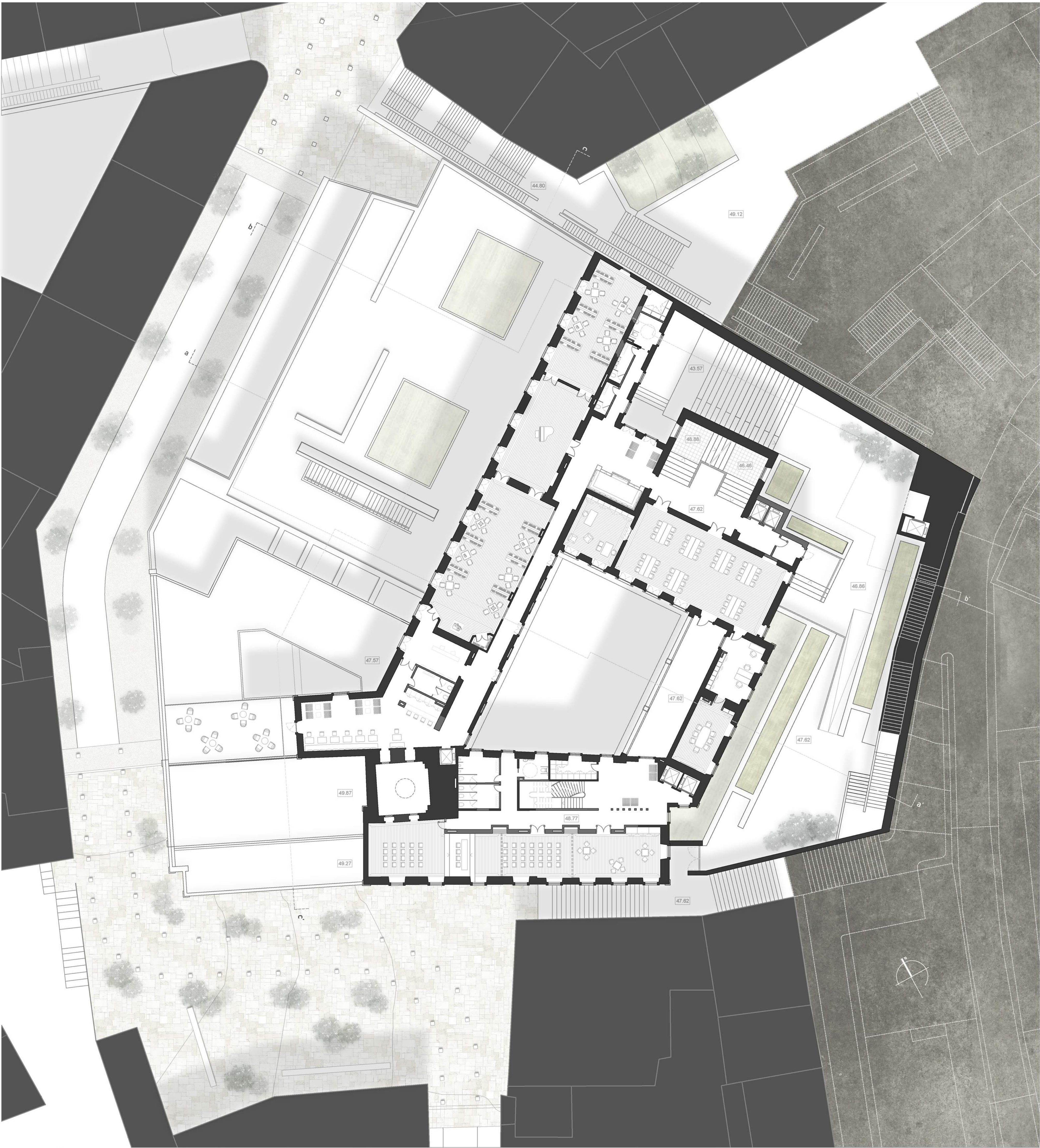


- ampliação
- reabilitação
- restauro



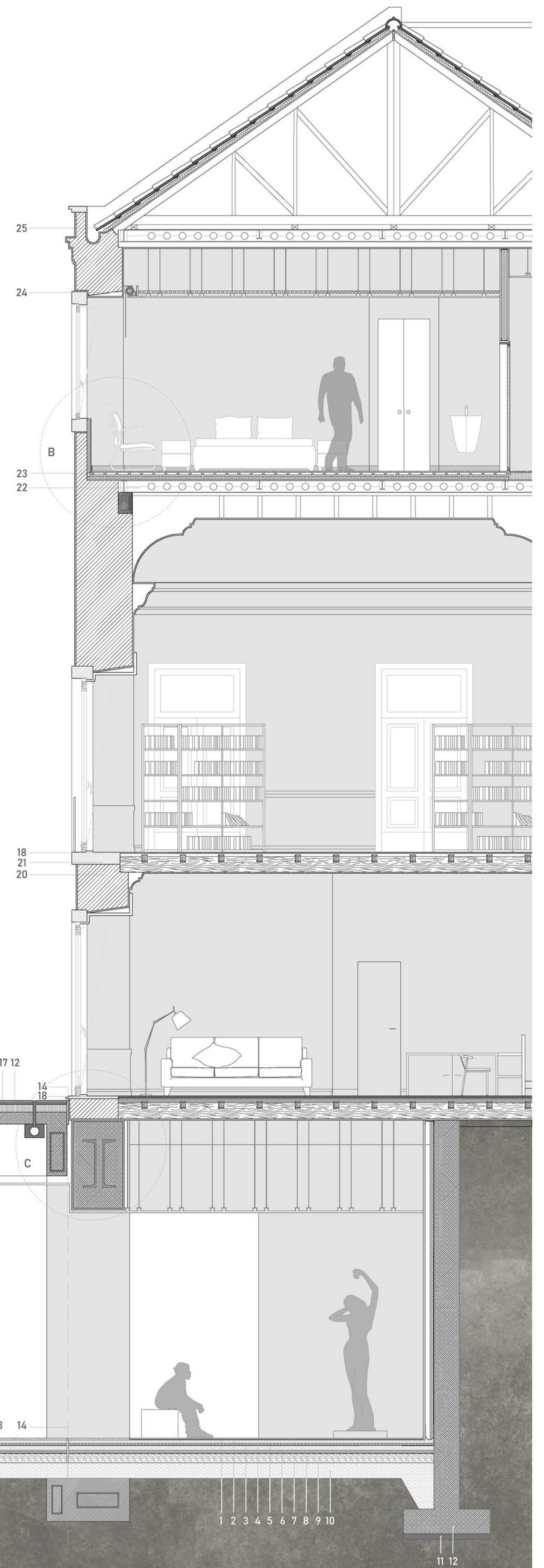
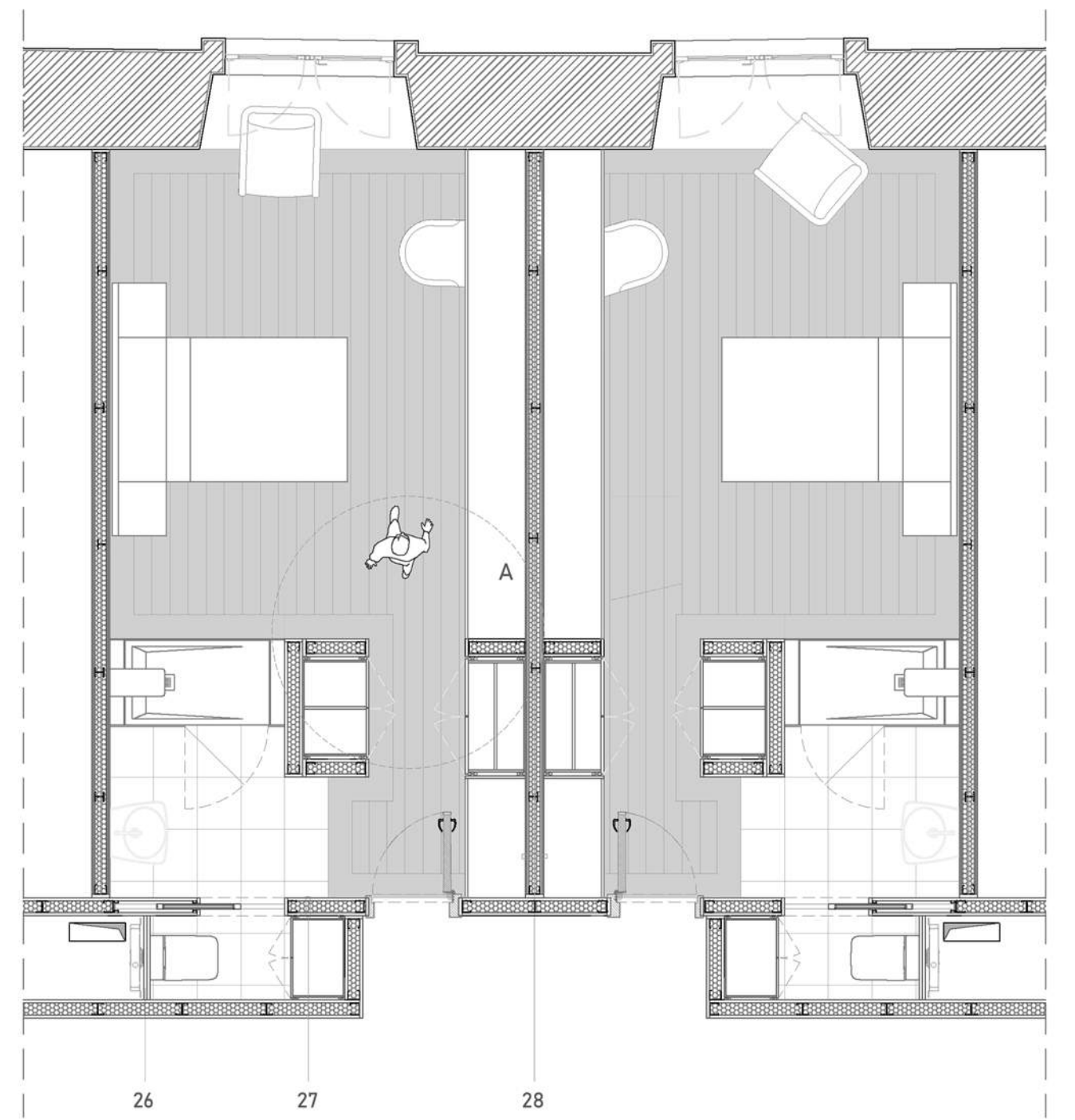
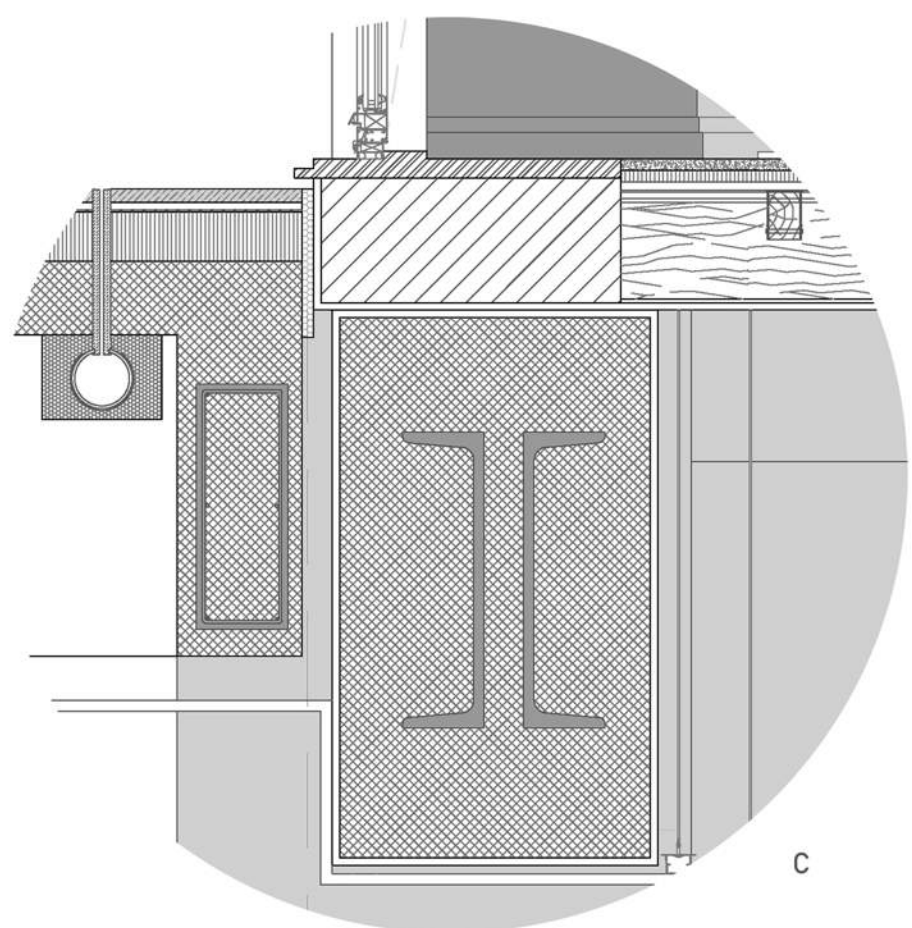
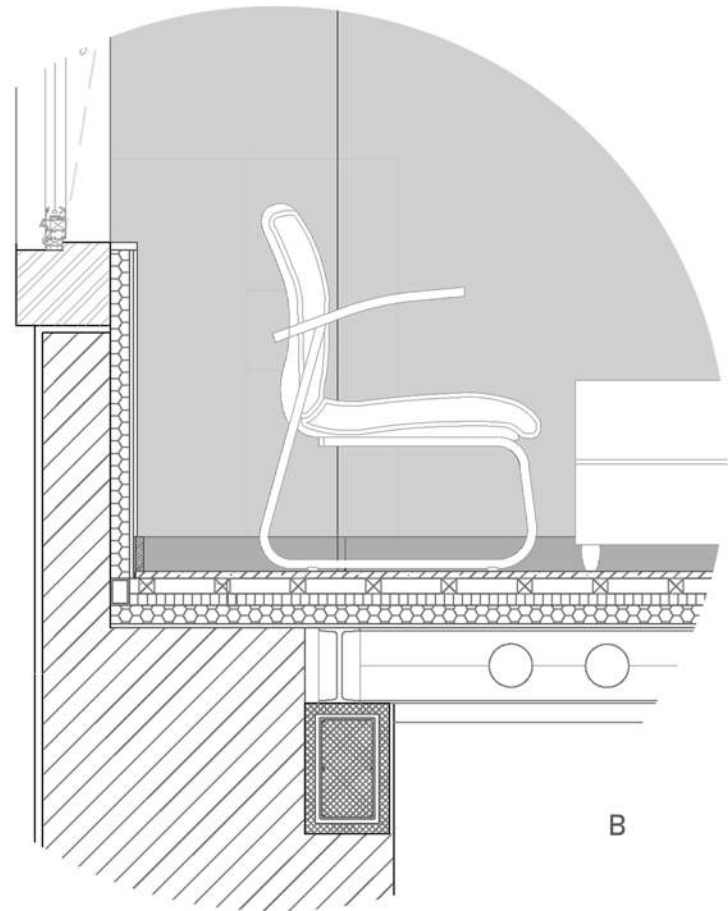
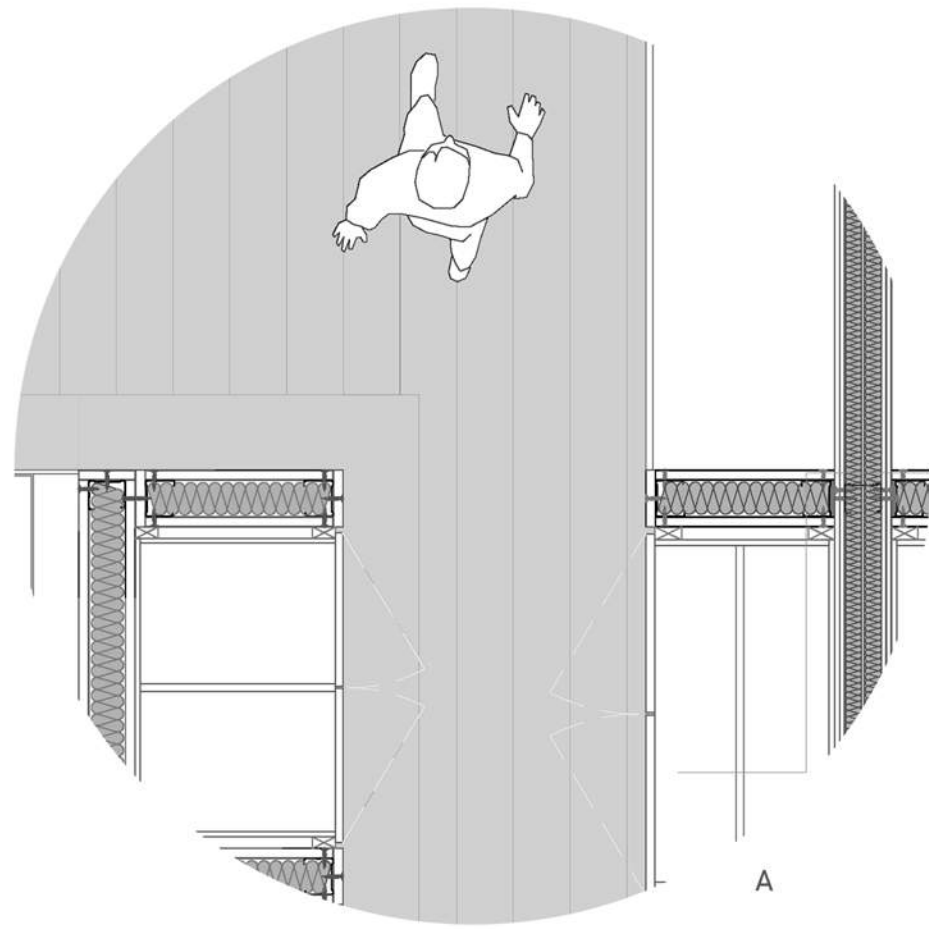






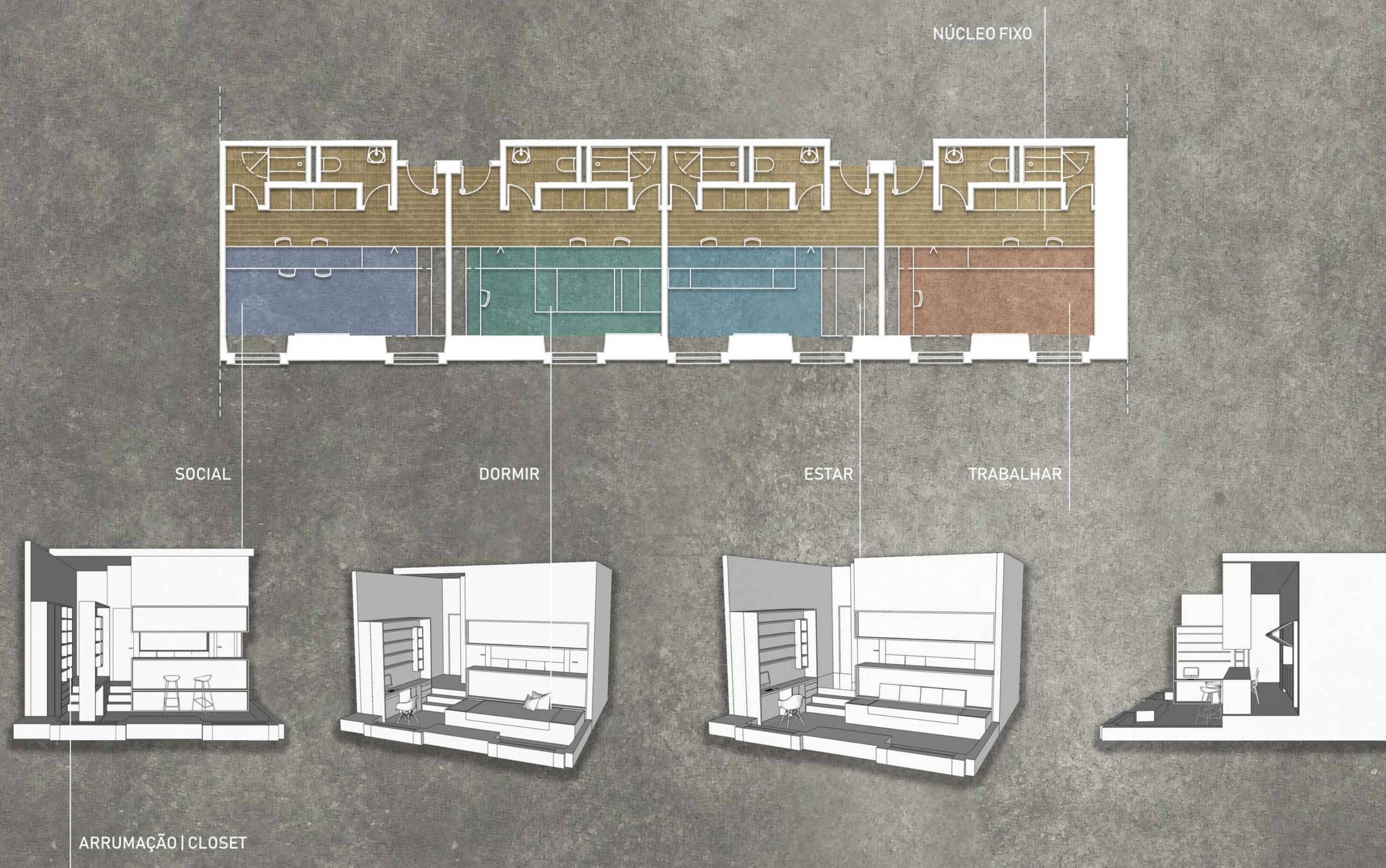




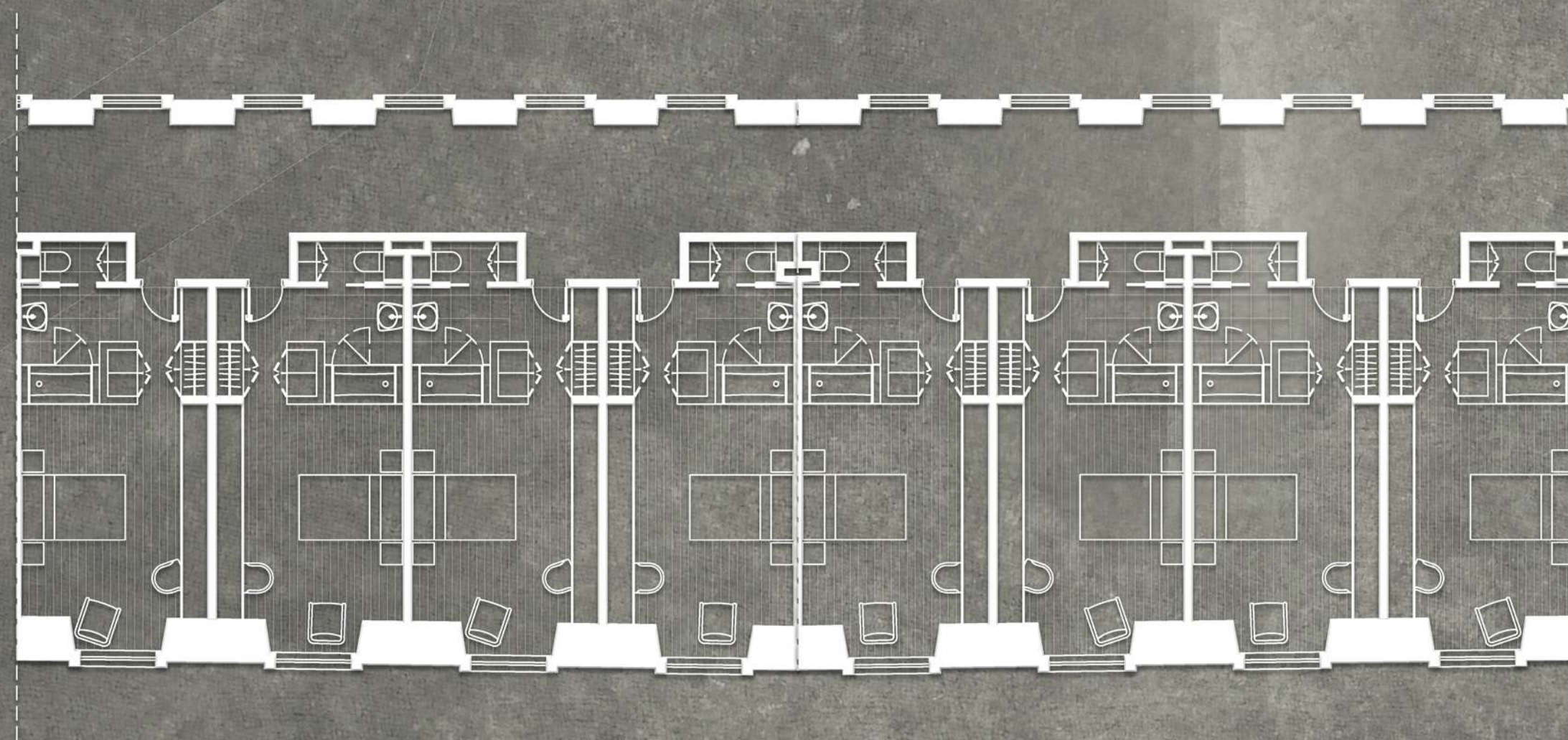


1. Soalho em carvalho 20mm 2. Betonilha de regularização 50mm 3. Isolamento térmico em poliestireno extrudido 60mm
4. Sistema de impermeabilização em emulsão betuminosa 5. Laje em betão 6. Camada de forma com malha electrosoldada
7. Manga plástica 8. Malha geotextil 9. Enrocamento 10. Terreno natural compactado 11. Batso de regularização 12. Batso armado
13. Microcimento 14. Junta de dilatação 15. Lajeta bujardada lioz creme 35mm 16. Camada de assentamento 17. Regularização
18. Pavimento em madeira preexistente recuperado 19. Parede Galeria revestida em azulejos 20. Alvenaria pedra preexistente
21. Pedra preexistente recuperada 22. Perfil metálico 23. Pavimento constituído por Riga Nova 19mm, betonilha de regularização 30mm
e isolamento acústico em lã de rocha 50mm 24. Gesso cartonado com isolamento térmico em lã de vidro 25. Isolamento térmico em lã
de vidro 26. Gesso cartonado hidrófugo 27. Parede interior simples constituída por placa de gesso cartonado 20mm e isolamento
acústico em lã de rocha 60mm; estrutura metálica de montantes tipo M48 28. Parede interior de divisão constituída por dupla placa de
gesso cartonado e duplo isolamento acústico em lã de rocha; estrutura metálica de montantes tipo M48

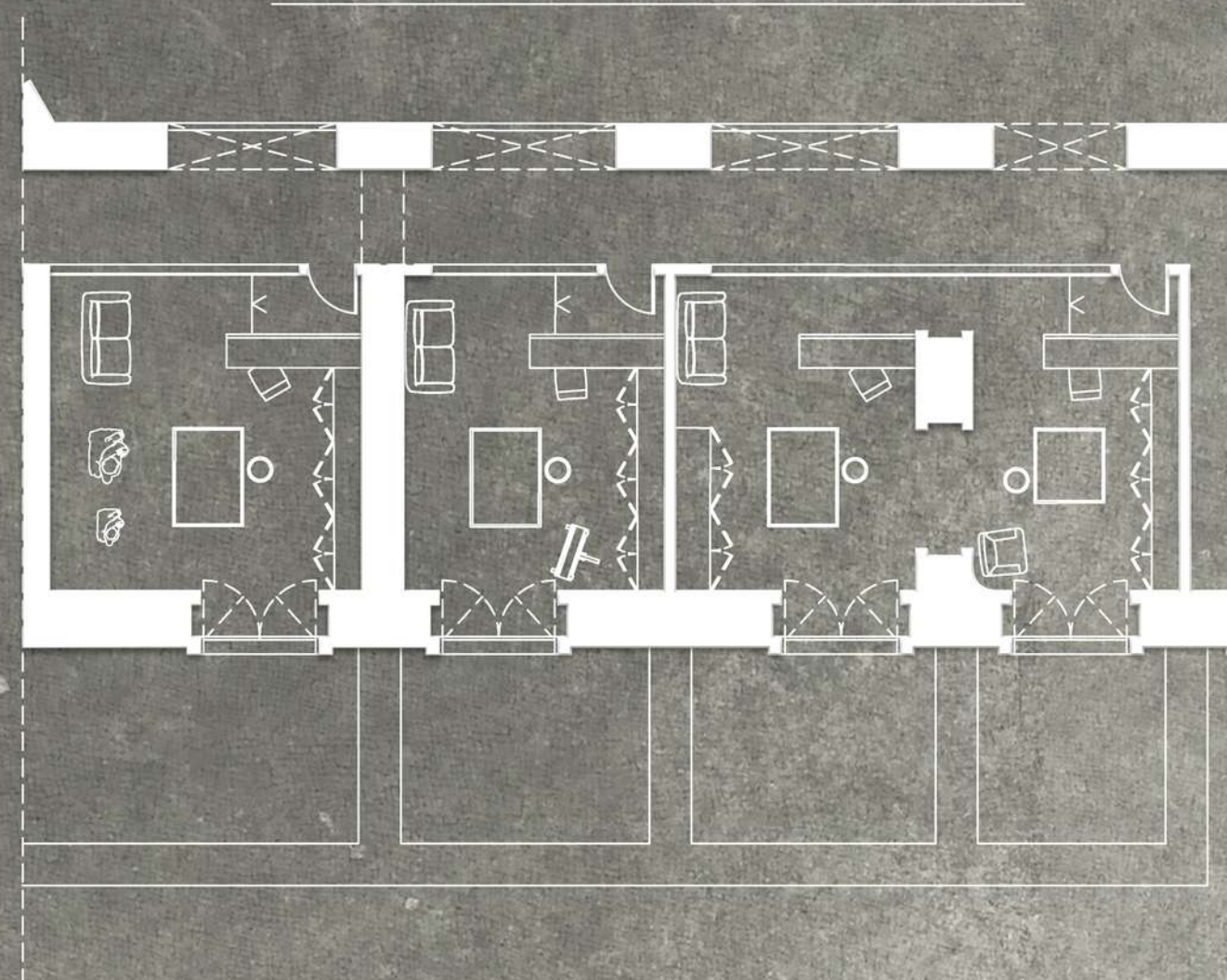
APARTAMENTOS FLEXÍVEIS MULTIFUNCIONAIS



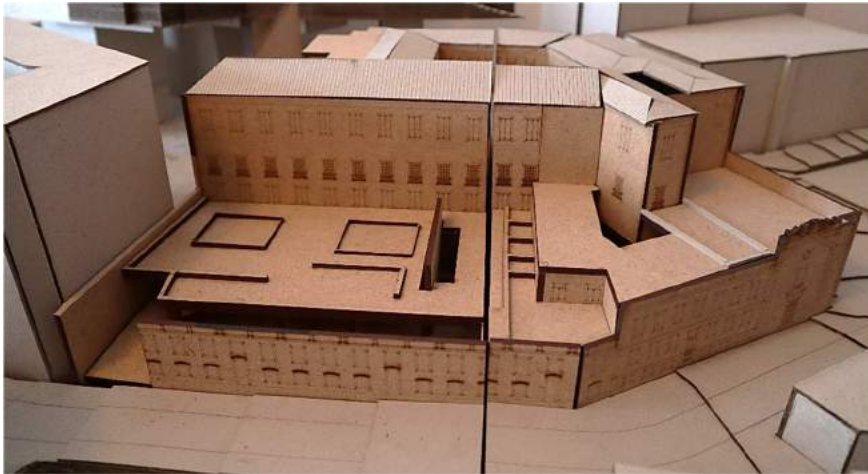
ARTICULAÇÃO QUARTOS



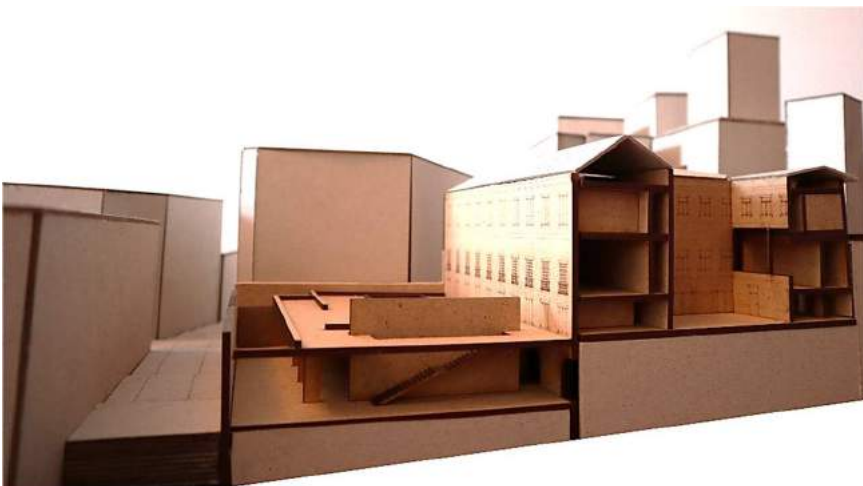
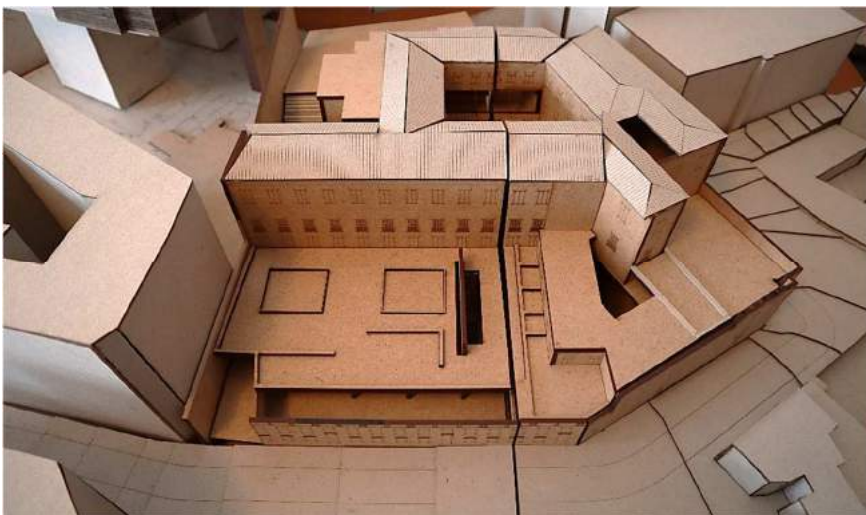
ARTICULAÇÃO OFICINAS DE TRABALHO

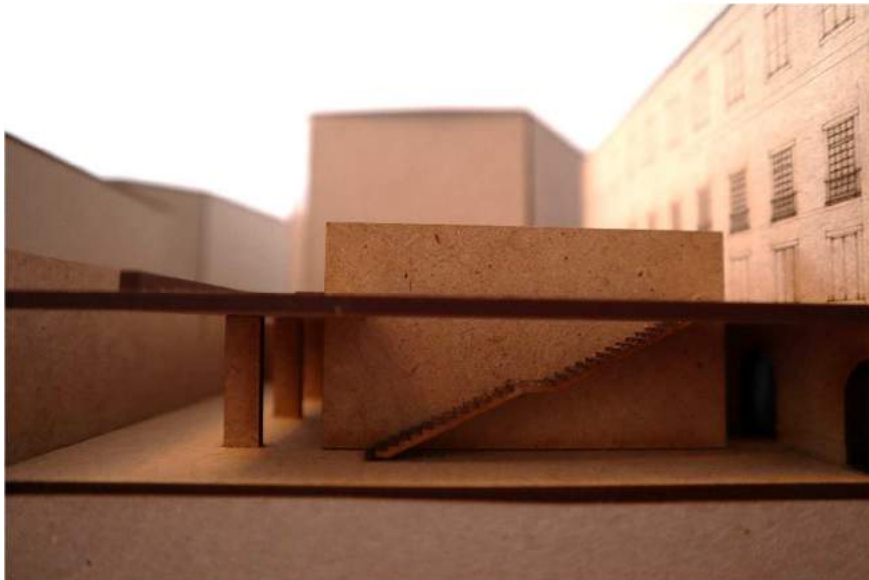
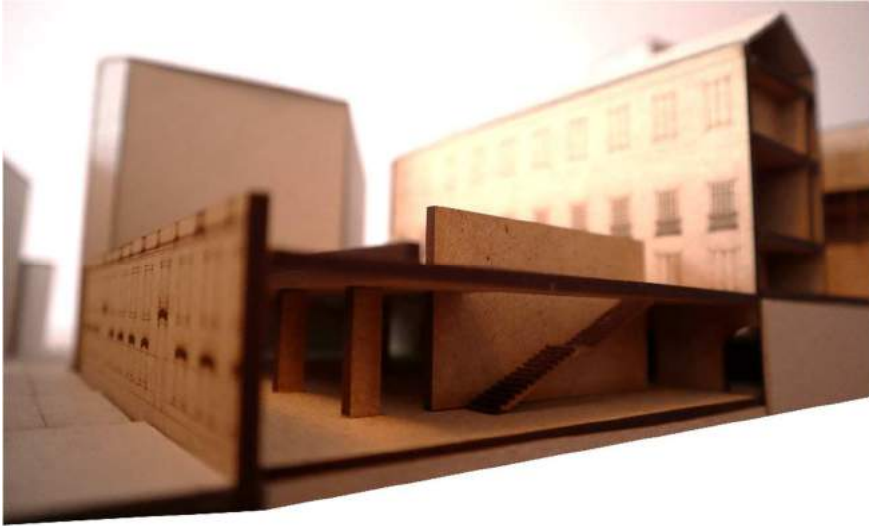


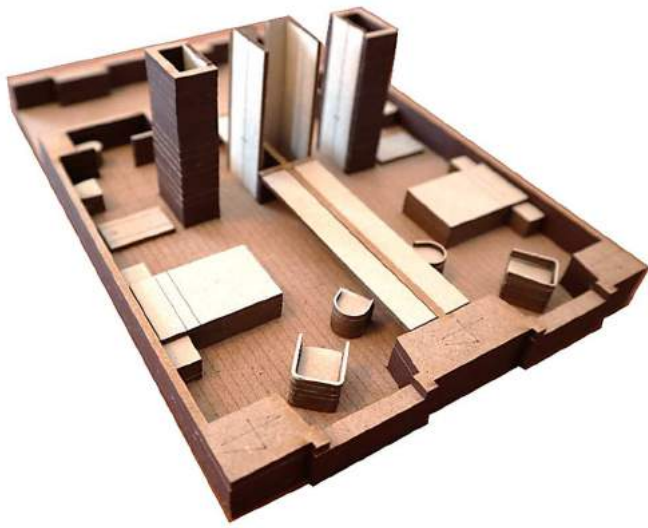
Maquetes



Maquete Palácio da Rosa –
Escala 1/200

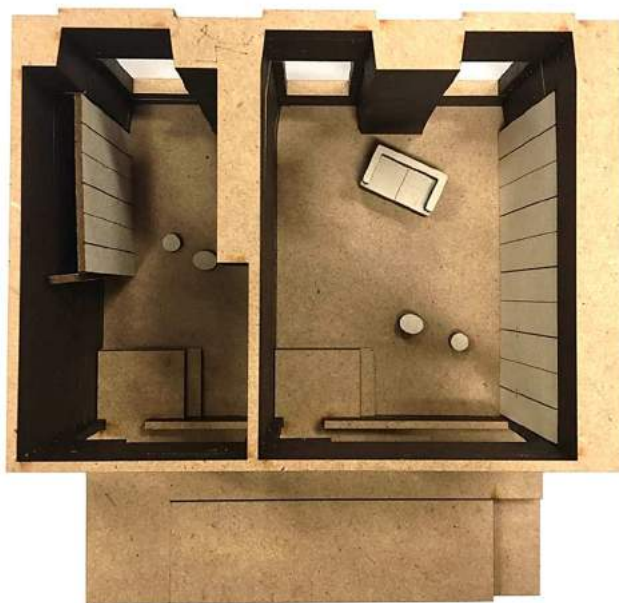




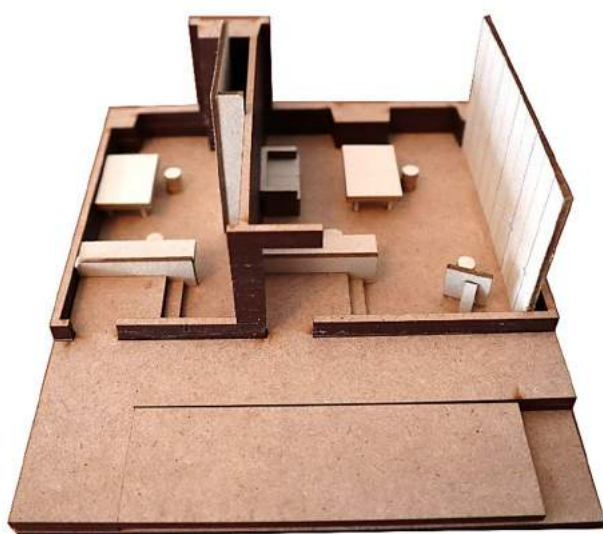


Maquete quartos – Escala 1/50





Maquete *ateliers* – Escala 1/50



Diálogo entre Estruturas

Arte e Habitação como revitalização do Património: Reabilitação do Palácio da Rosa

Nuno Tiago Dos Santos Nunes

Lisboa, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Março de 2019

